



Manual de aplicação do Ciclo de diagnóstico **SAMGe** 2025/26

Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão



Brasília / DF, Abril de 2026



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

João Paulo Ribeiro Capobianco

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Mauro Oliveira Pires

Diretora de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN

Julia Zapata Rachid Dau

Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão de Recursos Externos

Luiz Felipe de Luca de Souza

Coordenador de Monitoramento e Avaliação da Gestão de Unidades de Conservação - COMAG

Mariusz Antoni Szmuchrowski

Revisão

Caroline Cibir Ribeiro

Leandro da Silva Souza

Mariusz Antoni Szmuchrowski

Projeto Gráfico e Diagramação

Mariusz Antoni Szmuchrowski

Equipe Técnica - COMAG

Ana Maria Olímpio Teles

Aquiel Rocha Maranhão Dias

Caroline Cibir Ribeiro

Diego Henrique Navarro

Felipe Melo Rezende

Hélio da Silva Pereira

Leandro da Silva Souza

Mariusz Antoni Szmuchrowski

Pedro Simões Soares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Adequação dos indicadores da UICN	10
A LÓGICA DO SAMGe	11
CONHECENDO A PLATAFORMA	13
INSTALANDO A VPN	14
COMO PREENCHER O SAMGe	15
OBJETIVOS DE CONSERVAÇÃO E SEUS RECURSOS E VALORES	20
Objetivos	20
Passo 1 – Dados da UC	22
Recursos e Valores	23
Passo 2 – Objetivos/RV	26
Espacializando RV	29
Para atualizar preenchimento anterior dos RV	31
USOS GENÉRICOS E ESPECÍFICOS	33
Usos Genéricos	33
Usos Específicos	33
Classificação Legal dos Usos	39
Avaliação de impactos dos Usos	40
Passo 3 – Usos	48
Espacializando os Usos	52
Para atualizar o preenchimento anterior dos usos	53
AÇÕES DE MANEJO	54
Passo 4 – Ações de Manejo	56
Espacializando as Ações de Manejo	59
Para atualizar o preenchimento anterior das Ações de Manejo	59
INTER-RELAÇÃO DAS AÇÕES DE MANEJO X USOS	61
Passo 5 – Ações de Manejo x Usos	61
Para atualizar o preenchimento anterior: Ações x Usos	63
INTER-RELAÇÃO DOS RV X USOS X AÇÕES DE MANEJO	64
Passo 6 – RV x Usos x Ações de Manejo	65
Para atualizar preenchimento anterior: RV x Usos x Ações de Manejo	66
PROCESSOS	67
Passo 7 – Processos	68
Para atualizar o preenchimento anterior: Processos	68
FINALIZANDO O PREENCHIMENTO DO SAMGE	70
Fluxo de validação e entrega do preenchimento	70
Diagnóstico de Gestão	71
A EQUIDADE NA GESTÃO DAS UC	73
O que é equidade?	74
GLOSSÁRIO	77
ANEXOS	81

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 – Indicadores de efetividade do SAMGe: broto de análise da gestão, adaptados da metodologia da UICN
- Figura 02 – Adaptação do SAMGe aos elementos do quadro de trabalho da UICN
- Figura 03 – Produtos SAMGe para suporte a análise dos dados
- Figura 04 – Diagrama das inter-relações e fluxo de preenchimento SAMGe
- Figura 05 – Demonstração da página principal do SAMGe
- Figura 06 – Demonstração para acessar a página de cadastro
- Figura 07 – Demonstração da página de cadastro
- Figura 08 – Demonstração de mensagem automática
- Figura 09 – Demonstração do acesso à página da UC a ser avaliada
- Figura 10 – Demonstração da página da Unidade de Conservação após a entrada no Sistema
- Figura 11 – Demonstração do botão para iniciar o preenchimento
- Figura 12 – Guia de preenchimento do SAMGe
- Figura 13 – Inter-relação entre os Pilares Objetivos do SAMGe
- Figura 14 – Indicação de preenchimento do Passo 1
- Figura 15 – Demonstração da seleção do tipo de objetivo
- Figura 16 – Demonstração da seleção do objetivo de categoria
- Figura 17 – Demonstração da classificação do recurso e valor
- Figura 18 – Seleção da origem do fator
- Figura 19 – Inserção de fotos para RV
- Figura 20 – Demonstração do início da espacialização do RV
- Figura 21 – Ambiente de espacialização, com os botões de ferramentas
- Figura 22 – Demonstração do salvar o RV
- Figura 23 – Demonstração da exclusão de um recurso e valor
- Figura 24 – Início da avaliação dos usos específicos
- Figura 25 – Demonstração da seleção dos usos específicos avaliados
- Figura 26 – Demonstração da seleção da justificativa que altera a classificação legal
- Figura 27 – Indicação do “i” informação para cada eixo de avaliação dos impactos positivos
- Figura 28 – Demonstração da marcação Entorno
- Figura 29 – Demonstração da marcação dos campos TBC e voluntariado
- Figura 30 – Demonstração dos eixos de avaliação dos impactos positivos e negativos
- Figura 31 – Indicação do “i” informação para cada eixo de avaliação dos impactos positivos
- Figura 32 – Demonstração da avaliação dos impactos positivos
- Figura 33 – Demonstração da avaliação dos impactos negativos
- Figura 34 – Indicação do “i” informação para cada eixo de avaliação dos impactos negativos
- Figura 35 – Iniciando a espacialização dos usos específicos
- Figura 36 – Demonstração do ambiente de mapa para espacializar os usos
- Figura 37 – Indicação de preenchimento no passo 4
- Figura 38 – Demonstração da seleção de Processo
- Figura 39 – Demonstração da seleção e descrição da ação de manejo
- Figura 40 – Demonstração da seleção do instrumento de planejamento

- Figura 41 – Demonstração da avaliação dos insumos
- Figura 42 – Demonstração da avaliação relacionada ao apoio
- Figura 43 – Início da espacialização das ações de manejo
- Figura 44 – Demonstração de ações de manejo já adicionadas
- Figura 45 – Usos e Ações de Manejo
- Figura 46 – Inter-relacionando as ações de manejo com os usos específicos
- Figura 47 – Demonstração da atualização do preenchimento do Passo 5
- Figura 48 – RV, Usos e Ações de Manejo
- Figura 49 – Correlação das ações de manejo e dos usos com os recursos e valores
- Figura 50 – Lista de usos específicos para relacionar com o RV
- Figura 51 – Demonstração da atualização do preenchimento anterior
- Figura 52 – Indicação do preenchimento do Passo 7
- Figura 53 – Demonstração da avaliação dos processos
- Figura 54 - Demonstração da finalização do preenchimento e visualização do Painel de Gestão
- Figura 55 - Possibilidade de análise utilizando os painéis dinâmicos derivados do SAMGe
- Figura 56 – Possibilidade de análise utilizando o Painel de Gestão SAMGe
- Figura 57 - Dimensões da equidade
- Figura 58 - Distinção entre equidade de igualdade

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01 - Funcionalidades dos botões da ferramenta de espacialização
- Tabela 02 - Critérios para avaliação dos impactos negativos dos usos
- Tabela 03 – Distribuição dos usos específicos entre os usos genéricos do SAMGe - parte 1
- Tabela 04 – Distribuição dos usos específicos entre os usos genéricos do SAMGe - parte 2
- Tabela 05 – Legalidade dos usos específicos Pesquisa Científica e Visitação e Turismo no SAMGe
- Tabela 06 – Legalidade dos usos específicos Propriedade Intelectual Derivada, Uso do Solo e Uso da Fauna no SAMGe
- Tabela 07 – Legalidade dos usos específicos Uso da Flora, Uso de Recurso Abiótico e Utilidade Pública e Interesse Social no SAMGe
- Tabela 08 – Ações de manejo SAMGe distribuídas no eixo Gestão Territorial - parte 1
- Tabela 09 – Ações de manejo SAMGe distribuídas no eixo Gestão Territorial - parte 2
- Tabela 10 – Ações de manejo SAMGe distribuídas nos eixos Gestão Territorial e Gestão Socioambiental
- Tabela 11 – Ações de manejo SAMGe distribuídas no eixo Gestão Socioambiental
- Tabela 12 – Ações de manejo SAMGe distribuídas nos eixos Gestão Socioambiental e Gestão da Biodiversidade
- Tabela 13 – Ações de manejo SAMGe distribuídas nos eixos Gestão da Biodiversidade e Gestão Administrativa
- Tabela 14 – Ações de manejo SAMGe distribuídas no eixo Gestão Administrativa
- Tabela 15 – Dimensões da equidade para a gestão de áreas protegidas

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01 - Quadro comparativo entre indicadores da UICN e do SAMGe
- Quadro 02 – Relação dos objetivos de categoria das Unidades de Conservação federais dispostos no SNUC

ANEXOS

ANEXO 1 - Relação dos usos genéricos e específicos disponibilizados no SAMG

ANEXO 2 - Classificação legal dos usos nas unidades de conservação, de acordo com o SNUC

ANEXO 3 - Relação dos processos e ações de manejo disponibilizadas no SAMGe

ANEXO 4 - Dimensões e princípios da equidade para gestão e governança de áreas protegidas

ANEXO 5 - Instâncias e instrumentos que contribuem para uma gestão mais equitativa

ANEXO 6 - Orientações para o preenchimento do SAMGe - CGSAM/ICMBio

ANEXO 7 - Orientações para solicitação da VPN sistemas ICMBio

LISTA DE SIGLAS

- APA - Área de Proteção Ambiental
- ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico
- ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia (*Amazon Region Protected Areas*)
- CGCAP – Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de UC
- CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
- COMAG – Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Gestão de UC
- GR - Gerência Regional
- DIMAN – Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação
- ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
- ESEC - Estação Ecológica
- FLONA - Floresta Nacional
- GEF - Global Environment Facility
- GIZ - Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
- MMA - Ministério do Meio Ambiente
- MONA - Monumento Natural
- NGI – Núcleo de Gestão Integrada
- PAN - Planos de Ação Nacional
- PARNA - Parque Nacional
- SAMGe - Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão
- Sisbio - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
- SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000)
- RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
- RAPPAM – Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação (*Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management*)
- REBIO - Reserva Biológica
- REFAU - Reserva de Fauna
- RESEX - Reserva Extrativista
- REVIS - Refúgio de Vida Silvestre
- RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
- RV – Recursos e Valores
- TBC – Turismo de Base Comunitária
- UC - Unidade de Conservação
- UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza (*International Union for Conservation of Nature*)
- WWF - *World Wild Fund for Nature*

INTRODUÇÃO

O Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SAMGe) é uma ferramenta e metodologia de avaliação e monitoramento ágil e eficiente da gestão de unidades de conservação. Foi desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em parceria com a WWF-Brasil, o *Amazon Region Protected Areas* (ARPA) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e com apoio financeiro da Fundação Gordon e Betty Moore, do Projeto SNUC *LifeWeb* e do Projeto Regional Áreas Protegidas no Nível dos Governos Locais – APL.

O SAMGe é composto por dois elementos principais: caracterização avaliativa e análise dos instrumentos de gestão. A metodologia leva em consideração os objetivos específicos de cada unidade de conservação e categoria, como decretos e planos de manejo.

O objetivo do SAMGe é medir a efetividade da gestão de unidades de conservação, analisando as inter-relações entre recursos e valores (atributos a serem preservados), usos (interfaces entre RV e sociedade) e ações de manejo realizadas pela instituição gestora. Esses três elementos juntos representam o universo de gestão de uma unidade de conservação.

Cada unidade de conservação é um espaço territorial protegido que se relaciona com a sociedade por meio dos direitos reais (usar, colher os frutos e dispor, por exemplo). A avaliação do impacto negativo e positivo é essencial para verificar a manutenção dos recursos e valores da unidade e como esses usos influenciam positivamente a sociedade. Além disso, é importante analisar a viabilidade das estratégias existentes e se elas geram resultados esperados em termos de melhoria da conservação de recursos e valores ou em relação aos usos associados à unidade.

Apesar de apresentar resultados mensuráveis, o foco do SAMGe é, principalmente, auxiliar a gestão local das unidades de conservação, sistematizar e monitorar informações territoriais em uma base comum e gerar relatórios gerais ou específicos. A metodologia também aproxima a sociedade da gestão das áreas protegidas de várias maneiras, como por meio de conselhos, visualização de informações e divulgação de resultados.

Aplicado no âmbito do ICMBio desde 2015, o SAMGe encontra-se institucionalizado por meio da Portaria ICMBio nº 607, de 28/9/2021, DOU de 1º/10/2021.

As experiências de aplicação têm contribuído para a evolução da metodologia, auxiliando os gestores das unidades de conservação na tomada de decisão local e sendo um requisito obrigatório nos processos de elaboração e revisão de planos de manejo no âmbito federal. O diagnóstico do SAMGe é útil para diferentes áreas técnicas na avaliação e acompanhamento de processos, ações de manejo e na identificação de necessidades em áreas como pesquisa, fiscalização, gestão de conflitos, monitoramento da biodiversidade e voluntariado.

Além disso, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem utilizado o SAMGe para medir a efetividade da gestão das demais unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A metodologia também tem sido aplicada nas esferas estaduais, distrital e municipais por meio de projetos de cooperação internacional e esforços de capacitação promovidos pelo MMA.

As primeiras experiências para ampliar a aplicação do SAMGe nas esferas estaduais, distrital e municipais ocorreram a partir da orientação de aplicação junto às UC contempladas por Projetos de Cooperação Internacional que visam aumentar a efetividade das UC, como o ARPA, o Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF-Mar, o Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica – Mata Atlântica e o Projeto Regional Áreas Protegidas no Nível dos Governos Locais – APL. Adicionalmente, o MMA tem avaliado outras formas de aplicação da metodologia, a fim de auxiliar na locação de recursos e nos esforços na gestão.

Com a colaboração do Departamento de Áreas Protegidas (DAP/MMA), algumas Unidades da Fede-

ração passaram por treinamento no SAMGe e começaram a usar o sistema para avaliar suas UCs, como em Minas Gerais. A Bahia, o Ceará e o Tocantins até institucionalizaram o SAMGe em seus ciclos de gestão.

O SAMGe, em sua construção, preocupou-se em preencher lacunas existentes na gestão de unidades de conservação. Por conta disso, sempre evitou se sobrepor a outras metodologias, tanto as que visam responder a efetividade de gestão, como o RAPPAM, quanto as que o SAMGe busca ter interface, como os Padrões Abertos para a Prática da Conservação.

A partir dos indicadores globais de efetividade de gestão descritos pela União Internacional de Conservação para a Natureza - UICN, foram definidos os seis elementos que, ligeiramente adaptados, compõem a análise do SAMGe: 1) resultados, 2) produtos e serviços, 3) contexto, 4) planejamento, 5) insumos e 6) processos (Figura 01). Já a metodologia Padrões Abertos para a Prática da Conservação é utilizada pelo ICMBio em diferentes escopos, tais como: elaboração dos Planos de Ação Nacional (PAN) e revisão de alguns Planos de Manejo. O SAMGe, por sua vez, utiliza lógica similar para a classificação de elementos, permitindo a migração de parcela significativa do seu conteúdo para as plataformas de Padrões Abertos.

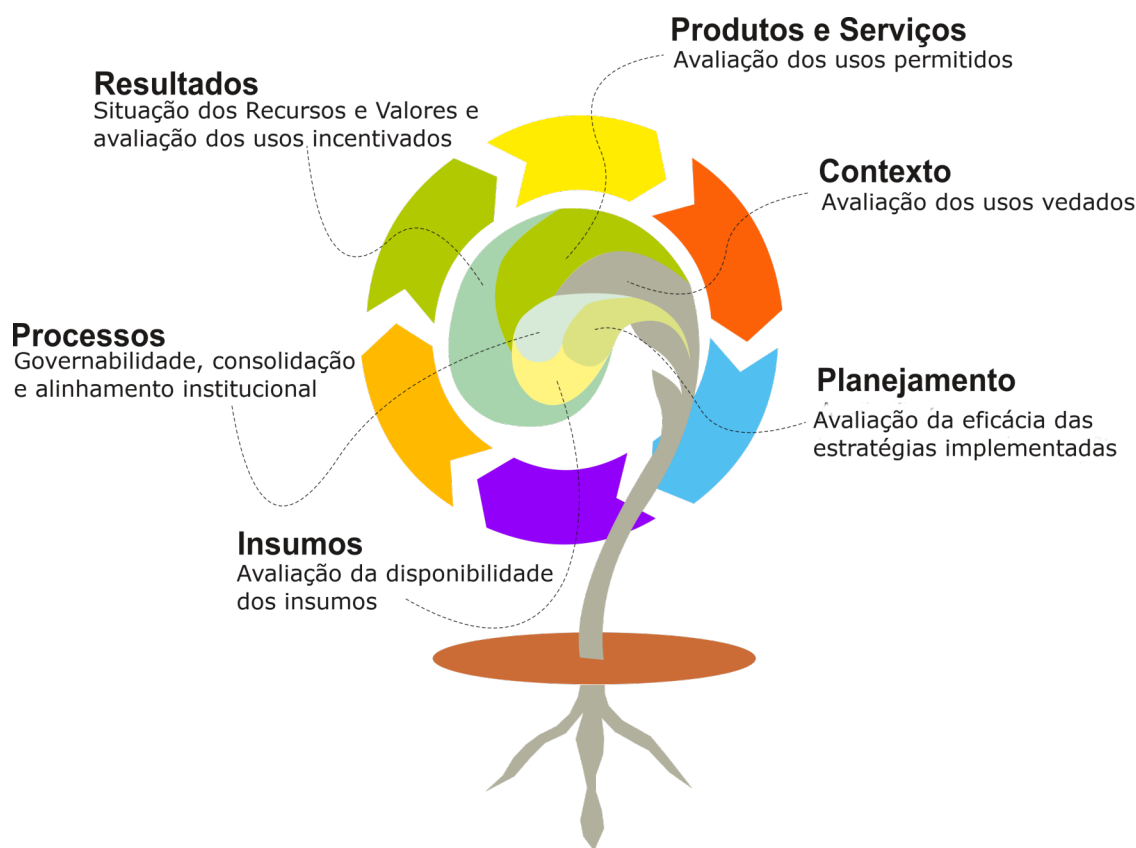


Figura 01 – Indicadores de efetividade do SAMGe: broto de análise da gestão, adaptados da metodologia da UICN.

¹ Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management.

² Site eletrônico dos Padrões Abertos: <http://cmp-openstandards.org>.

Adequação dos indicadores da UICN

Para o SAMGe, os elementos de análise de efetividade de gestão das unidades de conservação estão dispostos em dois recortes: **impacto territorial** e **gestão**. A análise de impacto visa responder os elementos **Contexto, Produtos e Serviços e Resultados**. A análise de gestão inter-relaciona o impacto territorial com os elementos **Planejamento, Insumos e Processos** (figura 1).

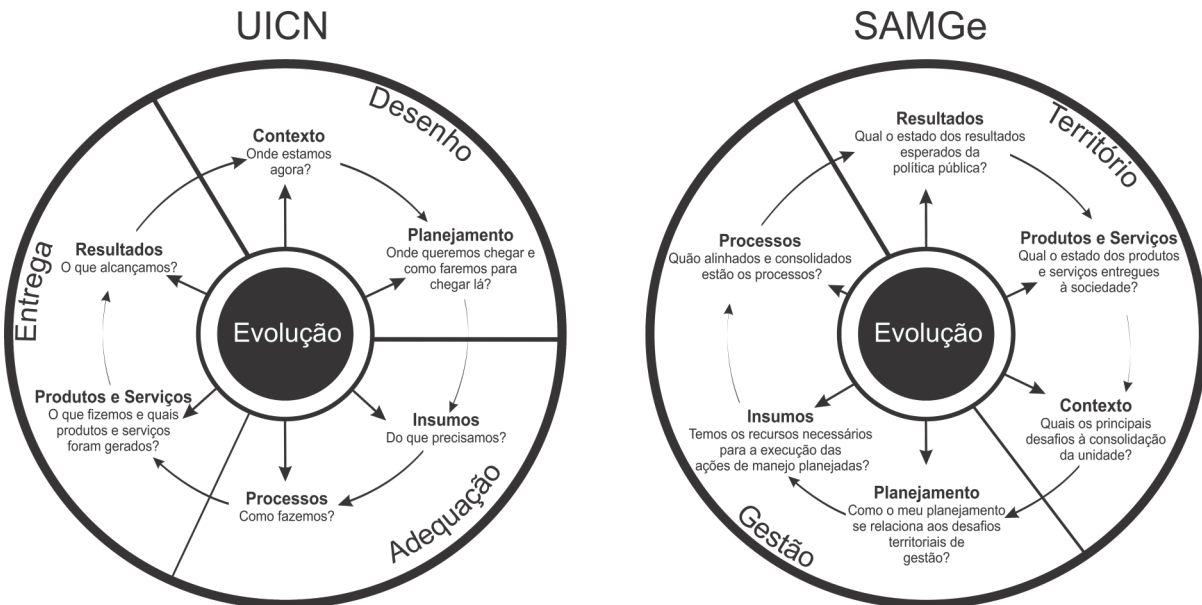


Figura 02 - Adaptação do SAMGe aos elementos do quadro de trabalho da UICN.

O SAMGe tem por norte analisar a gestão conforme os seis “indicadores globais de efetividade”. Porém, apesar de recortar a análise conforme os seis elementos, difere-se em alguns aspectos do quadro de trabalho da UICN (tabela 1).

		Contexto (context)	Planejamento (planning)	Insumos (inputs)	Processos (process)	Produtos e Serviços (outputs)	Resultados (outcome)
UICN	Foco da Avaliação	Avaliação da importância, ameaças e políticas ambientais	Avaliação do desenho / shape e do planejamento de áreas protegidas	Avaliação dos recursos necessários para executar o manejo	Avaliação da forma como o manejo é conduzido	Avaliação da implementação de programas e ações de manejo (entrega de produtos e serviços)	Avaliação dos resultados e da extensão dos objetivos alcançados
	Questionamento Feito	Onde estamos agora?	Onde queremos chegar e como faremos para chegar lá?	Do que precisamos?	Como fazemos?	O que fizemos e quais produtos e serviços foram gerados?	O que alcançamos?
	Crerios Avaliados	Significância / valores; Ameaças; Vulnerabilidade; Stakeholders / parceiros; Contexto Nacional.	Legislação e políticas de áreas protegidas; Desenho / shape de áreas protegidas de acordo com o sistema; Desenho / shape das áreas protegidas; Planejamento do manejo.	Recursos disponíveis pelos órgãos; Recursos disponíveis para a área protegida.	Adequação dos processos de manejo e a extensão em que processos estabelecidos ou aceitos estão sendo implementados.	Resultados de ações de manejo; Produtos e serviços.	Impacto: efeitos do manejo em relação aos objetivos.
SAMGe	Foco da Avaliação	Análise dos usos que são contrários à categoria e seu impacto decorrente.	Análise da relação das ações de manejo com os desafios territoriais de gestão	Análise dos recursos necessários para a realização das ações de manejo propostas.	Análise da governabilidade e da resposta institucional às ações de manejo propostas aos desafios territoriais de gestão.	Análise da qualidade dos produtos e serviços entregues à sociedade.	Análise da qualidade dos atributos e dos usos esperados entregues para a sociedade.
	Questionamento Feito	Quais os principais desafios à consolidação da unidade?	Como o meu planejamento se relaciona aos desafios territoriais de gestão?	Temos os recursos para as ações relacionadas aos desafios territoriais de gestão?	Os processos estão bem alinhados entre a unidade e o órgão gestor?	Qual o estado dos produtos e serviços entregues à sociedade?	Qual o estado dos resultados esperados da política pública?
	Crerios Avaliados	Ameaças; Vulnerabilidade; Oportunidades; Inadequação de categoria; Inadequação de desenho / shape; Estado dos usos vedados que ocorrem na unidade.	Existência de instrumentos de gestão; Adequação das ações de manejo presentes nos instrumentos aos desafios de gestão; Efetividade das ações de manejo.	Recursos (financeiros, humanos, capacidade técnica e equipamentos) existentes para a realização das ações de manejo.	Principais processos relacionados às ações de manejo; Governabilidade das unidades para cada processo; Adequação de prioridades entre desafios territoriais de gestão e processos.	Ameaças; Vulnerabilidade; Oportunidades; Inadequação de categoria; Inadequação de desenho / shape; Estado dos usos permitidos que ocorrem na unidade.	Atributos; Ameaças; Vulnerabilidade; Oportunidades; Inadequação de categorias; Inadequação de desenho / shape; Estado dos usos incentivados que ocorrem na unidade.

Quadro 01 - Quadro comparativo entre indicadores da UICN e do SAMGe.

O recorte impacto territorial relaciona a classificação legal dos usos que ocorrem nas unidades como incentivado, permitido e vedado com os elementos **Resultados, Produtos e Serviços e Contexto**, respectivamente, haja vista se tratar de uma política pública territorial. Essa modificação demonstra outra adequação ao quadro de trabalho proposto pela UICN.

Importante destacar que essa classificação legal não se refere à análise de impacto (positivo e/ou negativo) do uso, e sim a como o uso é visto legalmente dentro de cada categoria de proteção. A classificação legal, associada à avaliação de impacto dos usos, é que aferirá os elementos supracitados do quadro de trabalho.

A LÓGICA DO SAMGe

O SAMGe possui uma lógica rizomática e, a partir dela, podemos observar como interagem os elementos que o compõem. A figura 04 apresenta a lógica de preenchimento e interação dos elementos.

Essas inter-relações permitem que a informação seja ampliada, possibilitando fazer inferências a partir do cruzamento dos dados como: os usos que impactam os recursos e valores (RV), as ações realizadas sobre os RV, ações realizadas nos usos, entre outros. Esse extenso cruzamento gera inúmeras possibilidades de análises a partir da informação que se pretenda obter.

Os resultados da avaliação da gestão de UC são visualizados automaticamente após a finalização do ciclo de preenchimento. A visão sistêmica das informações de gestão é apresentada pelo Painel de Gestão da UC ou por meio dos painéis dinâmicos de [dados consolidados](#) ou por [UC](#).

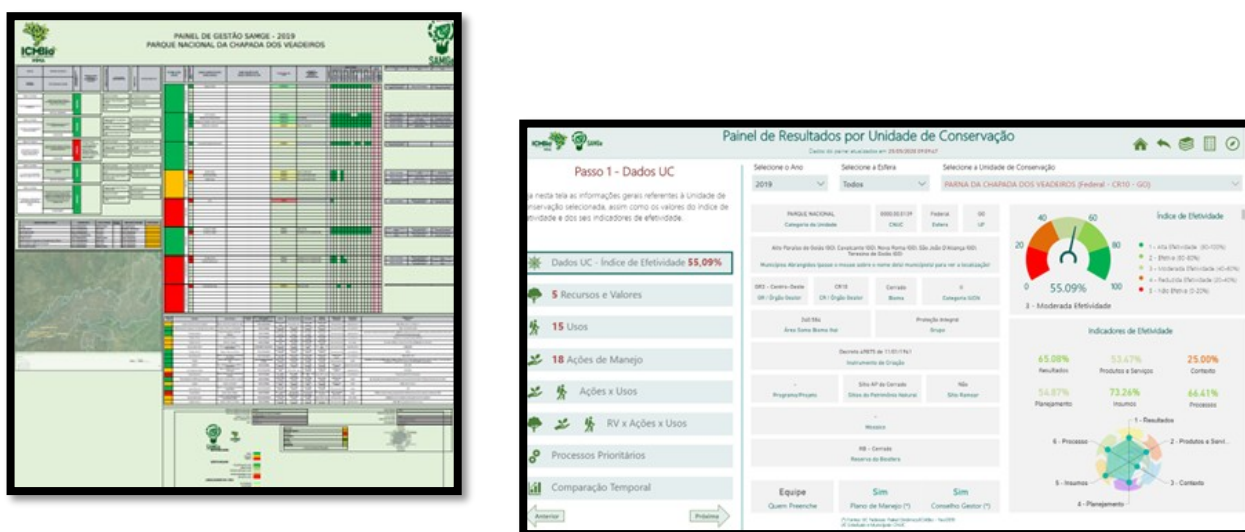


Figura 03 – Produtos SAMGe para suporte a análise dos dados.

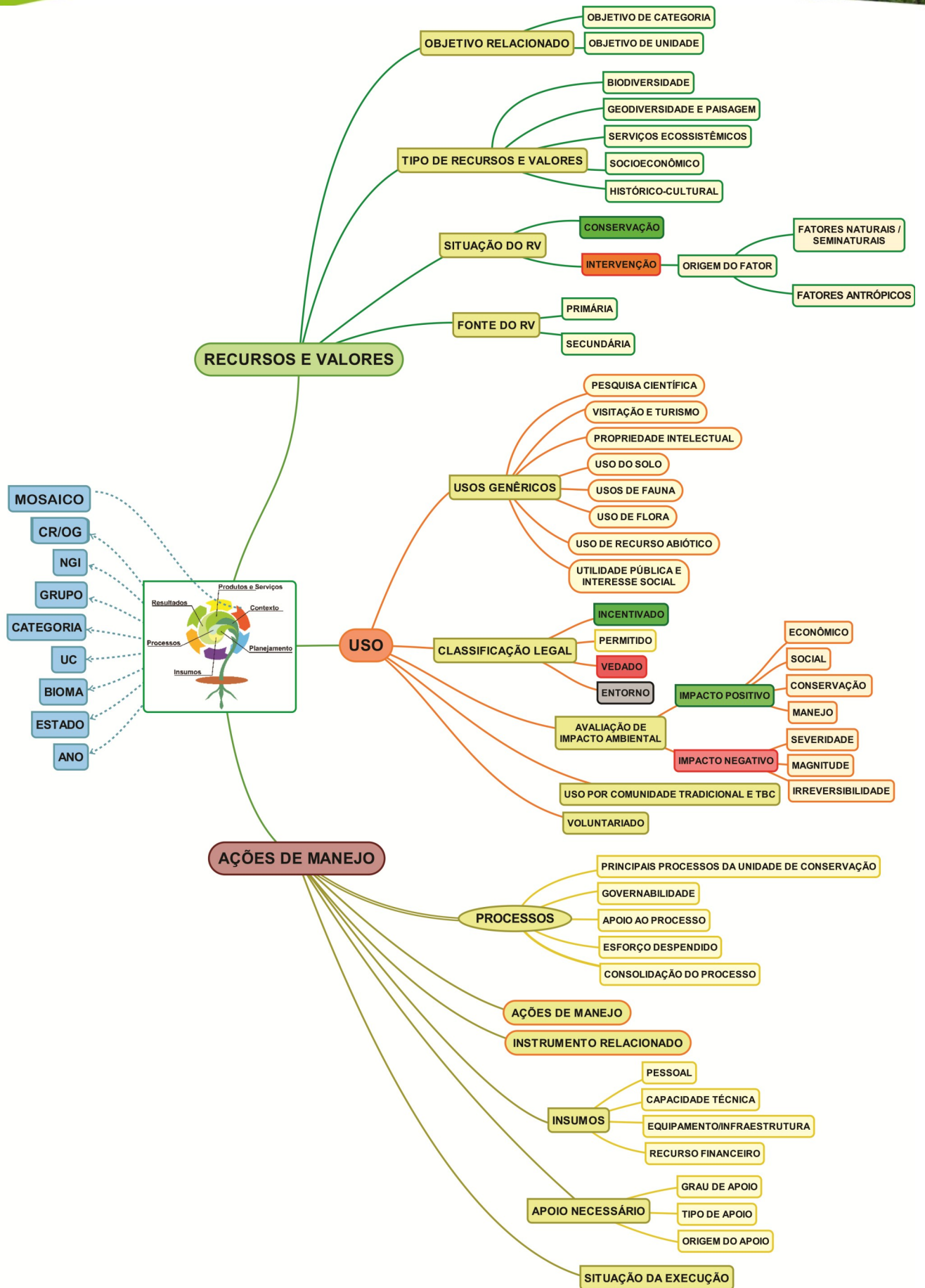


Figura 04 – Diagrama das inter-relações e fluxo de preenchimento SAMGe.

CONHECENDO A PLATAFORMA

A plataforma do SAMGe foi concebida em ambiente WEB, após três anos de aplicação do ciclo de avaliação do diagnóstico das unidades de conservação federais em um ambiente de planilha Excel e espacialização realizada pelo aplicativo Google Earth. Esse período possibilitou o amadurecimento do sistema e a indicação das diversas frentes de apoio à tomada de decisão, como preconizado pelo ciclo de aplicação da ferramenta. A parceria firmada com o IPAM e a recebimento de recursos financeiros advindos do Projeto SNUC LifeWeb e Áreas Protegidas Locais, somados à crescente demanda advinda dos usuários por um ambiente mais flexível e dinâmico de aplicação do diagnóstico, estimularam a corrida para o desenvolvimento de uma plataforma online, com arquitetura em programas livres, e de manutenção seguindo os padrões do poder público federal.

O acesso à plataforma do SAMGe está disponível no caminho <http://samge.icmbio.gov.br> (utilizando-se VPN, conforme detalhado no tópico seguinte), a qual segue a seguinte estrutura em sua página principal:

- 1 Acesso / cadastramento;
- 2 O QUE É: Informações gerais sobre o SAMGe;
- 3 COMO FUNCIONA: Acesso ao manual;
- 4 RESULTADOS: Acesso aos resultados a partir do preenchimento do último diagnóstico;
- 5 PESQUISAR POR UC: Busca de informações por unidade de conservação.

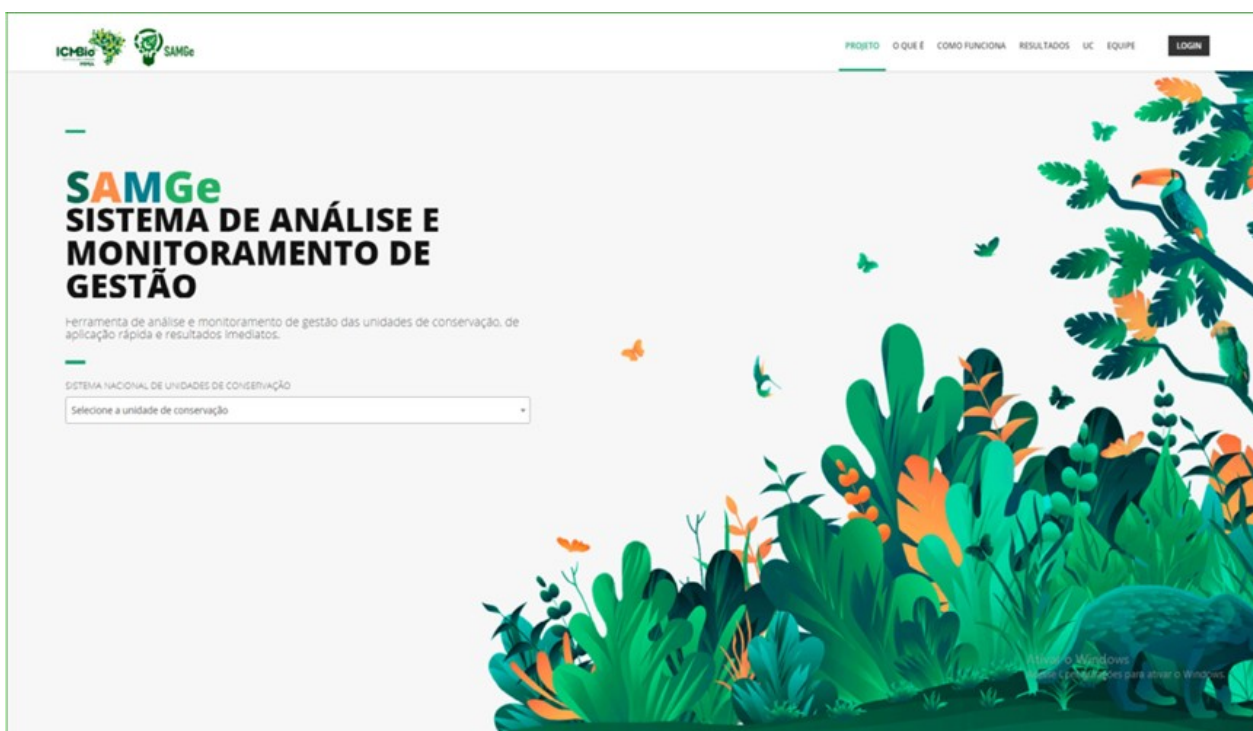


Figura 05 – Demonstração da página principal do SAMGe.

Ao acessar a plataforma (Figura 05), você poderá visualizar diversas informações sobre a ferramenta e acessar os relatórios consolidados de anos anteriores (pdf), as planilhas consolidadas e por UC (Excel), os painéis de resultados consolidado e por UC, assim como os documentos de orientação para o preenchimento no ciclo atual do SAMGe, como o manual de aplicação. Além disso, ao selecionar uma unidade de conservação pertencente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, é possível consultar o índice de efetividade de gestão e seus indicadores globais. Ao acessar o caminho <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/criacao-de-unidades-de-conservacao/efetividade-da-gestao-de-ucs>, você terá acesso aos vídeos tutoriais da ferramenta.

Na parte referente aos resultados, você poderá ter acesso a um painel dinâmico, que permitirá efetuar uma consulta utilizando filtros preexistentes por bioma, categoria, estado, Gerências Regionais, etc., de acordo com o recorte de informação desejado, possibilitando diversas análises.

Instalando a VPN

Em decorrência de instabilidades ocorridas no SAMGe a partir de 2025, **o acesso ao sistema somente ocorrerá por meio da Rede Privada Virtual — VPN.**

A VPN é uma ferramenta que permite acessar um sistema com mais segurança quando se está fora da rede do ICMBio (por exemplo, em casa).

Ao se conectar pela VPN, o computador passa a se comunicar com o SAMGe como se estivesse dentro da rede interna do ICMBio, protegendo as informações durante o acesso.

Dessa forma, **todo acesso ao sistema fora da sede do ICMBio (localizada em Brasília/DF) necessita da utilização da VPN.**

Para os servidores e colaboradores do ICMBio, a instalação do software de VPN (*Check Point Remote Access VPN Clients*) nas estações de trabalho deverá ocorrer conforme o manual elaborado pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação—CGTI, [disponível neste link](#).

Para a inclusão dos gestores e representantes institucionais dos Estados e Municípios, estes devem primeiramente fazer uma solicitação ao seu órgão gestor, indicando o servidor do órgão que atuará como ponto focal do SAMGe em sua instituição e os nomes dos demais usuários e das respectivas UC que serão avaliadas. Os pontos focais terão a responsabilidade de atualizar anualmente junto ao MMA os gestores que responderão por cada UC no sistema. O órgão gestor responsável fará a solicitação de acesso à plataforma e à VPN, por ofício, à Coordenação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente, enviando-o para o e-mail snuc@mma.gov.br.

Os Órgãos Gestores dos Estados e Municípios deverão encaminhar ao MMA os seguintes dados das pessoas que irão acessar o SAMGe para inclusão ou validação de informações:

- Nome completo;
- CPF;
- Identidade ou Matrícula (se servidor);
- Telefone (o número de contato é fundamental para que o ICMBio possa proceder com o cadastramento para acesso à VPN);

- Email;
- Instituição;
- Unidade de Conservação/Órgão Gestor que representa; e
- Perfil no SAMGe (preenchedor ou ponto focal do Órgão Gestor).

Após a compilação e validação a ser realizada pelo MMA, o ICMBio irá autorizar o usuário para acesso à VPN.

COMO PREENCHER O SAMGe

Após a instalação da VPN, o sistema poderá ser preenchido pelos gestores cadastrados e autorizados. Para acessar o sistema pela primeira vez, entre na página inicial do SAMGe, clique no botão login, no canto superior direito da página. Na tela de acesso ao sistema, insira seu e-mail institucional e uma senha (figura 06). Ao clicar no botão login, uma página de cadastro surgirá na tela (figura 07).

É importante ressaltar que apenas Unidades de Conservação cadastradas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) estão aptas para preenchimento do SAMGe.

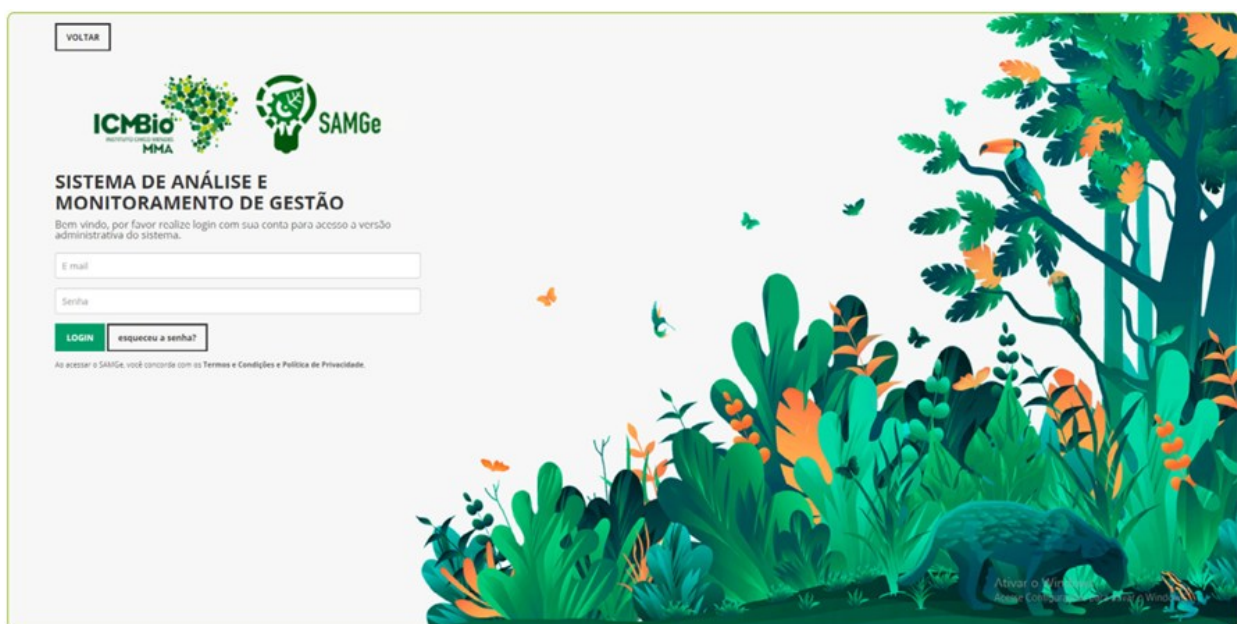
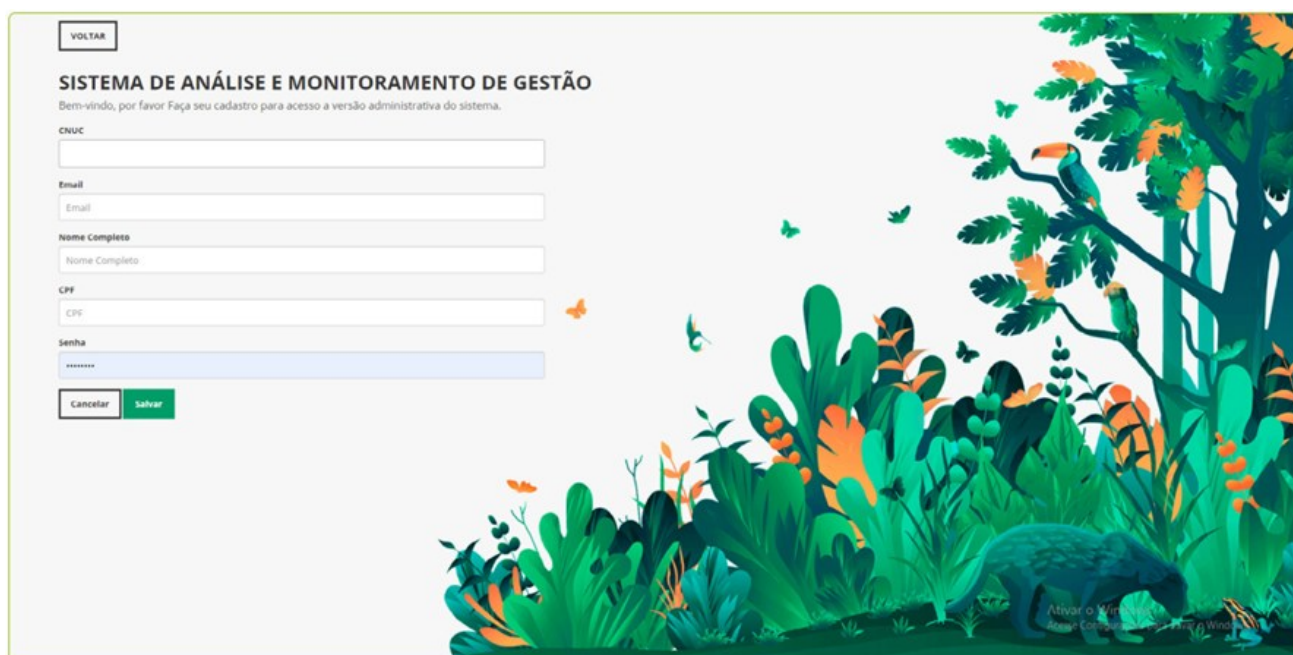


Figura 06 – Demonstração para acessar a página de cadastro.

Para efetuar o cadastro no sistema, o usuário deverá inserir o seu e-mail (preferencialmente o institucional) e, a seguir, definir uma senha de acesso.

Em seguida, preencha a página de Cadastro que surgirá na tela:

- 1 Insira o código da Unidade que consta no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (número contendo 10 dígitos) que será avaliada;
- 2 Confirme seu e-mail;
- 3 Escreva seu nome completo e CPF;
- 4 Confirme a senha e salve o cadastro.



VOLTAR

SISTEMA DE ANÁLISE E MONITORAMENTO DE GESTÃO

Bem-vindo, por favor Faça seu cadastro para acesso a versão administrativa do sistema.

CNUC

Email

Nome Completo

CPF

Senha

Cancelar Salvar

Figura 07 – Demonstração da página de cadastro.

FIQUE ATENTO



Caso o mesmo gestor seja o preenchido de mais de uma Unidade, como um Núcleo de Gestão Integrada, por exemplo, os códigos CNUC de todas as Unidades deverão ser inseridos no campo CNUC.

Ao salvar, aparecerá a seguinte mensagem (figura 08):



Figura 08 – Demonstração de mensagem automática.

Assim que o acesso for liberado, uma mensagem de confirmação será enviada para o e-mail cadastrado.

Após a liberação do acesso, vá novamente para a página inicial <http://samge.icmbio.gov.br> e faça o login inserindo seu e-mail (preferencialmente o institucional) e a senha. Selecione a UC por meio da busca (a) ou clique sobre o perfil e logo em seguida, sobre o botão UC (b), assim aparecerá uma lista com os nomes de todas as UC que você deverá avaliar (Figura 09).

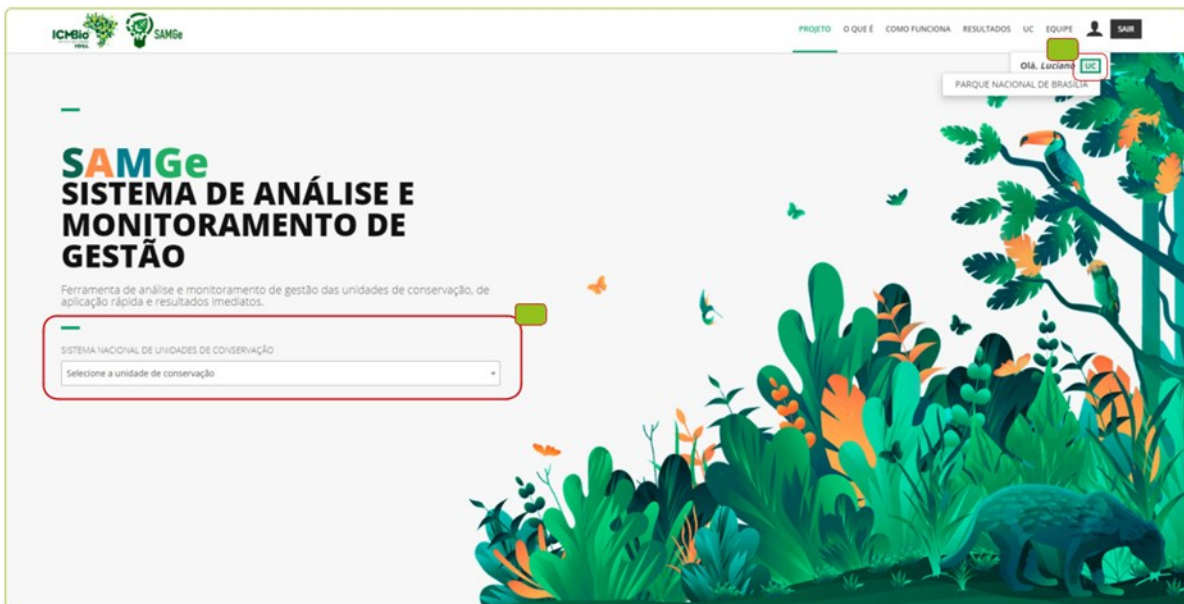


Figura 09 – Demonstração do acesso à página da UC a ser avaliada.

Você será direcionado para a página da UC (Figura 10), onde poderá visualizar o mapa da Unidade com camadas de geoinformação e os dados básicos da UC, importados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Além disso, ao selecionar um ano, estarão disponíveis a planilha, o painel de gestão e o relatório sintético da UC, referentes ao ano selecionado, se preenchido pela UC.

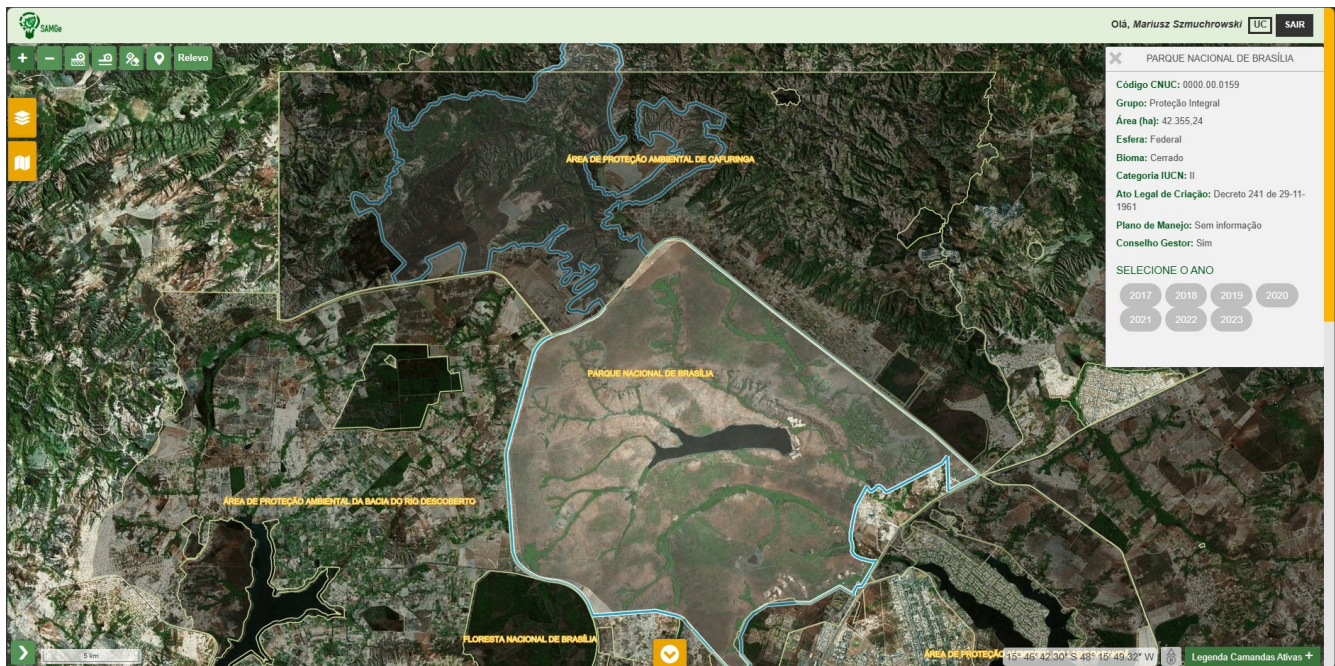


Figura 10 - Demonstração da página da Unidade de Conservação após a entrada no Sistema.

Para iniciar o preenchimento de fato, selecione o ano do ciclo atual e clique sobre o botão «Preencher SAMGe».



Figura 11 - Demonstração do botão para iniciar o preenchimento.

Assim, você será direcionado para a primeira página do preenchimento, que é composto por sete passos, conforme figura 12, e que, ao final, irá gerar o Painel de Gestão.



Figura 12 - Guia de preenchimento do SAMGe.

TOME NOTA



Ao iniciar o preenchimento o sistema trará as informações do ano do último preenchimento realizado. Algumas informações podem não ter sido migradas para a plataforma, em virtude de atualizações realizadas nos campos de preenchimento. O usuário deverá reavaliar e atualizar esse preenchimento e, quando for o caso, deverá acrescentar novas informações ou suprimir as que não mais condizem com a realidade atual da UC.

FIQUE ATENTO



As UC que realizaram a espacialização a partir de 2019 terão o resgate dos vetores / desenhos para o ciclo atual, porém terão que validar cada um dos polígonos. Por essa razão recomendamos que não se faça o carregamento / upload de arquivos que contenham excessivo quantitativo de polígonos, pois o sistema não foi preparado para a validação conjunta dos elementos. Recomendamos que as feições representem elementos genéricos a serem espacializados / vetorizados. Caso ocorra erro na validação, recomendamos que seja ignorada esta etapa e apenas salva a inserção o formulário preenchido

Recomenda-se realizar a espacialização da UC, pois é uma ferramenta importante para a compreensão da dinâmica territorial.



OBJETIVOS DE CONSERVAÇÃO E SEUS RECURSOS E VALORES

Objetivos

Os objetivos identificam os motivos legais para a criação de uma determinada UC e exprimem as respostas que se espera da política pública de conservação da natureza. No mesmo sentido, eles são os motivos que justificam a intervenção pública na melhoria do estado de conservação de determinado atributo e nos usos relacionados às UC. Atualmente, os objetivos destacados no Plano de Manejo ou Planos Específicos poderão ser inseridos como Objetivos de Unidade.

Proteção Integral	ESEC	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação da natureza • Realização de pesquisas científicas
	REBIO	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação integral da biota e demais atributos naturais em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais
	PARNA	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica
	MONA	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza
	RVS	<ul style="list-style-type: none"> • Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna residentes ou migratória
Usos sustentável	APA	<ul style="list-style-type: none"> • Proteger a diversidade biológica • Disciplinar o processo de ocupação • Assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais
	ARIE	<ul style="list-style-type: none"> • Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local • Regular o uso admissível, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza
	FLONA	<ul style="list-style-type: none"> • Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais • Realização de pesquisas científicas com ênfase em métodos de uso sustentável de floresta nativa • Conservação da natureza
	RESEX	<ul style="list-style-type: none"> • Proteger os meios de vida das populações • Proteger a cultura das populações • Assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade • Conservação da natureza
	REFAU	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar estudos técnicos-científicos sobre o manejo econômico de recursos faunísticos • Conservação da natureza
	RDS	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar a natureza • Valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente das populações • Assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida • Assegurar exploração dos recursos naturais das populações
	RPPN	<ul style="list-style-type: none"> • Conservar a diversidade biológica

Quadro 02 – Relação dos objetivos de categoria das Unidades de Conservação federais dispostos no SNUC.

Desde o ciclo do SAMGe 2020 tem-se compreendido que os Objetivos de Gestão estão centrados em três Pilares Objetivos, expressos nos Recursos e Valores (atributos de conservação), dos usos incentivados (conforme o regramento de cada categoria e seu instrumento regulatório), e das Ações de Manejo direcionadas pelos Instrumentos de Gestão (Planos de Manejo, PAN, e outros). Essa adaptação visa alinhar-se aos preceitos dos Recursos e Valores Fundamentais presentes na nova abordagem metodológica para a elaboração dos Planos de Manejo no ICMBio, assim como tornar evidente que não somente os atributos de conservação são essenciais para a gestão e a conservação, mas sim os estímulos para determinados usos (INCENTIVADOS) conforme a categoria de gestão, e a aplicação de ações de manejo respaldadas por instrumentos de gestão que são fundamentais para a implementação e consolidação das unidades de conservação.

PILARES OBJETIVOS SAMGe

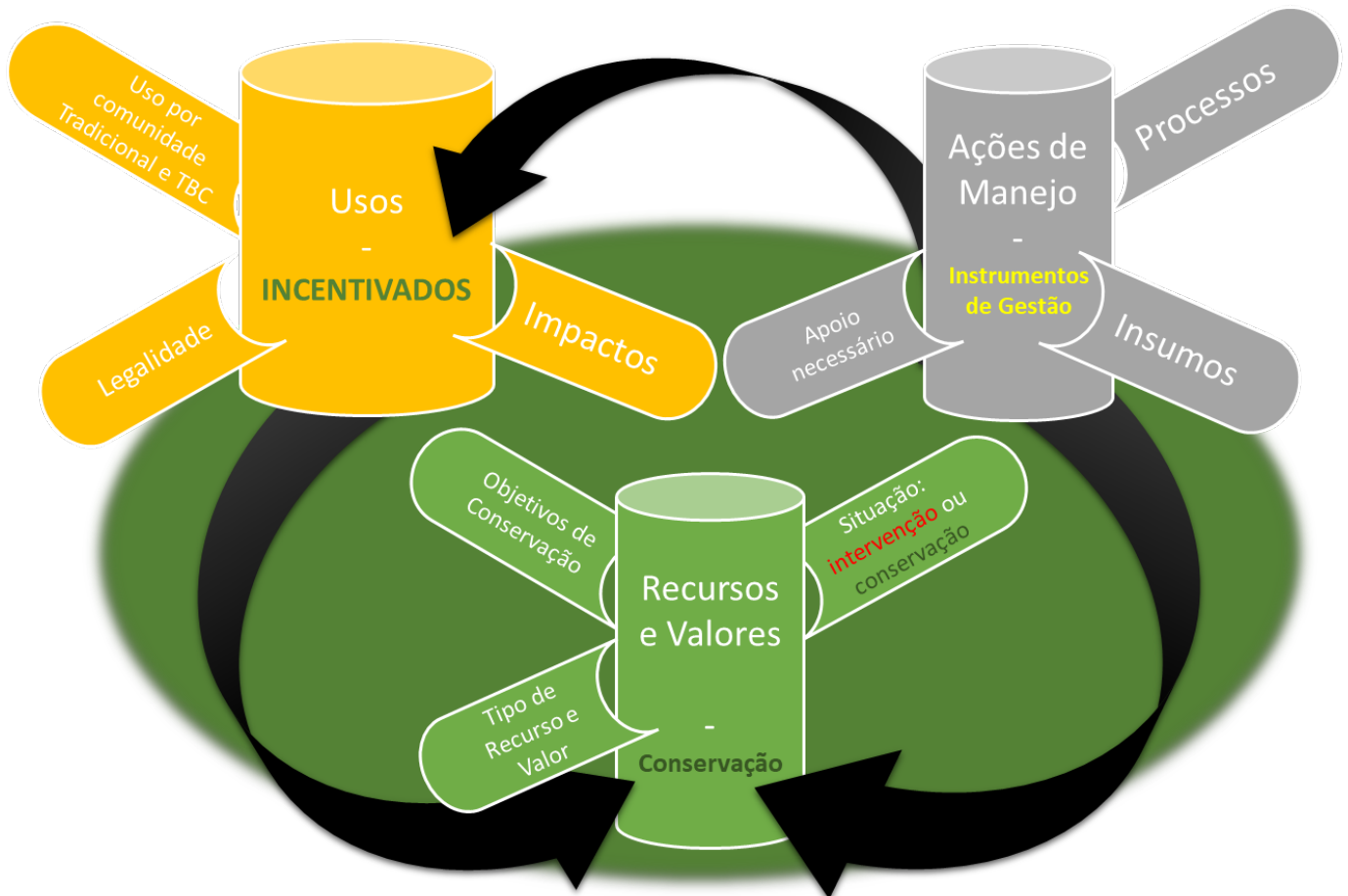


Figura 13 - Inter-relação entre os Pilares Objetivos do SAMGe.

Passo 1—Dados UC

No primeiro passo, teremos a exposição das informações que constam no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, as quais deverão ser verificadas e, caso haja alguma divergência, os gestores deverão solicitar a alteração junto ao ponto focal de seu órgão gestor responsável pelo cadastro de UC no CNUC.

Em seguida, clique no campo “quem preenche” (figura 14) e selecione uma opção entre as fornecidas (gestor, equipe, conselho ou GR/OEMA). Logo após, escreva o (s) nome (s) do (s) responsável (is) pelo preenchimento atual.

Ao finalizar, salve as informações e siga para o próximo passo: **Preenchimento dos Objetivos/RV**.

Figura 14 - Indicação de preenchimento do Passo 1.

FIQUE ATENTO



O preenchimento em equipe favorece o planejamento integrado e estratégico dos dados registrados no diagnóstico da UC, a partir do prisma de uma equipe multidisciplinar. Por isso, **recomenda-se realizar o preenchimento do SAMGe com a equipe da UC**, de forma a qualificar as informações e possibilitar diálogos entre os diferentes representantes da equipe.

E ainda, recomenda-se o preenchimento e/ou apresentação do **diagnóstico da gestão do SAMGe** nos conselhos das UC, de forma a garantir o envolvimento da sociedade e ampliar a transparência da gestão.

Cada UC deverá indicar seus objetivos de conservação, a partir da seleção do **objetivo de unidade** ou **objetivo de categoria**. Os objetivos de categoria estão dispostos na Lei do SNUC (Tabela 01) e os de Unidade são estabelecidos pelo decreto de criação da UC, pelo planejamento específico e pelos objetivos estratégicos institucionais.

Ademais, os objetivos da Unidade podem incluir os objetivos descritos no plano de manejo, os quais subsidiam a elaboração dos propósitos da UC na nova metodologia de elaboração de planos de manejo – *Foundation Document*.

TOME NOTA

Recomenda-se iniciar o preenchimento pelos objetivos de unidade e, quando descritos todos os Recursos e Valores associados a estes objetivos, avançar para a descrição dos objetivos de categoria.

Recursos e Valores (RV)

Os **Recursos e Valores** são aqueles aspectos ambientais (espécies, ecossistemas, ou processos ecológicos), sociais (bem-estar social), econômicos, culturais, históricos, geológico/paisagísticos, incluindo serviços ecossistêmicos e outros atributos baseados em experiências, histórias, cenas, sons, cheiros, que em conjunto são representativos de toda a UC e serão levados em conta, prioritariamente, durante os processos de planejamento e manejo porque são essenciais para atingir o objetivo da UC.

FIQUE ATENTO

Os Recursos e Valores estão intimamente ligados ao ato legal de criação da UC, sejam pelos objetivos de categoria, sejam pelos objetivos de unidade que, em outras palavras, são as respostas que a sociedade espera de determinada política pública.

Os recursos e valores são divididos em: biodiversidade; serviços ecossistêmicos; geodiversidade e paisagens; socioeconômico e histórico-cultural.

Biodiversidade

Por biodiversidade entende-se “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.” (art 2º, III, Lei nº 9.985/2000).

Como exemplos, podemos citar: remanescentes de vegetação do Cerrado, espécies nativas, fauna ameaçada e endêmica, Savana de altitude, diversidade marinha, comunidade de aves aquáticas, banco de corais, floresta ombrófila mista, etc. Incluem-se, ainda, processos ecológicos que não são serviços ecossistêmicos.

Serviços Ecossistêmicos

Os serviços ecossistêmicos “são bens e serviços fornecidos pelo meio ambiente que beneficiam e mantêm o bem-estar das pessoas. Estes serviços vêm de ecossistemas naturais [...] e modificados [...]. São aqueles benefícios que a área protegida presta à sociedade⁴”.

Dentre eles, temos: suprimento de água, matéria-prima (castanha, palmito), regulação climática, conservação do solo, recursos genéticos e medicinais (óleos, copaíba), cobertura vegetal original (contribuindo para recarga de aquíferos), entre outros.

Geodiversidade e Paisagens

A geodiversidade pode ser definida como “a gama natural de aspectos geológicos (pedras, minerais e fósseis), geomorfológicos (forma de relevo, topografia e processos físicos) e hidrológicos. Inclui ainda seus conjuntos, estruturas, sistemas e contribuições para as paisagens⁵”.

Complementarmente, também podemos entender que “é a versão abiótica equivalente à biodiversidade e é, portanto, muito mais um complemento natural da biodiversidade do que um aspecto separado e dissociado dela⁶”.

São exemplos de recursos e valores de geodiversidade e paisagens: formação geológica especial (como as dunas), paisagem de beleza cênica excepcional (Cataratas do Iguaçu), processos geológicos, sítios paleontológicos, formação espeleológica, áreas alagadas, integridade da paisagem, sistemas hídricos (corpos d’água, cachoeiras, corredeiras), paisagens naturais, entre outros.

Socioeconômico

São recursos e valores que trazem benefícios econômicos e contribuem para o bem-estar (material necessário para uma “vida boa”, saúde, boas relações sociais, segurança, liberdade e escolha) da população associados direta ou indiretamente às UC.

Exemplos: turismo de base comunitária gerando emprego e renda, áreas naturais para conscientização ambiental, recreação e desenvolvimento socioeconômico associado.

Histórico-Cultural

- RV Histórico: é entendido como o conjunto de bens que contam a história de uma geração por meio de sua arquitetura, vestes, acessórios, mobílias, utensílios, armas, ferramentas, meios de transportes, obras de arte, documentos, etc⁷.

Já os RV Culturais podem ser divididos em:

- RV Cultural (intangível): são elementos culturais que não são materiais e não podem ser fisicamente tocados ou observados. Dentre os exemplos, incluem-se identidade cultural, conhecimento cultural ou tradicional, práticas culturais.⁸

⁴ https://cebds.org/ibnbio/wp-content/uploads/2016/08/Integracao-Servicos-Ecossistemicos_GIZ.pdf

^{5 e 6} Worboys, Graeme. et al Protected Area Governance and Management ANU Press— Austrália, 2015.

⁷ «Uma mudança do olhar em favor do Patrimônio» <https://periodicos.unisanta.br/HUM/article/download/981/980/2946>

^{8 e 9} <https://www.conservationstandards.org/wp-content/uploads/sites/3/2020/10/Incorporating-Social-Aspects-and-Human-Wellbeing-in-Biodiversity-Conservation-Projects-v.-2.0-July-2016.pdf>

- RV Cultural (tangível): são elementos físicos ou espaços que têm grande importância cultural, como, por exemplo, sítios arqueológicos, templos, ruínas, bosques sagrados e cemitérios⁹.

Dentre os exemplos de RV Histórico-Cultural, podemos citar: modo tradicional de pesca e extrativismo; pinturas rupestres, vestígios pré-históricos e históricos (PARNA Serra da Capivara); Real Fábrica de Ferro (FLONA Ipanema).

Faz parte da metodologia avaliar os RV conforme a necessidade ou não de intervenção do Estado. Para isso, eles poderão ser classificados como **conservação** ou **intervenção**.

O primeiro indica que o RV se encontra no estado desejado de conservação. Já o segundo indica que o RV necessita de ação de manejo preventiva ou de recuperação de danos recorrentes, ou de impactos negativos de lenta ou difícil recuperação, ocorridos anteriormente. Como exemplo, temos mineração e espécies exóticas invasoras.

TOME NOTA

Quando o fator de intervenção for relacionado à espécie(s) exótica(s) invasoras, informar, preferencialmente o nome científico da(s) espécie(s) e o impacto causado ou em curso. Exemplo: Javali (*Sus scrofa*), causando erosão em corpos d'água e esgotamento de nascentes.

Para os RV considerados em intervenção, será necessário descrever o fator que tem levado esse RV a essa situação e, adicionalmente, identificar a origem desse fator (fatores naturais/seminaturais ou fatores antrópicos).

Para a metodologia, considera-se:

Fatores naturais ou seminaturais – processos naturais (fogo, erosão, inundação, etc) ou processos naturais intensificados pela intervenção antrópica, tais como o fenômeno da maré vermelha e assoreamento acelerado de cursos d'água pela supressão da vegetação, dentre outros.

Fatores antrópicos – referem-se a processos não-naturais, decorrentes da ação humana direta ou indireta (desmatamento, alteração do curso d'água, etc).

A fonte da informação relacionada ao RV (fonte primária ou secundária) também deverá ser indicada:

Fonte primária – caracteriza por ser uma informação original, sendo muitas vezes o primeiro registro de alguma informação. São as produzidas diretamente pelo autor da pesquisa. Exemplos: artigos de periódicos; patente; relatórios; teses e dissertações; normas técnicas, observação em campo, etc.

Fonte secundária – é a informação filtrada e organizada, a partir da seleção e revisão das fontes. Exemplos: enciclopédias, dicionários, manuais, tabelas, revisão de literatura, monografias, anuários, base de dados, entre outros.

Passo 2 - Objetivos / RV

Neste passo serão preenchidas as informações acerca dos objetivos e dos Recursos e Valores. Ao clicar sobre o primeiro campo em branco (área em destaque), você poderá selecionar o tipo de objetivo: categoria ou unidade (Figura 15).

Figura 15 – Demonstração da seleção do tipo de objetivo.

Se o objetivo selecionado for de categoria, no campo seguinte haverá uma lista suspensa com as opções possíveis para a categoria da UC avaliada (Figura 16).

Figura 16 – Demonstração da seleção do objetivo de categoria.

Caso o tipo de objetivo selecionado seja de unidade, você deverá escrever o objetivo estabelecido no decreto de criação, no planejamento específico da UC ou nos objetivos estratégicos institucionais.

Lembrando que os objetivos de unidade podem incluir, também, os objetivos previstos no plano de manejo da UC.

FIQUE ATENTO



Ao caracterizar um RV, leve em consideração que este deve representar algum **atributo** ecológico, histórico-cultural, paisagístico, geológico e social que possa motivar a existência de um Uso ou Ação de Manejo.

Em seguida, faça o preenchimento dos Recursos e Valores (aquilo/atributo que se quer manter).

TOME NOTA



É imprescindível que haja aspectos ambientais (espécies, ecossistemas ou processos ecológicos) dentre os listados; Os RV sociais e culturais devem ser relacionados aos aspectos ambientais, sempre que possível.*.

*A UICN identifica a conservação da natureza como “o propósito primário [...] de áreas protegidas. Dessa forma, a natureza se sobrepõe a outros valores. Por mais importantes que esses outros valores sejam, como o turismo ou outro benefício socioeconômico, eles não podem comprometer a natureza.”¹⁰

Para preencher os Recursos e Valores, você deverá observar o objetivo descrito para, somente então, escrever o RV relacionado diretamente a ele. Por exemplo, se uma Estação Ecológica selecionou como objetivo de categoria “preservação da natureza”, o RV descrito deve se relacionar diretamente com aquele, como, “banco de algas” ou “remanescente de vegetação nativa”.

Após elencar o RV, deve-se classificá-lo entre as opções disponíveis como: **biodiversidade, serviços ecossistêmicos, geodiversidade e paisagem, sócio econômico e histórico-cultural** (Figura 17).

Figura 17 – Demonstração da classificação do recurso e valor.

¹⁰ Worboys, Graeme, et al Protected Area Governance and Management ANU Press - Austrália, 2015.

Em seguida, avalie a situação em que esse RV se encontra: conservação ou intervenção. Se a opção marcada for intervenção, o campo ficará vermelho, devendo-se indicar, no campo fator, qual o agente responsável para que esse RV ficasse nesse estado (por exemplo, plantas exóticas invasoras, fogo, enchentes, mineração, erosão etc.). No campo origem dos fatores, indique se o fator causal é decorrente de processos naturais/seminaturais ou de origem antrópica (Figura 18).

Figura 18 – Seleção da origem do fator.

Se a marcação feita for conservação, não será necessário preencher os campos fator e origem dos fatores.

Em seguida, é necessário selecionar a fonte da informação relacionada ao RV, se primária ou secundária. Note que a marcação secundária estará selecionada automaticamente pelo sistema. Em caso de dúvida, deixe a marcação automática.

Caso queira, uma foto (até 1 MB) referente ao RV descrito poderá ser anexada. Basta clicar sobre o ícone anexo, selecionar e anexar a foto (Figura 19).

Antes de anexar a foto no link do RV, no intuito de resguardarmos os direitos de autoria, recomendamos que seja inserido por meio de um editor de imagens (Paint, Corel Draw, GIMP2, Adobe Illustrator, outros) o nome do autor e data. Caso haja dificuldade, indicamos que o arquivo seja renomeado com o seguinte padrão - **nomeautor_ano_uc.jpg**.

Ao final, certifique que todas as informações estão corretas e clique em salvar, antes de especializar o RV.

Figura 19 – Inserção de fotos para RV.

TOME NOTA



Ao certificar que todas as informações estão corretas, os gestor está apenas afirmando que avaliou ou reavaliou as informações atentamente.

Espacializando o RV

Para finalizar a descrição do RV, você poderá espacializá-lo, mas lembre-se de salvá-lo antes de iniciar o mapeamento. Para iniciar, clique na lupa (em destaque), conforme figura 20.

PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA - ANO 2019

OIA, Luciano UC SAIR

1 Você está aqui: Passo 1: Dados UC, Passo 2: Objeto do RV, Passo 3: Usos, Passo 4: Ações, Passo 5: Ações e Usos, Passo 6: RV e Ações e Usos, Passo 7: Processos, VER NOTIFICAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS E VALORES

OBJETIVOS | RECURSOS E VALORES (RV) | SITUAÇÃO DO RV | FONTE DO RV

Remover item 1

Objetivo de Unidade: Cachoeiras e rios de grande beleza cênica.

Proporcionar o desenvolvimento de atividades de recreação em: GEODIVERSIDADE E PAISAGENS

Situação: INTERVENÇÃO

Fator: Disposição de resíduos sólidos advindos de visitação desordenada.

Origem dos Fatores: Fatores Antrópicos

FONTE DO RV: PRIMÁRIA

ADICIONAR NOVO RV EXCLUIR RV

Certifico que todas as informações estão corretas

SALVAR PRÓXIMO PASSO

Anotação - Passo 2
Não há nenhuma anotação para este passo.

Copyright © ICMBio. Todos os direitos reservados.
EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo Setor Sudoeste CEP: 70.670-350 - Brasília - DF

ICMBio MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE BRASIL

Figura 20 – Demonstração do início da espacialização do RV.

Assim, surgirá uma janela com os **limites da UC**, ambiente no qual a equipe gestora da UC poderá efetuar a espacialização, por meio dos botões de ferramentas disponíveis, conforme demonstrado na figura 21.

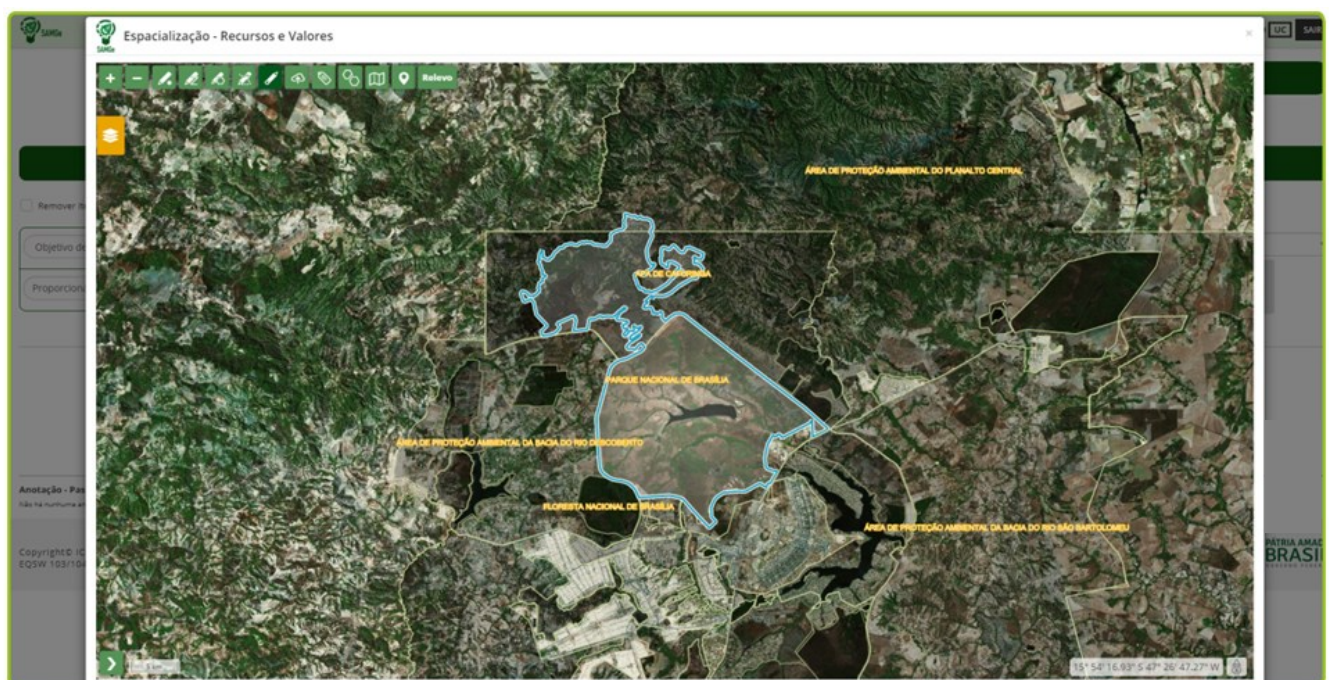


Figura 21 – Ambiente de espacialização, com os botões de ferramentas.

FIQUE ATENTO

Evite de efetuar o upload de camadas por meio de arquivos como o Shapefiles (SHP) ou KML. A ferramenta atualmente apresenta “bugs” nessa funcionalidade. Dê preferência pela edição manual.

No sistema estão disponibilizadas as seguintes ferramentas de espacialização:



Zoom +	Aproxima o mapa.
Zoom -	Afasta o mapa.
Desenhar ponto	Desenha pontos.
Desenhar linha	Cria uma linha ponto a ponto, ou várias linhas seguindo o mesmo ponto.
Desenhar polígono	Desenha a feição a partir de linhas retas.
Editar polígono	Altera a forma dos pontos, das linhas e dos polígonos criados.
Deletar polígono	Apaga a feição.
Upload shapefile: polígono, linha ou ponto	Insere um shapefile de um polígono, de uma linha, ou de um ponto.
Selecionar polígono para salvar Etiqueta	Salva e nomeia a feição.
Ativar SNAP	Ferramenta de aproximação automática entre os vértices. Permite desenhar polígonos adjacentes.
Desenhar polígono da UC	Desenha a feição a partir de um raio de 1 Km englobando toda a UC.
Zoom para a UC	Zoom automático para toda a área da UC
Relevo / Satélite	Altera o plano de fundo: relevo ou mosaico de imagens de satélite.

Tabela 01 – Funcionalidades dos botões da ferramenta de espacialização.

Localize os RV no mapa da UC e faça a espacialização. Você poderá **desenhar diversos polígonos** referentes ao mesmo RV, lembrando de salvar cada um deles no final do processo. Ao fechar a janela de edição, **salve novamente** no final da página de preenchimento.

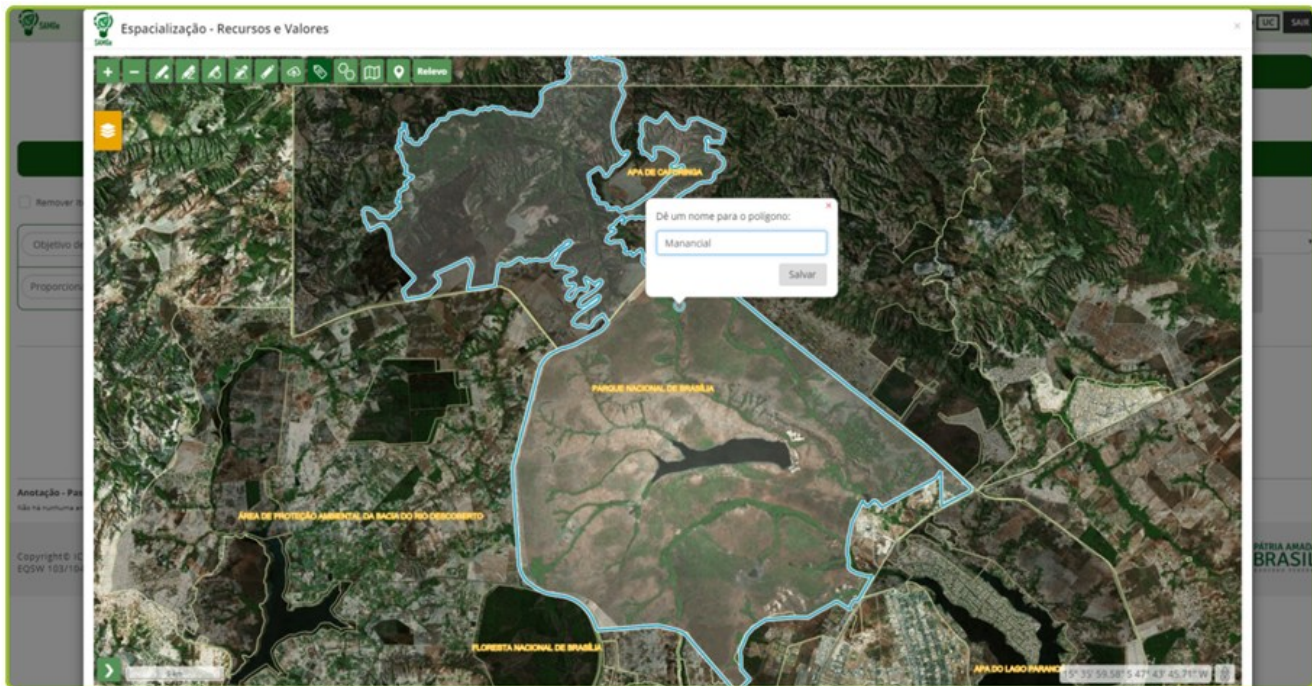


Figura 22 – Demonstração do salvar o RV.

Repita o mesmo procedimento para cada RV elencado. Sempre salve as informações antes de seguir para o próximo passo.

Para atualizar preenchimento anterior dos RV

Quando já houver preenchimento de anos anteriores, o gestor deverá ler todas as informações sobre cada RV elencado, podendo excluir ou acrescentar novos RV (figura 23). Aproveite para revisar cada objetivo de conservação e RV descrito, e realizar as atualizações necessárias para registrar a realidade de gestão neste ano. Recomendamos que para os preenchimentos de RV que estão sendo resgatados, que se Salve antes de efetuar qualquer alteração como, inserção ou remoção de novo RV.

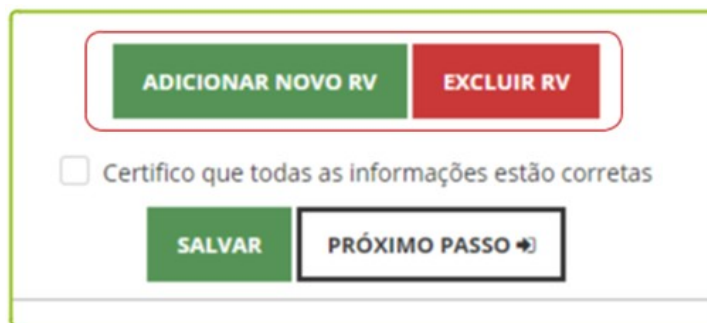


Figura 23 – Demonstração da exclusão de um recurso e valor.

Se houver RV em estado de Intervenção, os campos fator e origem dos fatores deverão ser preenchidos obrigatoriamente, antes de avançar para o próximo passo. Indique ou atualize a fonte da informação, se primária ou secundária.

Revise também a espacialização realizada dos Recursos e Valores ou faça o mapeamento, caso este ainda não tenha sido feito.

FIQUE ATENTO

Mesmo que não tenha havido alterações na espacialização dos RV neste ciclo de avaliação, para que o sistema mantenha a vetorização realizada anteriormente, será necessário abrir o mapa da UC e salvar cada polígono, individualmente.



USOS GENÉRICOS E ESPECÍFICOS

Usos Genéricos

Os usos são as relações de direitos reais (usar, colher os frutos e dispor) entre os Recursos e Valores (bens tangíveis e intangíveis a serem mantidos na UC) e a sociedade, independente da atuação estatal. Eles são divididos inicialmente em oito usos genéricos (Figura 24).



Figura 24 – Representação dos Usos Genéricos.

Esses usos genéricos englobam as formas de acesso aos recursos das UC por meio de diversas modalidades de usos específicos que, por sua vez, serão enumerados, avaliados e espacializados.

Usos Específicos

Para cada uso genérico, uma lista de usos específicos será disponibilizada. A partir dos usos específicos selecionados é que o usuário irá descrevê-los, como forma de detalhar ainda mais as informações sobre o uso em questão. Por exemplo, no caso da pesca, características como “artesanal” ou “industrial” dão particularidade ao uso específico, elemento determinante na avaliação do uso e das ações de manejo.

Descrição dos Usos Específicos

A definição proposta para o uso **pesquisa científica** é toda e qualquer pesquisa a ser realizada na unidade e que acesse recursos de forma direta ou indireta, sendo que, na esfera federal, é aquela regulada pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio. O uso “pesquisa científica” poderá ser avaliado de forma conjunta. Porém, cabe ao gestor, caso entenda pertinente, avaliar diferentes pesquisas científicas realizadas, separadamente. Essa opção é adequada quando o impacto decorrente de alguma pesquisa é diferenciado ou quando o planejamento a ser proposto é muito específico para o uso.

Note que a “pesquisa científica”, para todas as categorias, é classificada legalmente como uso incentivado. Vale destacar que, todos os usos Incentivados, mesmo que de forma diferenciada, são objetivos de categoria, destacando a questão da visitação e educação ambiental nas UC. Indica-se que a pesquisa **com ênfase em métodos de uso sustentável de floresta nativa** é incentivada somente na categoria Floresta Nacional. Já a **pesquisa voltada para a conservação da natureza e qualidade de vida das comunidades tradicionais** como uso incentivado nas categorias Resex e RDS.

FIQUE ATENTO



Ao se preencher a pesquisa científica, leve em consideração a realização da pesquisa em si, e não o objeto da pesquisa. Dessa forma, caso esteja descrevendo uma pesquisa científica relacionada ao fogo, por exemplo, o que deve ser considerado, inclusive para a avaliação do impacto desse uso, é a realização da pesquisa e não o impacto que o fogo pode causar dentro e no entorno de uma unidade.

A categoria **uso público e turismo** é o uso público por excelência, tendo pautado inúmeras criações e manutenções de áreas protegidas no mundo. Como usos específicos, estão as diferenciações que a Lei adota, sendo que o conceito para cada uma delas não é unânime. Para fins da presente metodologia, a classificação é assim descrita:

- **Atividades de educação ambiental:** são aquelas que ocorrem na unidade independente de uma educação formal. São as atividades de educação ambiental realizadas pela unidade, geralmente por meio de um agente condutor.
- **Atividades de interpretação ambiental:** é um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido.
- **Visitação para fins educacionais:** é aquela onde o planejamento, a execução e o monitoramento da atividade são estruturados de modo a atingir os objetivos educacionais cognitivos, comportamentais e/ou atitudinais propostos.
- **Recreação em contato com a natureza:** são as atividades de recreação que, eventualmente, podem ser realizadas no interior de unidades de conservação. Citam-se, como exemplo, as caminhadas, as trilhas de bicicleta, as escaladas, entre outras.
- **Turismo ecológico:** é o realizado com a finalidade de contato com atributos naturais e ecológicos, reforçando a experiência de contato com a natureza. O uso “observação de fauna” enquadra-se nesse uso específico.
- **Turismo:** é o realizado nas unidades de conservação, mas não necessariamente está relacionado ao aspecto natural, pois as unidades de conservação nem sempre possuem atributos exclusivamente naturais, sendo possível a existência de atributos históricos, culturais, dentre outros, que possam gerar interesse de visitação, como, por exemplo, visita ao Cristo Redentor no Parque Nacional da Tijuca.
- **Visitação sem ordenamento:** é toda e qualquer visita, mesmo que seja análoga às supradescritas, mas que não possua instrumento regulatório válido, tornando-se uma visitação sem ordenamento. Ela é considerada um uso vedado para todas as categorias.
- **Visitação em área de cunho religioso:** é a visitação realizada em sítios de importância religiosa, localizados dentro de unidades de conservação.
- **Empreendimento turístico:** estabelecimento que se destina a prestar serviços de alojamento mediante remuneração, compreendendo o conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares.

Como **propriedade intelectual derivada**, entende-se a proveniente do acesso ao recurso. Assim, cabem tanto as criações artísticas cobertas pelos direitos autorais, quanto as propriedades industriais, como patentes, desenhos industriais ou marcas.

Com relação aos direitos autorais, tem-se, normalmente, o uso de imagem, tanto para uso privado, quanto para uso comercial. Além disso, pode ser citada a composição de músicas a partir de sons gravados em unidades de conservação.

Com relação à propriedade industrial, tem-se as patentes provenientes de acesso aos recursos genéticos ou as marcas que exploram atividades em unidades de conservação, como autorizadas, licenciadas e concessionárias.

- **Acesso a recurso genético:** conforme a Convenção sobre Diversidade Biológica, é o acesso a todos

os organismos vivos (plantas, animais e microrganismos) que carregam material genético potencialmente útil aos seres humanos. Pode ser proveniente de ambientes em que ocorram naturalmente (in situ) ou de coleções criadas pelos seres humanos, tais como os jardins botânicos, bancos de germoplasma, bancos de sementes ou coleções de culturas microbianas (ex situ).

- **Empresa autorizada (marca):** Instituição/empresa formalmente autorizada a utilizar a marca "Parque" para a produção e associação em produções televisivas, cinematográficas e publicitárias.
- **Concessionária (marca):** Entidade privada responsável para prestação de serviço público de forma indireta na unidade de conservação, mediante licitação, por prazo determinado.

O **uso de solo** decorre das relações estabelecidas no que se refere ao exercício dos direitos de domínio sobre a terra, conforme disposto no Código Civil Brasileiro.

A posse é um fato que gera direito de usar e colher os frutos. Ela se dá nos casos em que os usuários não são os titulares da terra. Já no caso de propriedade, o usuário pode também dispor da coisa (vender, doar).

Como **usos específicos** sugeridos, temos:

- **Moradias:** referem-se ao uso tradicional de qualquer posse ou propriedade. Elas são assim denominadas quando servem como base para núcleo familiar, cabendo, dentro do presente, desde as moradias de ribeirinhos até os condomínios verticais. Enquadram-se como moradia, as roças e a criação animais para fins de subsistência. A moradia pode ocorrer em área de propriedade ou em área de posse.
- **Moradia (população tradicional beneficiária):** moradia exclusivamente caracterizada pela ocupação por populações tradicionais residentes no interior da unidade de conservação.
- **Agricultura:** refere-se à produção. É o conjunto de técnicas utilizadas para cultivar plantas com o objetivo de obter alimentos, fibras, energia, matérias-primas para roupas, construções, medicamentos, ferramentas, ou apenas para contemplação estética ex situ. A agricultura pode ocorrer em área de propriedade ou em área de posse.
- **Pecuária:** refere-se à criação de animais de grande, médio ou pequeno porte para fins comerciais. Enquadram-se nesse caso a criação de bois, porcos, aves, cavalos, ovelhas, coelhos, búfalos, entre outras. A pecuária pode ocorrer em área de propriedade ou em área de posse.
- **Pecuária (animais de grande porte):** válido exclusivamente para FLONA e RESEX, são permitidas as criações de animais de grande porte desde que exercidas por populações tradicionais habitantes das UC antes de suas criações.
- **Pecuária de pequeno porte e de cunho complementar:** uso aplicado exclusivamente em RESEX, com a finalidade de identificar criações para subsistência / consumo próprio das comunidades residentes.
- **Estrutura administrativa da UC:** refere-se à sede ou base da unidade de conservação e toda estrutura administrativa associada, como sala de reuniões / eventos, centros de visitantes, banheiros e outras construções.
- **Posse de má-fé / ocupação e grilagem:** A posse é de má-fé quando aquele que a está exercendo sabia ou não ignorava o vício, ou o obstáculo que impedia a aquisição da coisa. Um exemplo clássico deste tipo de posse é quando o adquirente da coisa (móvel ou imóvel), por negligência ou grosseira, sabia ou não ignorava que a coisa não pertencia ao alienante. Outro exemplo comum de posse de má-fé é a invasão de terra na qual a propriedade é conhecida, ou seja, tem consciência de

que já tem proprietário.

A posse boa-fé pode vir a se tornar de má-fé quando as circunstâncias fazem presumir que o possuidor passou a não mais ignorar que possui indevidamente. Um exemplo dessa hipótese é quando uma pessoa adquire a posse de um bem, deixa de quitar com as prestações junto ao alienante e permanece no imóvel. Desta forma, uma posse que era justa e de boa-fé, passa a ser de má-fé.

- **Área urbana:** É o espaço ocupado por uma cidade, caracterizado pela edificação contínua e pela existência de infraestrutura urbana, que compreende ao conjunto de serviços públicos que possibilitam a vida da população.
- **Atividade industrial:** Consiste no processo de produção que visa transformar matérias-primas em mercadoria através do trabalho humano e, de forma cada vez mais comum, utilizando-se de máquinas.
- **Açude para dessedentação:** com a finalidade de represar água para ser usada na dessedentação dos animais, apenas.
- **Outras atividades comerciais:** referem-se às atividades que ocorrem dentro das unidades de conservação e não estão diretamente relacionadas com as atividades rurais supradescritas ou com as atividades de moradia. São exemplos: comércios, pousadas, hotéis, hotéis fazenda, resorts, entre outras.

O **uso de fauna** é todo e qualquer uso direto de recursos faunísticos, no todo ou em parte, silvestre (nativos ou exóticos), dentro da unidade de conservação ou no entorno e que gere impacto relevante na UC. Engloba a caça, a pesca, a aquicultura, a apicultura e a coleta de indivíduos em qualquer fase da vida, ovos, pele, dentre outros.

Lembrando que cada um dos usos pode apresentar subdivisões que poderão ser adotadas conforme entendimento de quem preenche o painel de gestão.

- **Caça:** “matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou da rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida”. (Lei 9.605/1998).
- **Pesca:** “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros”. Segundo a Lei 11.959/2009, ela pode ser dividida em:

I – comercial:

- a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
- b) industrial: quando envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial.

II – não comercial:

- a) amadora: quando praticada com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;
 - b) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação.
- **Coleta:** obtenção de organismo silvestre animal ou microbiano, seja pela remoção do indivíduo do

seu habitat natural, seja pela colheita de amostras biológicas.

TOME NOTA

A coleta e a pesca experimental com finalidade científica devem ser avaliadas no campo próprio de “pesquisa científica”, por se tratarem de uma etapa necessária à pesquisa.

- **Aquicultura:** difere-se da pesca por ser baseada no cultivo de organismos aquáticos, geralmente em espaço controlado e confinado, para produção e exploração comercial. Exemplos: piscicultura e carcinicultura ¹¹.
- **Apicultura silvestre:** atividade de criação de abelhas com ferrão para a produção de mel, própolis, geléia real e outros produtos¹².
- **Meliponicultura:** atividade de criação de abelhas sem ferrão para extração de mel, própolis, geléia real e outros produtos ¹¹.

Por uso de flora, entende-se todo e qualquer uso de recursos florísticos, nativos ou plantados, inseridos dentro da unidade de conservação, ou no entorno, e que gere impacto relevante na UC.

Engloba, para todos os efeitos, toda e qualquer extração de recursos madeiráveis ou não, como desmatamento para extração de madeira, extrativismo de sementes, cascas, folhas, bulbos, ou seja, a extração de um ser vivo vegetal no todo ou em parte.

São divididos em:

- **Extrativismo vegetal:** consiste na retirada de produtos vegetais que estão presentes na natureza, como gravetos, cipós, galhos secos, borracha, seivas, frutos selvagens, sementes, flores, folhas, cascas e etc.
- **Extração madeireira:** consiste na colheita da madeira, podendo compreender o corte ou a derrubada, a extração, o desgalhamento, o descascamento, o carregamento e o conseqüente transporte com fins de transformação industrial. Possui cunho econômico.
- **Extração de madeira sustentável e complementar:** refere-se à extração de madeira para consumo de famílias residentes. Pode ser comercializada em pequena escala, sem visar lucro.
- **Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais:** qualquer forma de extração e/ou extrativismo madeireiro ou não madeireiro. Esse uso também é objetivo de categoria em Floresta Nacional.

O uso genérico denominado **uso de recurso abiótico** considera os casos em que determinado recurso que está sendo utilizado diretamente não é biológico, ou seja, esse uso não se enquadra em recursos de flora e nem de fauna. Enquadram-se nesse uso os casos da extração mineral (todo o seu processo, incluindo seus rejeitos) e da extração de água mineral (com finalidade estritamente comercial) e extração de petróleo em unidades de conservação, inclui-se neste uso, a extração de gás.

¹¹ Adaptado do site <https://www.embrapa.br/e-campo/meliponicultura>

¹² <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/veterinaria/o-que-e-apicultura/4593>

Na **utilidade pública e interesse social** temos a prevalência de situações que demandam bastante das unidades de conservação sobremaneira. Sendo assim, sob a égide desse uso, existem situações que, apesar do alto impacto negativo que por vezes geram, podem ocorrer por se tratarem do interesse prevalente da sociedade como um todo. São sugeridos como usos específicos: disposição de resíduos; captação de água; servidão de passagem terrestre (rodovias, estradas de terra, e vicinais); Servidão de passagem fluvial e marítima (hidrovias); geração de energia; transmissão de energia; atividade portuária; torre de comunicação; açude (com a finalidade de represar água para ser usada na geração de força, na agricultura e no abastecimento de populações); gasoduto/oleoduto/granduto/mineroduto; cemitério; sinalização náutica e área de exercício militar.

TOME NOTA

O uso utilidade pública e interesse social é classificado ordinariamente como vedado, por demandar de licenciamento ambiental ou outras autorizações específicas, cabendo a alteração da sua classificação legal, em todas as categorias, caso haja licença válida e apta a permitir o uso.

FIQUE ATENTO

Os açudes podem ser classificados como utilidade pública e interesse social, quando utilizados para fins de abastecimento humano ou geração de energia, ou como uso do solo quando utilizados somente para a dessedentação de animais de criação.

- **Gasoduto / oleoduto / granduto / mineroduto / cabeamento de comunicação:** envolve as estruturas de transporte de gás, óleo, grãos ou minerais:
 - a) Gasoduto é uma tubulação utilizada para transportar gás natural de um lugar para outro;
 - b) Oleoduto é uma tubulação fechada que é utilizada para transportar petróleo e seus derivados;
 - c) Granduto é um sistema de transporte de grãos por arrasto, no interior de tubos, através de pastilhas e corrente;
 - d) Mineroduto é um duto ou tubulação por onde se transporta minério de um lugar para outro;
 - e) Cabeamento de comunicação corresponde às redes físicas compostas por cabos de cobre ou fibra ótica, interligando regiões.
- **Infraestrutura urbana:** são compostos por equipamentos de suporte urbanos, tais como vias de acesso, avenidas, hospitais, escolas, áreas residências urbanas e comerciais.

TOME NOTA

Se no preenchimento for descrito algum uso específico relacionado à espécie exótica, mesmo que indiretamente, indicar qual a espécie (nome científico, preferencialmente) e o impacto causado. Exemplo: uso aquicultura - criação de Tilápia (*Tilapia rendalli*) em açudes ou camarão-do-pacífico (*Litopenaeus vannamei*) no mangue.

Por vezes, é possível observar um uso dentro de outro uso, como, por exemplo, supprime-se a vegetação com a finalidade de praticar atividades pecuárias; capta-se água e também se faz o transporte dela ou represa-se cursos d'água para irrigação. Nessas situações, aconselhamos que seja indicada no SAM-Ge apenas a atividade principal (pecuária, no primeiro caso, captação de água, no segundo e agricultura, terceiro) e que as demais atividades associadas sejam relatadas no campo descrição.

Classificação Legal dos Usos

Os usos específicos possuem uma cor sugerida para a classificação legal, que varia de acordo com a categoria da unidade. Essa cor sistematiza o uso como: vedado (vermelho), permitido (amarelo) e incentivado (verde). Porém, essa classificação não significa, por exemplo, que o uso vedado gera impacto negativo, pois isso será aferido, posteriormente, com a avaliação de impacto desse uso.

A classificação legal dos usos é sistematizada da seguinte forma:

- **Usos Incentivados (verde):** usos que estão expressamente dispostos no SNUC ou nos instrumentos de gestão e são ferramentas para que a unidade atinja seus objetivos de conservação ou usos que são, também, objetivos de conservação.
- **Usos Permitidos (amarelo):** usos que, apesar de não estarem expressamente dispostos no SNUC ou nos instrumentos de gestão como ferramentas para se atingir determinado objetivo, não são proibidos.
- **Usos Vedados (vermelho):** usos incompatíveis para determinada categoria.

Cabe destacar que a situação fática pode gerar uma classificação distinta da sugerida pelo sistema. Nesse caso, cabe uma seleção, no campo “situação ou instrumento que justifica a alteração da classificação legal”, indicando qual instrumento de gestão ou situação que, presumivelmente, alterará a classificação legal já dada para a categoria.

FIQUE ATENTO



Somente estão cobertos com essa alteração de classificação legal do uso os casos abarcados por instrumento legal compatível, não cabendo nos casos em que determinado uso vedado seja realizado em função de impossibilidade da administração pública em coibir a sua realização.

Os instrumentos ou situações que possibilitam a alteração da classificação legal são:

- ⇒ Plano de Manejo;
- ⇒ Falta de regularização fundiária;
- ⇒ Sobreposição com terra indígena;
- ⇒ Sobreposição com território quilombola;
- ⇒ Termo de compromisso;
- ⇒ Acordo de gestão;
- ⇒ Anterior à criação da UC;
- ⇒ Decreto de criação;
- ⇒ Autorização para licenciamento;
- ⇒ Sem ou em desacordo com licença/autorização;

- ⇒ Autorização direta;
- ⇒ Código Florestal;
- ⇒ Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU);
- ⇒ Legislação municipal ou estadual;
- ⇒ Outros direitos assegurados (decisão judicial).

TOME NOTA



O uso utilidade pública e interesse social é classificado ordinariamente como vedado, por demandar de licenciamento ambiental ou outras autorizações específicas, cabendo a alteração da sua classificação legal, em todas as categorias, caso haja licença válida e apta a permitir o uso.

Avaliação de Impacto dos Usos

A partir da seleção, descrição e classificação legal dos usos, parte-se para a avaliação de seus impactos. Dentre os impactos positivos, consideram-se os questionamentos acerca dos resultados econômicos e sociais (com interface com o indivíduo, o entorno e a sociedade) e os resultados para a própria unidade (resultados de conservação e manejo). Para os impactos negativos, consideram-se a severidade (quão intenso é o impacto), a magnitude (qual é a proporção territorial ou populacional do impacto) e o grau de irreversibilidade (avaliação da capacidade de recuperação do ambiente impactado).

O SAMGe avalia o impacto dos usos nos territórios em uma escala de -4 a 4, na qual, quanto maior, mais positivo é o impacto do uso para a UC. Na metodologia da ferramenta, um uso avaliado entre 1 e 4 é considerado como de impacto positivo, de -0,5 a 1, como de impacto moderado e, abaixo de -0,5, é considerado como um desafio territorial de gestão.

Como forma de facilitar o preenchimento, foram estabelecidos cenários de impactos positivos, conforme demonstrado abaixo e de impactos negativos (tabela 02). Assim, a valoração corresponde à ocorrência ou não de uma série de cenários possíveis.

Cenários – Aspecto Econômico

PESQUISA CIENTÍFICA	
Escala	Econômico
Beneficia economicamente o usuário ou exploradores de atividade	Permite ao(s) autor(es) da pesquisa ter(em) incremento econômico na medida em que gera publicações, entre outros.
Beneficia economicamente o entorno e/ou beneficiários	Gera benefícios econômicos indiretos aos beneficiários e/ou comunidades do entorno na medida em que a pesquisa é relevante ou de interesse na cadeia produtiva.
Beneficia economicamente a sociedade	Gera produtos, subprodutos ou serviços.

VISITAÇÃO E TURISMO	
Escala	Econômico
Beneficia economicamente o usuário ou exploradores de atividade	Gera benefícios econômicos para quem explora a atividade.
Beneficia economicamente o entorno e/ou beneficiários	Gera incremento econômico local na medida em que permite a contratação, venda ou aluguel de produtos ou serviços do entorno e/ou beneficiários.
Beneficia economicamente a sociedade	Gera incremento econômico local na medida em que permite a contratação, venda ou aluguel de produtos ou serviços de empresas nacionais e estrangeiras.

Cenários – Aspecto Econômico

PROPRIEDADE INTELECTUAL DERIVADA

Escala

Econômico

Beneficia economicamente o usuário ou exploradores de atividade

Gera ganhos econômicos para o(s) autor(es), criador(es) ou empresário(s).

Beneficia economicamente o entorno e/ou beneficiários

Gera benefícios econômicos para o entorno na medida em que permite a contratação de mão de obra local ou promove o entorno, gerando benefícios econômicos indiretos.

Beneficia economicamente a sociedade

Gera benefícios econômicos para a sociedade por se tratar de um uso de larga escala, com grande alcance ou produtos derivados.

USO DO SOLO

Escala

Econômico

Beneficia economicamente o usuário ou exploradores de atividade

Gera ganhos econômicos para o posseiro ou proprietário.

Beneficia economicamente o entorno e/ou beneficiários

Gera benefícios econômicos para o entorno na medida em que emprega mão de obra local ou que a produção tem benefícios repassados à comunidade ou entorno.

Beneficia economicamente a sociedade

Gera benefícios econômicos para a sociedade por se tratar de uma posse ou propriedade com produção que atinge os mercados consumidores.

USO DA FAUNA

Escala

Econômico

Beneficia economicamente o usuário ou exploradores de atividade

Os recursos faunísticos integram a renda dos usuários por meio da venda ou troca de produtos e subprodutos.

Beneficia economicamente o entorno e/ou beneficiários

Os recursos faunísticos estão inseridos em uma lógica mercadológica e/ou integram a renda dos beneficiários e/ou comunidades do entorno, existindo a compra e venda de produtos e subprodutos.

Beneficia economicamente a sociedade

Os recursos faunísticos estão inseridos em uma lógica mercadológica de larga escala de compra e venda de produtos e subprodutos.

USO DA FLORA

Escala

Econômico

Beneficia economicamente o usuário ou exploradores de atividade

Os recursos florísticos integram a renda dos usuários por meio da venda ou troca de produtos e subprodutos.

Beneficia economicamente o entorno e/ou beneficiários

Os recursos florísticos estão inseridos em uma lógica mercadológica e/ou integram a renda dos beneficiários e/ou comunidades do entorno, existindo a compra e venda de produtos e subprodutos.

Beneficia economicamente a sociedade

Os recursos florísticos estão inseridos em uma lógica mercadológica de larga escala de compra e venda de produtos e subprodutos.

USO DO RECURSO ABIÓTICO

Escala

Econômico

Beneficia economicamente o usuário ou exploradores de atividade

Beneficia economicamente indivíduos na medida em que propicia incremento econômico de pessoas relacionadas à atividade.

Beneficia economicamente o entorno e/ou beneficiários

Beneficia economicamente os beneficiários e/ou comunidades do entorno, pois auxilia na promoção de bens e serviços relacionados à atividade.

Beneficia economicamente a sociedade

Beneficia economicamente a sociedade por se tratar de uma atividade econômica de larga escala e com grande alcance econômico.

UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL

Escala

Econômico

Beneficia economicamente o usuário ou exploradores de atividade

É necessário para incremento econômico de indivíduos.

Beneficia economicamente o entorno e/ou beneficiários

É necessário para o incremento econômico dos beneficiários e/ou comunidades do entorno.

Beneficia economicamente a sociedade

É necessário para o incremento econômico de uma região, localidade ou até do país.

Cenários - aspecto Social

PESQUISA CIENTÍFICA

Escala

Gera resultados sociais para o usuário ou exploradores de atividade

Gera resultados sociais para o entorno e/ou beneficiários

Gera resultados para a sociedade

Social

Gera incremento curricular para o(s) autor(es) da pesquisa e pessoas relacionadas.

Tem seus resultados repassados para beneficiários e/ou comunidades do entorno. São de interesse dos mesmos.

São de interesse da sociedade na medida em que permitem o incremento social de forma difusa.

VISITAÇÃO E TURISMO

Escala

Gera resultados sociais para o usuário ou exploradores de atividade

Gera resultados sociais para o entorno e/ou beneficiários

Gera resultados para a sociedade

Social

Gera benefícios sociais na medida em que melhora a qualidade de vida de quem explora a atividade.

Gera incremento social na medida em que auxilia direta e indiretamente na melhoria da qualidade de vida de beneficiários e/ou entorno.

Gera incremento social na medida em que propicia o incremento na qualidade de vida da sociedade, de forma difusa.

PROPRIEDADE INTELECTUAL DERIVADA

Escala

Gera resultados sociais para o usuário ou exploradores de atividade

Gera resultados sociais para o entorno e/ou beneficiários

Gera resultados para a sociedade

Social

Gera benefícios sociais para o autor na medida em que auxilia em sua profissão, gerando reconhecimento.

Gera benefícios sociais para beneficiários e/ou comunidades do entorno pois agrega à imagem local em seus aspectos sociais, culturais, históricos ou paisagísticos.

Gera benefícios sociais para a sociedade, pois divulga a imagem do sistema em seus aspectos naturais, culturais, sociais, históricos ou paisagísticos.

USO DO SOLO

Escala

Gera resultados sociais para o usuário ou exploradores de atividade

Gera resultados sociais para o entorno e/ou beneficiários

Gera resultados para a sociedade

Social

Gera benefícios sociais para o posseiro ou proprietário na medida em que serve como moradia e subsistência de família.

Gera benefícios sociais para beneficiários e/ou comunidades do entorno, pois a forma de contratação é justa, com repasse de benefícios, auxiliando na redução das desigualdades.

Gera benefícios sociais para a sociedade, pois, além da produção de forma justa e ambientalmente correta, auxilia na redução das desigualdades.

USO DA FAUNA

Escala

Gera resultados sociais para o usuário ou exploradores de atividade

Gera resultados sociais para o entorno e/ou beneficiários

Gera resultados para a sociedade

Social

O uso dos recursos faunísticos é relevante para a qualidade de vida dos usuários, por trazer benefício individual e/ou familiar.

O uso dos recursos faunísticos é relevante para a qualidade de vida (entorno e/ou beneficiários) ou para promover a organização comunitária.

O uso dos recursos faunísticos é relevante para a sociedade na medida em que geram produtos subprodutos consumidos em larga escala.

USO DA FLORA

Escala

Gera resultados sociais para o usuário ou exploradores de atividade

Gera resultados sociais para o entorno e/ou beneficiários

Gera resultados para a sociedade

Social

O uso dos recursos florísticos é relevante para a qualidade de vida dos usuários, por trazer benefício individual e/ou familiar.

O uso dos recursos florísticos é relevante para a qualidade de vida (entorno e/ou beneficiários) ou para promover a organização comunitária.

O uso dos recursos florísticos é relevante para a sociedade na medida em que geram produtos e subprodutos consumidos em larga escala.

Cenários - aspecto Social

USO DO RECURSO ABIÓTICO

Escala

Gera resultados sociais para o usuário ou exploradores de atividade

Gera resultados sociais para o entorno e/ou beneficiários

Gera resultados para a sociedade

Social

Melhora a qualidade de vida de cidadãos e residentes relacionados à atividade.

Melhora a qualidade de vida de beneficiários e/ou comunidades do entorno na medida em que se trata de uma forma justa de uso, além de propiciar o incremento de atividades locais.

É uma atividade realizada em larga escala e com grande alcance, trazendo produtos e serviços que melhoram a qualidade de vida da sociedade.

UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL

Escala

Gera resultados sociais para o usuário ou exploradores de atividade

Gera resultados sociais para o entorno e/ou beneficiários

Gera resultados para a sociedade

Social

Melhora a qualidade de vida de indivíduos.

Melhora a qualidade de vida de beneficiários e/ou comunidades do entorno.

Melhora a qualidade de vida de uma região, localidade ou até do país.



Cenários - aspecto Conservação

PESQUISA CIENTÍFICA

Escala

Conservação

Resultados de conservação - espécimes ou populações

Produz resultados de conservação para espécimen(s), auxiliando a manutenção ou melhoria do(s) seu(s) estado(s) de conservação.

Resultados de conservação - espécies

Produz resultados de conservação para espécie(s), auxiliando a manutenção ou melhoria do(s) estado(s) de conservação.

Resultados de conservação - alvos

Produz resultados de conservação para alvo(s), auxiliando a manutenção ou melhoria do(s) estado(s) de conservação.

VISITAÇÃO E TURISMO

Escala

Conservação

Resultados de conservação - espécimes ou populações

Gera ou incrementa a responsabilidade ambiental do visitante, pois aproxima o indivíduo de espécimes.

Resultados de conservação - espécies

Gera a consciência ambiental em escala local ou regional, no que se refere às espécies, auxiliando na sua manutenção ou gestão.

Resultados de conservação - alvos

A visitação amplia na sociedade a preocupação com conservação, pois aproxima os visitantes dos alvos, criando e incrementando a consciência da sociedade.

PROPRIEDADE INTELECTUAL DERIVADA

Escala

Conservação

Resultados de conservação - espécimes ou populações

Aproxima a sociedade da conservação de espécimen(s).

Resultados de conservação - espécies

Aproxima a sociedade da conservação de determinada(s) espécie(s), destacando sua importância e relevância.

Resultados de conservação - alvos

Aproxima a sociedade dos alvos, destacando a sua importância e relevância para os ecossistemas e processos ecológicos.

USO DO SOLO

Escala

Conservação

Resultados de conservação - espécimes ou populações

Gera resultados para conservação na medida em que existe a preocupação ambiental por parte dos usuários, havendo auxílios pontuais para conservação de espécimes.

Resultados de conservação - espécies

Gera resultados para conservação na medida em que existe a preocupação ambiental por parte dos usuários, havendo diversos casos de colaboração para conservação de espécimes e de espécies.

Resultados de conservação - alvos

O uso da terra gera resultados para conservação na medida em que existe a preocupação ambiental por parte dos usuários, havendo diversos casos de colaboração para conservação de alvos.

USO DA FAUNA

Escala

Conservação

Resultados de conservação - espécimes ou populações

Gera resultados de conservação, pois, apesar do uso em si, existe a consciência de sua importância, não havendo exploração além da necessária.

Resultados de conservação - espécies

Gera resultados de conservação, pois, apesar do uso em si, existe a consciência da importância de determinada espécie, auxiliando em sua manutenção.

Resultados de conservação - alvos

Gera resultados de conservação, pois, apesar do uso em si, existe a consciência da importância dos alvos, auxiliando em sua manutenção e melhoria.

USO DA FLORA

Escala

Conservação

Resultados de conservação - espécimes ou populações

Gera resultados de conservação, pois, apesar do uso em si, existe a consciência de sua importância, não havendo exploração além da necessária.

Resultados de conservação - espécies

Gera resultados de conservação, pois, apesar do uso em si, existe a consciência da importância de determinada espécie, auxiliando em sua manutenção.

Resultados de conservação - alvos

Gera resultados de conservação, pois, apesar do uso em si, existe a consciência da importância dos alvos, auxiliando em sua manutenção melhoria.

USO DO RECURSO ABIÓTICO

Escala

Resultados de conservação - espécimes ou populações

Resultados de conservação - espécies

Resultados de conservação - alvos

Conservação

Gera benefícios de conservação na medida em que os usuários realizam campanhas de conscientização acerca da importância ambiental.

Gera benefícios de conservação na medida em que os usuários realizam campanhas de conscientização acerca de espécies e de sua relevância para a manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Gera benefícios de conservação na medida em que os usuários realizam campanhas de conscientização acerca da importância dos alvos e de sua relevância para manutenção de serviços e processos ecológicos.

UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL

Escala

Resultados de conservação - espécimes ou populações

Resultados de conservação - espécies

Resultados de conservação - alvos

Conservação

Gera benefícios de conservação na medida em que os usuários realizam campanhas de conscientização acerca da importância ambiental.

Gera benefícios de conservação na medida em que os usuários realizam campanhas de conscientização acerca de espécies e de sua relevância para manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Gera benefícios de conservação na medida em que os usuários realizam campanhas de conscientização acerca da importância dos alvos e sua relevância para manutenção de serviços e processos ecológicos.

Cenários - aspecto Manejo

PESQUISA CIENTÍFICA

Escala

Resultados de manejo (uso) - unidade

Resultados de manejo (geral) - unidade

Resultados de manejo - sistema

Manejo

Gera resultados positivos de manejo no(s) próprio(s) uso(s) objeto da pesquisa.

É prioritária e permite a melhoria da qualidade da tomada de decisão em termos de unidade de conservação.

Auxilia a tomada de decisão para o sistema.

VISITAÇÃO E TURISMO

Escala

Resultados de manejo (uso) - unidade

Resultados de manejo (geral) - unidade

Resultados de manejo - sistema

Manejo

Auxilia a gestão do uso pela unidade na medida em que os usuários podem ser considerados "parceiros da conservação".

Gera resultados de manejo, pois os usuários e beneficiários são parceiros da conservação e enxergam a gestão como fundamental, aportando com dados, recursos e/ou informações relevantes.

Gera resultados de manejo em termos de sistema, pois os recursos provenientes auxiliam o sistema.

PROPRIEDADE INTELECTUAL DERIVADA

Escala

Resultados de manejo (uso) - unidade

Resultados de manejo (geral) - unidade

Resultados de manejo - sistema

Manejo

Gera resultados de manejo na medida em que aporta elementos que são utilizados para melhoria da qualidade de usos identificáveis.

Gera resultados de manejo da unidade na medida em que aporta elementos que são utilizados para as atividades de manejo e conservação.

Gera resultados de manejo de sistema na medida em que aporta elementos que são utilizados para as atividades de manejo e conservação de mais de uma unidade.

USO DO SOLO

Escala

Resultados de manejo (uso) - unidade

Resultados de manejo (geral) - unidade

Resultados de manejo - sistema

Manejo

O uso da terra gera resultados de manejo na medida em que os usuários entendem a importância da gestão, realizando o aporte de dados e informações que melhoram a relação usuários X unidade.

O uso da terra gera resultados de manejo na medida em que os usuários entendem a importância da gestão, realizando o aporte de dados e informações complementares à gestão.

O uso da terra gera resultados de manejo na medida em que os usuários entendem a importância da gestão e da área, divulgando benefícios advindos da relação usuários X unidade.

USO DA FAUNA

Escala

Manejo

Resultados de manejo (uso) - unidade

Gera resultados de manejo, pois os usuários auxiliam a unidade com dados e informações relevantes para a gestão do uso, coibindo abusos.

Resultados de manejo (geral) - unidade

Gera resultados de manejo, pois os usuários auxiliam a unidade com dados e informações relevantes para a gestão.

Resultados de manejo - sistema

Gera resultados de manejo, pois os usuários auxiliam a unidade com dados e informações preponderantes para a tomada de decisão, além de fortalecer o sistema em sua relevância.

USO DA FLORA

Escala

Manejo

Resultados de manejo (uso) - unidade

Gera resultados de manejo, pois os usuários auxiliam a unidade com dados e informações relevantes para a gestão do uso, coibindo abusos.

Resultados de manejo (geral) - unidade

Gera resultados de manejo, pois os usuários auxiliam a unidade com dados e informações relevantes para a gestão.

Resultados de manejo - sistema

Gera resultados de manejo, pois os usuários auxiliam a unidade com dados e informações preponderantes para a tomada de decisão, além de fortalecer o sistema em sua relevância.

USO DO RECURSO ABIÓTICO

Escala

Manejo

Resultados de manejo (uso) - unidade

Gera benefícios de manejo, pois existe aporte de informação, dados ou recursos que auxiliam na gestão da unidade no que concerne ao uso.

Resultados de manejo (geral) - unidade

Gera benefícios de manejo, pois existe aporte de informação, dados ou recursos que auxiliam na gestão da unidade em diversos escopos.

Resultados de manejo - sistema

Gera benefícios de manejo, pois existe aporte de informação, dados ou recursos que auxiliam na gestão da unidade em termos de sistema.

UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL

Escala

Manejo

Resultados de manejo (uso) - unidade

Gera benefícios de manejo, pois existe aporte de informação, dados ou recursos que auxiliam na gestão da unidade no que concerne ao uso.

Resultados de manejo (geral) - unidade

Gera benefícios de manejo, pois existe aporte de informação, dados ou recursos que auxiliam na gestão da unidade em diversos escopos.

Resultados de manejo - sistema

Gera benefícios de manejo, pois existe aporte de informação, dados ou recursos que auxiliam na gestão da unidade em termos de sistema.



Impacto Negativo	SEVERIDADE	<p>Representa quão intenso é o impacto gerado pelo uso, dada a continuidade das atuais circunstâncias. Para ecossistemas, é medida a partir do grau de destruição ou degradação do ambiente. Para espécies, é medida a partir do grau de redução da população-alvo.</p> <p>0 - Não há impacto negativo para o critério severidade; 1 - de 1 a 10% do ambiente ou da população-alvo será reduzida nos próximos 10 anos ou 3 gerações; 2 - de 11 a 30% do ambiente ou da população-alvo será reduzida nos próximos 10 anos ou 3 gerações; 3 - de 31 a 70% do ambiente ou da população-alvo será reduzida nos próximos 10 anos ou 3 gerações; 4 - mais de 70% do ambiente ou da população-alvo será reduzida nos próximos 10 anos ou 3 gerações.</p>
	MAGNITUDE	<p>Representa a proporção territorial ou populacional do impacto gerado pelo uso, dada a continuidade das atuais circunstâncias.</p> <p>0 - Não há impacto negativo para o critério magnitude; 1 - de 1 a 10% da unidade será atingida nos próximos 10 anos; 2 - de 11 a 30% da unidade será atingida nos próximos 10 anos; 3 - de 31 a 70% da unidade será atingida nos próximos 10 anos; 4 - mais de 70% da unidade será atingida nos próximos 10 anos.</p>
	IRREVERSIBILIDADE	<p>É a capacidade de recuperação do ambiente afetado pelo uso, uma vez que o uso deixe de existir.</p> <p>É avaliado a partir do impacto do uso sobre o ambiente, e não do uso em si. Leva também em consideração o comprometimento institucional necessário para a recuperação do dano (tempo e esforço necessários para recuperação).</p> <p>0 - não há impacto negativo para o critério irreversibilidade; 1 - os efeitos do dano são de fácil reversibilidade, com pouco esforço, em até 5 anos (ex. estradas não pavimentadas); 2 - os efeitos do dano podem ser revertidos e o RV recuperado, com esforço e comprometimento institucional, entre 6 e 20 anos (ex. drenagem de áreas alagadas); 3 - os efeitos do dano podem tecnicamente ser revertidos, mas não são práticos ou são custosos, levando de 20 a 100 anos para alcançar o objetivo (ex. solo convertido em agricultura); 4 - os efeitos do dano não podem ser revertidos, e o RV dificilmente será restaurado. Ademais, levaria mais de 100 anos para atingir o objetivo (ex. solo convertido em um condomínio residencial).</p>

Tabela 02 – Critérios para avaliação dos impactos negativos dos usos.



Passo 3 – Usos

Neste passo, vamos identificar e avaliar todos os usos específicos que ocorrem na UC.

Os oito usos genéricos estão representados por ícones e cada botão, abaixo do uso genérico, representa um uso específico.

Para iniciar o preenchimento dos usos, faça a seleção do uso genérico clicando sobre o ícone do **uso genérico (A)** ou diretamente sobre os botões **(B)** abaixo do uso genérico que será avaliado (figura 24).



Figura 24 – Início da avaliação dos usos específicos.

TOME NOTA



Se já houve um preenchimento anterior, os botões referentes aos usos específicos avaliados estarão coloridos de acordo com a avaliação de impacto daquele uso.

Ao clicar sobre o ícone do uso genérico ou sobre o botão abaixo dele, uma página de avaliação será aberta. Clicando no campo usos específicos avaliados, uma lista suspensa com os usos específicos será fornecida (figura 25). Selecione o uso que será avaliado.

Figura 25 – Demonstração da seleção dos usos específicos avaliados.

Em seguida, faça uma descrição detalhada desse uso que servirá para orientar análises futuras da unidade de conservação.

O campo **classificação legal do uso** será preenchido automaticamente a partir da seleção do uso.

Já no campo **classificação marcada** selecione como o uso ocorre na unidade.

Caso você opte por uma classificação legal diferente daquela dada pelo sistema, você deverá justificar o porquê dessa alteração por meio de uma das opções do campo seguinte **situação ou instrumento que justifica a alteração da classificação legal** (figura 26).

The screenshot shows a form with several fields. The 'CLASSIFICAÇÃO LEGAL DO USO' field is set to 'VEDADO'. The 'CLASSIFICAÇÃO MARCADA' field is set to 'PERMITIDO'. The 'SITUAÇÃO OU INSTRUMENTO QUE JUSTIFICA A ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO LEGAL' field is open, showing a list of options. The option 'Falta de regularização fundiária' is highlighted in blue. Other options include 'Anterior à criação da UC', 'Autorização direta', 'Autorização para licenciamento', 'CCDRU', 'Código Florestal', 'Decreto de criação', 'Legislação Estadual/Municipal restritiva', 'Outros direitos assegurados', 'Plano de Manejo', 'Sem/Desacordo com licença/autorização', 'Sobreposição TI', 'Sobreposição T. Quilombola', 'Termo de compromisso - Acordo de gestão', and 'Uso por comunidades tradicionais conforme o objetivo de conservação (APA, ARIE, MONA, RDS, RVS e RESEX)'. The 'USO POR COMUNIDADE TRADICIONAL E TBC' field is set to 'VOLUNTARIADO'.

Figura 26 – Demonstração da seleção da justificativa que altera a classificação legal.

Com essa justificativa marcada, o campo ficará com a cor da classificação legal de como o uso ocorre (figura 27). Note que, se não houver a justificativa dessa marcação diferente, a cor do campo não será alterada e não será possível salvar e avançar no preenchimento.

The screenshot shows the same form as in Figure 26. The 'CLASSIFICAÇÃO LEGAL DO USO' field is 'VEDADO'. The 'CLASSIFICAÇÃO MARCADA' field is 'PERMITIDO' and is highlighted in yellow. The 'SITUAÇÃO OU INSTRUMENTO QUE JUSTIFICA A ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO LEGAL' field is 'Falta de regularização fundiária'.

Figura 27 – Indicação da classificação legal do uso como ocorre na unidade.

Uma outra opção de classificação marcada é **entorno** (figura 28). Essa opção deverá ser selecionada caso o uso ocorra na zona de amortecimento ou no entorno da unidade, mas seus impactos positivos e/ ou negativos impactem a Unidade. Neste caso, a cor do campo não será alterada e não será necessário justificar no campo seguinte.

The screenshot shows the same form as in Figure 27. The 'CLASSIFICAÇÃO LEGAL DO USO' field is 'VEDADO'. The 'CLASSIFICAÇÃO MARCADA' field is 'ENTORNO'. The 'SITUAÇÃO OU INSTRUMENTO QUE JUSTIFICA A ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO LEGAL' field is empty.

Figura 28 – Demonstração da marcação Entorno.

Em seguida, marque se o uso é realizado por **comunidade tradicional** ou se está relacionado ao Turismo de Base Comunitária – **TBC (A)**. Da mesma forma, acione o campo **voluntariado (B)** se houver trabalho voluntariado ou de voluntariado envolvido no uso descrito (figura 29). Considera-se serviço voluntário, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física.

Figura 29 – Demonstração da marcação dos campos TBC e voluntariado.

Agora, veja como ficou a separação dos impactos positivos e negativos (figura 30).

Figura 30 – Demonstração dos eixos de avaliação dos impactos positivos e negativos.

Para visualizar uma breve descrição de cada um dos cenários de impactos positivos (“econômico”, “social”, “conservação”, “manejo”), basta passar o cursor sobre o “i” informação abaixo de cada botão (figura 31).

Figura 31 – Indicação do “i” informação para cada eixo de avaliação dos impactos positivos.

Para fazer a marcação da existência de impactos positivos basta selecionar o **s (sim)** no botão correspondente (figura 32). Caso o impacto não exista, deixe a marcação **n (não)**, automaticamente marcada.



Figura 32 – Demonstração da avaliação dos impactos positivos.

A avaliação dos impactos negativos (severidade, magnitude e a irreversibilidade) se dará com uma **numeração de 0 a 4** de acordo com o cenário estabelecido (figura 33).

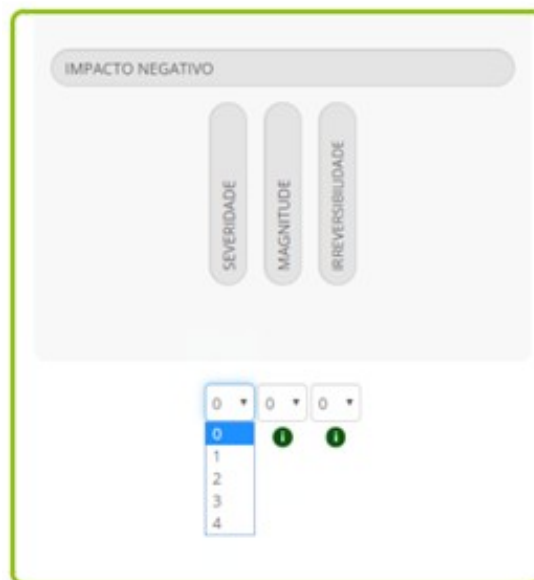


Figura 33 – Demonstração da avaliação dos impactos negativos.

Ao passar o cursor sobre o “i” informação, você poderá ver cada eixo de avaliação dos impactos negativos (figura 34).



Figura 34 – Indicação do “i” informação para cada eixo de avaliação dos impactos negativos.

TOME NOTA

Caso exista algum impacto negativo, os três elementos (severidade, magnitude e irreversibilidade) deverão ser avaliados.

Você poderá avaliar até oito usos específicos para cada uso genérico.

Espacializando os Usos

Da mesma forma como apresentado para a espacialização dos RV, o usuário deverá **salvar** o uso antes de clicar na **lupa com mapa** (figura 35) para iniciar o mapeamento dos polígonos correspondentes ao uso específico avaliado.

Figura 35 – Iniciando a espacialização dos usos específicos.

FIQUE ATENTO

Evite de efetuar o upload de camadas por meio de arquivos como o Shapefiles (SHP) ou KML. A ferramenta atualmente apresenta “bugs” nessa funcionalidade. Dê preferência pela edição manual.

Novamente, surgirá uma janela com os limites da UC. Localize os usos no mapa da UC e faça a espacialização. O usuário poderá efetuar a espacialização por meio dos **botões de ferramentas disponíveis** (figura 36), podendo inserir mais de um polígono para cada uso. Atente-se para salvar cada um deles no final do processo.

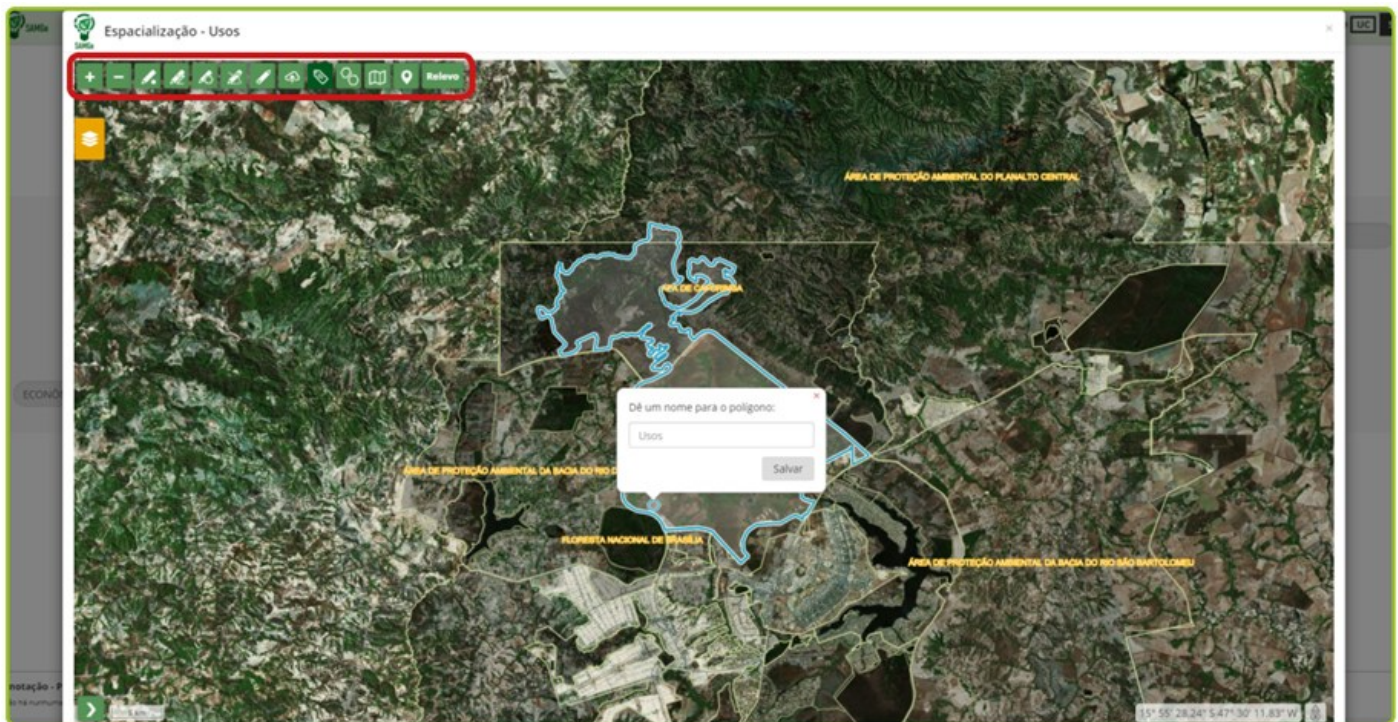


Figura 36 – Demonstração do ambiente de mapa para espacializar os usos.

Para atualizar o preenchimento anterior dos usos

Assim como na atualização dos Recursos e Valores, o gestor deverá reavaliar cada informação preenchida sobre os Usos.

Você notará que os botões dos usos já preenchidos possuem uma coloração que corresponde a sua avaliação de impacto, e que essa coloração se tornará mais intensa após a revisão de cada uso.

Para iniciar a revisão, basta clicar sobre o **botão correspondente ao uso**, fazer uma cuidadosa leitura das informações preenchidas e realizar as alterações, quando necessárias. Lembrando que você pode adicionar novos usos e excluir usos que não mais ocorrem.

Revise também a espacialização já realizada ou faça o mapeamento, caso ainda não tenha sido feito.

FIQUE ATENTO



Mesmo que não tenha havido alterações na espacialização dos usos neste ciclo de avaliação, para que o sistema mantenha a vetorização realizada anteriormente, será necessário abrir o mapa da UC e salvar cada polígono, individualmente.

Para avançar no preenchimento, todos os usos específicos deverão ser salvos, mesmo que não tenham havido alterações no ciclo atual.

AÇÕES DE MANEJO

As ações de manejo são as ações dos órgãos gestores que visam dar efetividade à política pública de unidades de conservação e são direcionadas para a melhoria do estado de conservação de um RV e / ou da qualidade de um uso.

Esse é um conceito convencionado para a metodologia e se situa entre estratégias (mais amplas, englobando diversas ações de manejo) e atividades (mais restrita, específicas por ação). Por exemplo: para coibir o avanço de uso do solo (estratégia), a unidade precisa realizar fiscalização e educação ambiental (ações). Para que a fiscalização exista, a UC precisa elaborar o plano de fiscalização, buscar os recursos, estabelecer parceria com a Polícia Ambiental do estado, entre outras (atividades).

No campo de avaliação das ações de manejo, complementarmente, são também identificados os processos e os instrumentos de planejamento, quando existentes. Cada ação está vinculada a um processo institucional.

Processo: aqui considerado somente o locus na estrutura organizacional para um conjunto de ações de manejo. Usado para selecionar as ações de manejo.

TOME NOTA



Para conhecer todos os processos utilizados no SAMGe, consulte o Anexo 03 deste Manual, o qual também indicará as ações de manejo e atividades geralmente relacionadas a cada um deles.

Ações de manejo: podem ser ações preventivas ou de recuperação e estão relacionadas a um processo específico. Inserem-se aqui, também, as ações de gestão.

Instrumento de Planejamento: este campo avalia se a ação descrita está prevista em algum instrumento de planejamento, tais como plano de manejo, plano de ação, plano de fiscalização, plano de uso público, legislação específica, etc; se não há instrumento ou se ação não foi planejada.

A factibilidade de execução das ações de manejo depende das condições existentes para sua realização. Assim, são avaliados os insumos que foram disponibilizados para a realização das ações de manejo que foram planejadas/executadas no atual ciclo de gestão, que compreende o período de janeiro a dezembro.

Os insumos avaliados são:

Pessoal: a quantidade de pessoal da UC disponibilizada para a realização da ação de manejo descrita.

- 0% significa que não havia pessoal para realizar a ação;
- De 1 a 25%, significa que a quantidade de pessoal foi muito baixa;
- De 26 a 50%, significa que a quantidade de pessoal foi baixa;
- De 51 a 75%, significa que a quantidade de pessoal foi moderada;
- De 76 a 100%, significa que a quantidade de pessoal foi suficiente.

Capacidade técnica: avalia a capacidade técnica disponibilizada, dentro do quadro funcional da UC, para a realização da ação de manejo descrita.

- 0% significa que não havia pessoal com capacidade técnica para realizar a ação;
- De 1 a 25%, significa que a quantidade de pessoal com capacidade técnica foi muito baixa;
- De 26 a 50%, significa que a quantidade de pessoal com capacidade técnica foi baixa;
- De 51 a 75%, significa que a quantidade de pessoal com capacidade técnica foi moderada;
- De 76 a 100%, significa que a quantidade de pessoal com capacidade técnica foi suficiente.

Equipamento: avalia os equipamentos da UC disponibilizados para a realização da ação de manejo descrita.

- 0% significa que não havia equipamento para realizar a ação;
- De 1 a 25%, significa que a quantidade de equipamento foi muito baixa;
- De 26 a 50%, significa que a quantidade de equipamento foi baixa;
- De 51 a 75%, significa que a quantidade de equipamento foi moderada;
- De 76 a 100%, significa que a quantidade de equipamento foi suficiente.

Recurso Financeiro: avalia o recurso financeiro da UC disponibilizado para a realização da ação de manejo descrita.

- 0% significa que não havia recurso financeiro para realizar a ação;
- De 1 a 25%, significa que a quantidade de recurso financeiro foi muito baixa;
- De 26 a 50%, significa que a quantidade de recurso financeiro foi baixa;
- De 51 a 75%, significa que a quantidade de recurso financeiro foi moderada;
- De 76 a 100%, significa que a quantidade de recurso financeiro foi suficiente.

TOME NOTA

Se a ação que está sendo avaliada não necessita de recurso financeiro ou se os recursos já estão garantidos por meio de contratos, marque a opção «recursos financeiros suficientes».

O sistema avalia também o apoio externo disponibilizado para a realização das ações de manejo planejadas ou executadas no atual ciclo de gestão avaliado, a partir da identificação do grau, tipo e origem desse apoio, permitindo, assim, analisar os parceiros para a gestão da UC. Para isso, a avaliação das ações de manejo, realizadas por meio de apoio externo, leva em consideração:

Grau de apoio: avalia o grau de apoio que foi necessário para a execução da ação. Está sempre relacionado aos insumos, como o apoio financeiro de projetos, capacitação de servidores pelo órgão gestor, o suporte das forças de segurança em atividades de fiscalização ou empréstimos de equipamentos por UC circunvizinhas. Dentre as opções de avaliação, têm-se:

- Não foi necessário externo;
- Foi necessário pouco apoio;
- Foi necessário moderado apoio;

- Foi necessário muito apoio;
- Foi necessário total apoio.

Tipo de apoio: especifica qual foi o insumo de maior relevância (pessoal, capacidade técnica, equipamento e recurso financeiro) que recebeu ou deveria ter recebido como apoio externo.

Origem do apoio: indica de onde veio o apoio (Sede do órgão gestor, Gerência Regional, mosaicos, prefeituras, Projetos de cooperação internacional, organização da sociedade civil, voluntários, etc.).

Por fim, deverá ser indicada a situação de execução da ação de manejo avaliada:

Situação de execução: avalia se a ação de manejo foi realizada, parcialmente realizada ou não foi realizada.

TOME NOTA



O preenchimento do SAMGe deve ser realizado por cada UC, porém o planejamento para o caso dos NGI e outros agrupamentos territoriais poderá ser realizado em conjunto, isto é, replicando o planejamento do território em cada UC caso seja pertinente.

Passo 4 - Ações de Manejo

No Passo 4, mapearemos as Ações de Manejo que foram propostas para a gestão da unidade de conservação no atual ciclo de gestão, observando que o conjunto dessas ações e a sua capacidade de execução refletem o indicador Insumos dentro da lógica do SAMGe. Seu mapeamento refletirá as estratégias propostas para mitigar os impactos de um determinado Uso, ou potencializar a conservação de um determinado RV, expondo os pontos positivos da gestão, assim como possíveis fragilidades.

Para iniciar o preenchimento do Passo 4, clique em nova ação de manejo (figura 37).



Figura 37 – Indicação de preenchimento no passo 4.



Na tela seguinte, selecione o **Processo**, por meio da lista suspensa à direita do primeiro campo (figura 38):

Figura 38 – Demonstração da seleção de Processo.

Observe que, ao selecionar o processo desejado, somente as ações de manejo relacionadas a ele aparecerão como opções no campo seguinte. Selecione a **ação de manejo (A)** na lista fornecida pelo sistema. Em seguida, faça uma descrição, com detalhamento suficiente para que a ação realizada seja compreendida no campo **descrição da ação (B)**, pois ela irá orientar análises futuras da Unidade (figura 39).

Figura 39 – Demonstração da seleção e descrição da ação de manejo.

TOME NOTA



Ao descrever ação de manejo relacionada a espécies exóticas invasoras, informar, preferencialmente, o nome científico da(s) espécie(s) e o método executado para cada espécie. Se possível, informe o tamanho da área e/ou número de indivíduos manejados. Exemplo: corte raso com motosserra de 2km de *Pinus sp.*

Logo após, selecione em qual instrumento de planejamento a ação de manejo está descrita, se não há instrumento ou a ação não foi planejada (figura 40).

INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO EM QUE ESTÁ DISPOSTA A AÇÃO DE MANEJO	PLANO DE MANEJO	
	PLANO DE FISCALIZAÇÃO	
	PLANO DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO	
PESSOAL	PLANO DE USO PÚBLICO	A
	PLANO DE AÇÃO	
CAPACIDADE TÉCNICA	OUTRO INSTRUMENTO SEM INSTRUMENTO	B
	CCDRU	
EQUIPAMENTO	TERMO DE COMPROMISSO - ACORDO DE GESTÃO	C
	PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
RECURSO FINANCEIRO	PLANO DE PESQUISA	D
	PLANO DE MONITORAMENTO	
	PLANO DE CAPACITAÇÃO	
GRAU DE APOIO NECESSÁRIO	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	
	NÃO PLANEJADA	

Figura 40 – Demonstração da seleção do instrumento de planejamento.

A partir de agora, serão identificados os insumos que foram disponibilizados para a realização das ações de manejo proposta para o atual ciclo de gestão. Os campos de avaliação da ação de manejo possuem uma lista suspensa com as opções. Clique em cada campo para visualizá-las. Selecione uma alternativa para cada item avaliado: **peçoal (A)**, **capacidade técnica (B)**, **equipamento (C)** e **recurso financeiro (D)** (figura 41).

PESSOAL	De 51 a 75% - moderado	A
CAPACIDADE TÉCNICA	De 51 a 75% - moderado	B
EQUIPAMENTO	De 51 a 75% - moderado	C
RECURSO FINANCEIRO		D
GRAU DE APOIO NECESSÁRIO	0% - não havia recurso financeiro De 1 a 25% - muito baixo De 26 a 50% - baixo De 51 a 75% - moderado De 76 a 100% - suficiente	
TIPO DE APOIO NECESSÁRIO		
ORIGEM DO APOIO RECEBIDO		

Figura 41 – Demonstração da avaliação dos insumos.

Nos campos relacionados ao apoio, você deverá selecionar o **grau de necessidade de apoio (A)** e o **tipo de apoio (B)**, isto é, qual insumo a unidade mais necessitou para realizar a ação. Depois, escreva qual é a origem do apoio recebido, se o apoio não foi recebido, deixe esse campo em branco. Caso não tenha sido necessário apoio para a execução da ação, selecione **não se aplica** em **tipo de apoio necessário** e deixe em branco o campo **origem do apoio recebido (C)** (figura 42).

GRAU DE APOIO NECESSÁRIO		A
TIPO DE APOIO NECESSÁRIO		B
ORIGEM DO APOIO RECEBIDO		C
SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO		D

Figura 42 – Demonstração da avaliação relacionada ao apoio.

No último campo de avaliação **(D)**, marque a **situação da execução** da ação de manejo se realizada, parcialmente realizada ou não realizada.

Ao finalizar, salve antes de prosseguir.

Espacializando as Ações de Manejo

Assim como na espacialização dos RV e Usos, para indicar a localização espacial das ações de manejo, é necessário clicar no ícone da **lupa com mapa**. Uma janela com o limite da UC irá se abrir e poderá ser iniciado o desenho das ações de manejo que foram propostas (figura 43). Lembrando sempre de salvar cada ação de manejo antes de iniciar o mapeamento. Recordamos da possibilidade pelo upload de camadas, e a importância no carregamento de shapefiles com até 5mb e que contenham apenas a feição de interesse.



Figura 43 – Início da espacialização das ações de manejo.

Para atualizar o preenchimento anterior das Ações de Manejo

Para a Unidade que já preencheu a ferramenta anteriormente, será necessário revisar todas as informações sobre as ações de manejo já preenchidas. Para isso, clique sobre o botão editar de cada ação de manejo para abrir a página de avaliação (figura 44).



Figura 44 – Demonstração de ações de manejo já adicionadas.

Revise atentamente todas as ações de manejo, faça as alterações, quando necessárias, salve e vá para a revisão da espacialização.

FIQUE ATENTO

Mesmo que não tenha havido alterações na espacialização das ações de manejo neste ciclo de avaliação, para que o sistema mantenha a vetorização realizada anteriormente, será necessário abrir o mapa da UC e salvar cada polígono, individualmente. Por essa razão recomendamos a espacialização manual, e não a importação de shapefile ou KML, o que traria significativo desgaste para a validação.

Obviamente, você poderá também excluir ou acrescentar novas ações de manejo que foram planejadas ou executadas.



INTER-RELAÇÃO DAS AÇÕES DE MANEJO X USOS

Após descrever os usos específicos que ocorrem na Unidade e as principais ações de manejo que foram planejadas ou executadas no atual ciclo de gestão, é chegada a hora de inter-relacionar esses elementos.

Por meio do cruzamento dessas informações o gestor poderá fazer uma análise do planejamento da Unidade, avaliando o direcionamento das estratégias adotadas para mitigar e/ou prevenir danos gerados por usos com impactos negativos (desafio territorial de gestão), bem como para melhorar a entrega dos usos (resultados, produtos e serviços) com avaliação positiva de impacto para a sociedade.

Avaliação do Uso	Uso Específico	Ação de Manejo 1	Ação de Manejo 2	Ação de Manejo 3
■	Pesquisa científica Pesquisas Gerais	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
■	Pesquisa científica Grandes mamíferos	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
■	Pesquisa científica Avaliação quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
■	Atividades de recreação em contato com a natureza Diversas trilhas para pedestres e ciclistas	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
■	Turismo ecológico Observação de fauna e de avifauna	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
■	Atividades de recreação em contato com a natureza Piscina de água natural	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
■	Visitação sem ordenamento Chapada Imperial	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
■	Visitação sem ordenamento Trilhas irregulares de ciclismo	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Figura 45 – Usos e Ações de Manejo.

Passo 5 – Ações x Usos

Nos passos anteriores você avaliou as ações de manejo e identificou os possíveis usos específicos. Agora vamos correlacionar essas informações e entender a importância do Passo 5 para a análise gerencial.

Nesse passo, você visualizará todos os usos elencados e suas avaliações de impacto representadas pelas cores da coluna à esquerda. Para cada uso específico, você poderá designar até três ações de manejo que foram planejadas ou executadas visando a melhoria da qualidade do uso relacionado ou a mitigação de seus impactos negativos, caso existam.

Para fazer essa correlação, selecione as ações de manejo por meio da lista suspensa fornecida pelo sistema (figura 46).

Para atualizar o preenchimento anterior: Ações x Usos

As informações deste passo não **serão resgatadas** de preenchimentos anteriores, portanto, o gestor deverá realizar a inter-relação dos usos com as ações de manejo a cada ciclo de avaliação.

Assim, observe a lista das ações de manejo e dos usos e correlacione as ações que foram realizadas ou planejadas para o atual ciclo de gestão, que buscaram ampliar os usos com impactos positivos e mitigar os usos com impactos negativos.

Ao finalizar, certifique que todas as informações estão corretas, salve e siga para o próximo passo.

The screenshot displays the SAMGe interface for 'PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA - ANO 2018'. The progress bar indicates the user is at 'Passo 5: Ações x Usos'. The main table is titled 'Correlacione as ações de manejo com os usos específicos' and has columns for 'Avaliação do Uso', 'Uso Específico', 'Ação de Manejo 1', 'Ação de Manejo 2', and 'Ação de Manejo 3'. A dropdown menu is open, showing a list of management actions:

- Realizar os procedimentos de análise de solicitação de pesquisa (Cobrar a análise e monitoramento de Sondas)
- Realizar os procedimentos de análise de solicitação de pesquisa (Cobrar a análise e monitoramento de Sondas)
- Avaliar impactos ambientais em processo de licenciamento ambiental (Captação pela CAESB, linha de transmissão, etc)
- Cobrar execução de condicionantes de autorizações para licenciamento (Fazer gestão das condicionantes do DER na EPIA (DF 001), da Terracap (Noroeste), GDF (Cidade Estrutural), etc)
- Emitir Autorização Direta (Análises diversas sob demanda)
- Realizar compensação ambiental (Buscar recursos de compensação ambiental junto ao IBRAM, através de projetos específicos)
- Manter a sinalização (Limites da UC, acessos e atrativos)
- Ordenar a visitação e o ecoturismo (Ordenamento de visitação e ecoturismo na área antiga)
- Realizar Programa/Plano de Educação Ambiental (planejamento e execução de programa de visitação com fins educacionais e atividades de educação e interpretação ambiental)
- Realizar medidas de combate às emergências ambientais (Monitoramento e combate de focos de fogo pela brigada de incêndio)
- Realizar medidas preventivas de emergências ambientais (Confecção de aceiro e monitoramento de focos de fogo pela brigada de incêndio, avaliações e projetos sobre manejo integrado de fogo)
- Adquirir equipamento (Substituição dos furtoados e dos obsoletos, compra de equipamentos novos)
- Buscar perfil técnico específico (Necessidade urgente de gerente de fogo, analista administrativo para contratos e de agentes de fiscalização)
- Realizar a manutenção das estruturas de visitação e de ecoturismo (Melhorias das trilhas, rodizio operacional das piscinas e mudanças do horário de abertura de acordo com a demanda)
- Manter e fazer funcionar conselho da UC (Estimular e fazer as reuniões)
- Manter infraestrutura (Reparo em cercas, manutenção das vias, de estruturas administrativas e de visitação)
- Erradicar Exóticas (Remover exóticas, integrado com sementeira e plantio de espécies nativas)
- Realizar o monitoramento da biodiversidade (Monitoramento in-situ da biodiversidade por transecto (mamíferos, borboletas e biomassa))
- Revisar o Plano de Manejo (Revisão do Plano de Manejo da UC)
- Realizar a fiscalização (Patrulhamento de rotina e ações específicas em geral, especialmente desocupação de invasões)

Figura 47 – Demonstração da atualização do preenchimento do Passo 5.



INTER-RELAÇÃO DOS RV X USOS X AÇÕES DE MANEJO

Os Recursos e Valores são fundamentais para que a unidade atinja seus objetivos de conservação. Assim, compreender as relações existentes entre os usos específicos e as ações de manejo que impactam os RV são essenciais para compor o cenário de avaliação da efetividade da gestão do território e subsidiar a tomada de decisão. Este cruzamento fornece uma série de informações e indica a necessidade de ajustes no planejamento, quando necessário, uma vez que os desafios territoriais de gestão estarão evidenciados.

Nesta relação, espera-se maior ocorrência de usos que gerem benefícios e ações de manejo efetivas voltadas para a conservação dos Recursos e Valores.

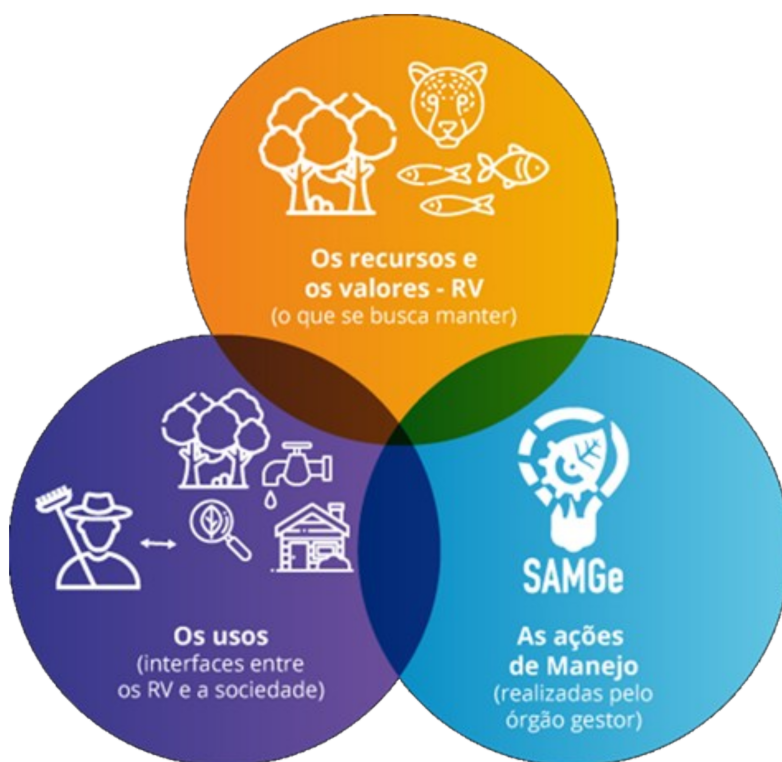


Figura 48 – RV, Usos e Ações de Manejo.



Passo 6 - RV X Usos X Ações de Manejo

Neste momento, o usuário deverá fazer a correlação das **ações de manejo** e dos **usos específicos** com os **recursos e valores** (figura 49). Agora, é importante relacionar até três ações de manejo que foram mais relevantes para cada RV, assim como relacionar até três usos que mais influenciaram positiva ou negativamente o RV. Essa correlação é importante para que se possa visualizar de forma ampla a interação desses elementos.

The screenshot shows the SAMGe interface for 'PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA - ANO 2018'. The progress bar indicates 'Passo 6: RV x Ações X Usos'. The main section is titled 'Correlacione as ações de manejo e os usos específicos com os RV'. It features three columns: 'Recursos e Valores (RV)', 'Ações de Manejo relacionadas com o RV', and 'Usos Específicos relacionados com o RV'. Under 'Recursos e Valores', 'Fauna Silvestre BIODIVERSIDADE' is selected. The 'Ações de Manejo' list includes: 'Realizar a fiscalização (Patrulhamento de rotina e ações específicas em geral, especialme', 'Cobrar execução de condicionantes de autorizações para licenciamento (Fazer gestão da', and 'Realizar a regularização fundiária em imóveis privados (Priorizar retirada de ocupantes d'. The 'Usos Específicos' list includes: 'Pesquisa científica (Pesquisas Gerais)', 'Turismo ecológico (Observação de fauna e de avifauna)', and 'Caça (Passeriformes, mamíferos em geral)'. Other resource categories like 'Educação Ambiental BIODIVERSIDADE' and 'Características Geológicas GEODIVERSIDADE E PAISAGENS' are also visible with their respective action and use lists.

Figura 49 – Correlação das ações de manejo e dos usos com os recursos e valores.

Por meio das listas suspensas selecione até três ações de manejo que foram mais relevantes para o RV e até três usos específicos que mais impactaram, positiva ou negativamente, o RV (figura 50).

This screenshot shows the same SAMGe interface as Figure 49, but with the 'Usos Específicos' dropdown menu expanded for 'Fauna Silvestre BIODIVERSIDADE'. The expanded list includes: 'Pesquisa científica (Pesquisas Gerais)', 'Turismo ecológico (Observação de fauna e de avifauna)', 'Caça (Passeriformes, mamíferos em geral)', 'Atividades de recreação em contato com a natureza (Diversas trilhas para pedestres e ciclistas)', 'Atividades de recreação em contato com a natureza (Piscina de água natural)', 'Caça (Passeriformes, mamíferos em geral)', 'Captação de água (CAESB (Represas Santa Maria e Torto))', 'Captação de água (Clandestinas)', 'Disposição de resíduos (Efluentes industrial e carreamento pluvial do SOFN)', 'Disposição de resíduos (Sólidos domésticos e construção civil) nos limites imediatos)', 'Extrativismo vegetal (Coleta de frutos, medicinais, ornamentais)', 'Moradia (posse) (Área ampliada, Colorado e Boa Esperança)', 'Moradia (propriedade) (Ocorrem algumas na área ampliada)', 'Pecuária (posse) (Área ampliada)', 'Pesca (Não comercial nas represas)', 'Pesquisa científica (Avaliação quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos)', 'Pesquisa científica (Grandes mamíferos)', 'Pesquisa científica (Pesquisas Gerais)', 'Serviço de passagem (Estradas do entorno DF-001, DF-170, DF-220, DF-097 e DF-003)', 'Serviço de passagem (Trechos das estradas DF-001 e DF-170)', 'Transmissão de energia (Linhas de Transmissão Contagem São João e Taguatinga-Brasília)', 'Turismo ecológico (Observação de fauna e de avifauna)', and 'Visitação sem ordenamento (Chapada Imperial)'. The 'Caça' option is currently selected.

Figura 50 – Lista de usos específicos para relacionar com o RV.

TOME NOTA

No momento de inter-relacionar as ações de manejo e os usos com os recursos e valores é possível que você se lembre de alguma nova ação de manejo ou uso ainda não registrado, se for o caso, volte aos passos anteriores e atualize as informações.

Na sequência, certifique que todas as informações estão corretas, salve o preenchimento e siga para o próximo passo.

Para atualizar o preenchimento anterior: RV x Usos x Ações de Manejo

As informações deste passo **não serão resgatadas** de preenchimentos anteriores, portanto, o gestor deverá realizar a inter-relação das ações de manejo e dos usos com os RV a cada ciclo de avaliação.

Assim, observe a lista de recursos e valores, e indique as ações de manejo realizadas no intuito de melhorar, manter ou retornar o estado de conservação dos RV, e indique os usos relacionados, que podem estar afetando positiva ou negativamente os RV avaliados.

Figura 51 – Demonstração da atualização do preenchimento anterior.

TOME NOTA

No momento de inter-relacionar as ações de manejo e os usos com os RV, é possível que você se lembre de alguma nova ação de manejo ou uso ainda não registrado, se for o caso, volte aos passos anteriores e atualize as informações.

PROCESSOS

A análise dos processos no SAMGe vai além do local onde determinada ação de manejo está situada dentro da estrutura do órgão gestor. Ele engloba os fluxos, as competências, as normas e a governabilidade de determinada ação. Portanto, o processo é o espaço em que ocorre a entrada de insumos e de onde se extrai o que se pretende, no caso, a realização das ações de manejo.

Principais processos da unidade: a ordem de prioridade de processos é dada pela quantidade de vezes que ele foi acionado no tocante, aos desafios territoriais de gestão, recebendo maior pontuação quando se tratar de desafios prioritários. Ou seja, com base no preenchimento feito pelo gestor o sistema elenará, de forma automática, os processos prioritários para a gestão dentro da UC. Serão elencados até oito processos. Os processos são avaliados de acordo com os seguintes itens:

Governabilidade: avalia o grau de autonomia que a unidade possui para realizar as ações relacionadas ao processo elencado. Possui uma lista de opções variando de nenhuma a total governabilidade. Como exemplo de processo com baixa governabilidade, há a redefinição de limites, que possui uma governabilidade altamente alheia à unidade, sendo que parte do processo compete à sede do órgão gestor e parte, aos entes externos.

Apoio ao processo: refere-se ao alinhamento entre a unidade e outras instâncias institucionais (sede do órgão gestor, ou outra estrutura administrativa do órgão ambiental competente, como as CR, UAAF e centros de pesquisa, na esfera federal) para realizar as ações relacionadas ao processo elencado. Também varia de nenhum apoio a total apoio. Aponta o quanto os processos na sede do órgão gestor estão cientes da demanda da unidade e a entendem como importante para o sistema, prestando, portanto, o suporte necessário.

Esforço: baseia-se na proporção da variável homem/hora dedicadas por cada pessoa da equipe envolvida na realização das ações contidas no processo, dentro do ciclo de avaliação. Sua marcação varia de 0 a 10. O somatório deve ser no máximo 10, mesmo que alguns processos fiquem com esforço 0. Para fazer a marcação utilize a lista de opções fornecida.

Consolidação do processo: avalia o quão consolidado o processo está na unidade, isto é, se possui ponto focal responsável pelo processo; rotina instituída; e instrumento (quando necessário) válido, avaliado e monitorado. O cenário de avaliação varia de nenhuma consolidação a total consolidação. Um processo consolidado aponta para uma maturidade de procedimento, fluxo, servidor responsável pela demanda na unidade, etc.



Passo 7 - Processos

Neste último passo que compõe o sistema serão avaliados os seguintes componentes referentes aos principais processos da Unidade: governabilidade, apoio ao processo, esforço na gestão e consolidação do processo (figura 52).

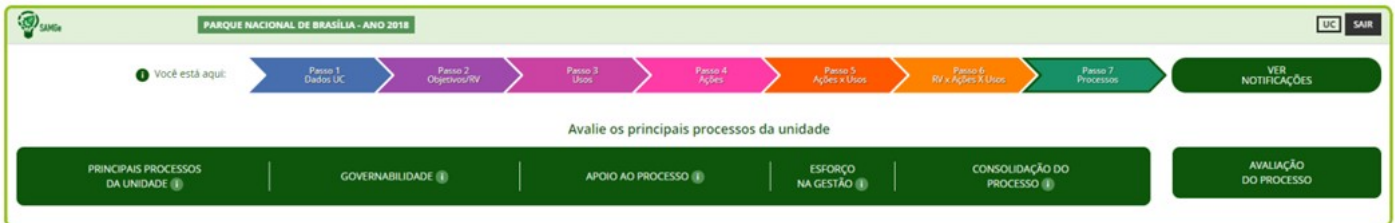


Figura 52 – Indicação do preenchimento do Passo 7.

O usuário visualizará os oito principais processos da Unidade, priorizados de acordo com o preenchimento.

Avalie cada item, por meio da lista suspensa.

Ao final do preenchimento desse passo, cada processo terá uma **avaliação sistematizada por cores**. A cor **verde (C)** indica uma avaliação positiva do processo; a **amarela (A)** indica uma avaliação moderada e a **vermelha (B)** negativa - figura 53.



Figura 53 – Demonstração da avaliação dos processos.

Para atualizar o preenchimento anterior: Processos

Os processos prioritários elencados deverão ser avaliados a cada ciclo de aplicação, pois o sistema não resgatará as informações preenchidas anteriormente.

Da mesma forma, o gestor deverá **avaliar os principais processos elencados pelo sistema e os componentes dispostos para cada um**. Caso seja necessário, revise os passos anteriores e faça as adequações para que o preenchimento fique o mais coerente possível.



FIQUE ATENTO

Caso você tenha revisitado os passos anteriores e realizado alguma alteração, você deverá obrigatoriamente salvar o último passo (Passo 7), para que o Sistema recalcule as notas dos indicadores.

Ao final, **certifique que todas as informações estão corretas**, salve as informações.



Pronto! Você concluiu o preenchimento, agora visualize o Painel de Gestão da sua UC. Os demais dados estarão disponíveis para você assim que for concluído o ciclo SAMGe.



FINALIZANDO O PREENCHIMENTO DO SAMGe

Ao finalizar os 7 passos de preenchimento na plataforma SAMGe, é necessário abrir o **Painel de Gestão da UC**, para visualizar os resultados do preenchimento neste quadro, que demonstra as prioridades de gestão a partir dos desafios territoriais. Desta forma estará concluído o ciclo de diagnóstico do SAMGe. Caso o botão abrir **Painel de Gestão da UC** não for clicado, a ferramenta **não salvará** as alterações realizada.

PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA - ANO 2019

Passo 1 Dados UC | Passo 2 Objetivos/IV | Passo 3 Usos | Passo 4 Ações | Passo 5 Ações x Usos | Passo 6 IV x Ações x Usos | Passo 7 Processos

VER NOTIFICAÇÕES

Avalie os principais processos da unidade

PRINCIPAIS PROCESSOS DA UNIDADE	GOVERNABILIDADE	APOIO AO PROCESSO	ESFORÇO NA GESTÃO	CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO	AValiação DO PROCESSO
Proteção	ALTA GOVERNABILIDADE	BAIXO APOIO	2	ALTA CONSOLIDAÇÃO	Red
Regularização Fundiária	MODERADA GOVERNABILIDADE	BAIXO APOIO	1	BAIXA CONSOLIDAÇÃO	Red
Educação Ambiental	ALTA GOVERNABILIDADE	MODERADO APOIO	1	ALTA CONSOLIDAÇÃO	Am

SALVAR VISUALIZAR O PAINEL DE GESTÃO

Figura 54 – Demonstração da finalização do preenchimento e visualização do Painel de Gestão.

Na esfera federal, o preenchimento do SAMGe deverá ser validado por instância superior para que ele seja considerado finalizado. Nas instâncias estadual e municipal esta validação deverá ocorrer a partir do momento em que houver pontos focais designados pelos órgãos gestores para essa função, caso esses órgãos entendam que essa validação seja necessária.

Fluxo de validação e entrega do preenchimento

O fluxo de validação e entrega de preenchimento será diferenciado para as unidades de conservação federais e para as unidades de conservação estaduais ou municipais. Essas orientações serão divulgadas a cada ciclo de preenchimento pelo órgão gestor responsável ou pelo Ministério do Meio Ambiente.

Para Unidade de Conservação Federal

Considerando que o SAMGe é o sistema institucional para a análise da gestão e da efetividade das UC federais, foi instituído no Ciclo de preenchimento do SAMGe um fluxo de validação das informações registradas, com a participação das Gerências Regionais por meio dos pontos focais.

Fique atento às orientações do Ciclo de preenchimento do SAMGe atual, apresentando as informações e relatórios com todas as informações, nos prazos estipulados, e contribuindo para a atualização dos dados conforme orientações pelas instâncias validadoras.

Este processo de validação tem contribuído para ampliar a quantidade de UC que participam do levantamento, favorecer a qualificação dos dados registrados nos diagnósticos anuais de gestão das UC e subsidiar processos de planejamento e apoio institucional das Gerências Regionais para suas UC vinculadas.

FIQUE ATENTO

As orientações sobre os prazos e fluxo de validação pelas Gerências Regionais são divulgadas por meio da comunicação oficial de abertura do Ciclo SAMGe anual, em processo administrativo próprio. Fique atento e não perca os prazos.

Para Unidade de Conservação Estadual ou Municipal

O fluxo de validação e entrega dos preenchimentos realizados por unidades de conservação estaduais e municipais será definido pelo órgão gestor da esfera responsável, com o apoio do MMA. O ponto focal indicado pelo órgão gestor poderá realizar a validação dos preenchimentos das UC de sua instituição.

Para receber as instruções, o ponto focal deverá entrar em contato com o Departamento de Áreas Protegidas do MMA, pelo e-mail: snuc@mma.gov.br.

Diagnóstico de Gestão

O SAMGe, é composto por dois elementos principais: o **impacto territorial decorrente da política pública e a análise dos instrumentos de gestão**. Seu preenchimento se pauta nos objetivos da Unidade (categoria e decreto de criação) para, a partir de então, descrever os seus recursos e valores – RV e os usos que nela ocorrem. Isso se dá devido à premissa de que toda unidade de conservação é um espaço territorial protegido.

Enquanto espaço territorial, a UC se relaciona com a sociedade por meio dos **direitos reais** (usar, colher os frutos e dispor). Assim, a aferição dos impactos negativos e/ou positivos decorrentes do uso na Unidade é fundamental para verificar a **manutenção dos seus recursos e valores** (efetividade) e o quanto os **usos influenciam positivamente a sociedade** (alta efetividade).

Torna-se relevante aferir se as estratégias já existentes são factíveis em um primeiro momento, para, posteriormente, verificar se elas geram os resultados esperados em termos de melhoria do estado de conservação dos RV ou em termos de qualificação dos usos relacionados à UC.

O SAMGe avalia a efetividade de gestão das Unidades de Conservação a partir dos indicadores de impacto territorial: Contexto, Produtos e Serviços e Resultados; e de gestão: Planejamento, Insumos e Processos. Cada indicador é obtido a partir de um conjunto de análises do preenchimento, conforme explicado abaixo:

Resultados: é a análise dos usos incentivados e seus impactos, acrescidos da avaliação da situação dos Recursos e Valores. Assim, Resultado é visto como o impacto esperado da política pública territorial de reconhecimento de área protegida.

Produtos e Serviços: é aferido a partir da análise de impacto dos usos permitidos que ocorrem nas UC. Como permitido, entende-se os usos que apesar de não estarem expressamente dispostos no SNUC ou nos instrumentos de gestão como ferramentas para se atingir determinado objetivo, não são proibidos.

Contexto: é a análise dos impactos decorrentes dos usos vedados, mesmo que não passíveis de ação de manejo ou de gestão resolutiva imediata.

Painéis Dinâmicos



A

Priorização dos objetivos de gestão nas unidades de conservação

O maior desafio dos gestores em suas rotinas, em função das inúmeras demandas cotidianas, consiste na definição de quais elementos no território precisam ser priorizadas para que seu trabalho alcance os objetivos estabelecidos pela política pública.

B

Prestação de contas

Um dos princípios atuais da administração pública é que além da sua gestão ser voltada para a sociedade, esta deverá ser transparente frente as entregas, assim como, pelos meios que foram utilizados na implementação das ações que permitiram o seu alcance.

C

Apoio a tomada de decisão na alta gestão das instituições

Ter acesso a dados de um sistema de gestão para unidades de conservação é essencial para o direcionamento dos esforços da política pública associada, assim como, a orientação para a definição de quais instrumentos de gestão ou fontes de apoio serão priorizadas. Além do mais, a alta gestão precisa ter ciência do êxito ou não de suas estratégias (efetividade), ou/e quais as possíveis fragilidades.

D

Suporte a elaboração de Planos de Manejo e Planos Específicos de gestão

Ter uma base de partida para a elaboração dos Planos de Manejo e Planos Específicos, tende a agilizar os esforços na coleta de informações, disseminação e alinhamento do conhecimento entre os atores envolvidos, e redução no custo da elaboração, decorrente do avanço metodológico nos instrumentos atualmente adotados em específico pelo ICMBio, e que gradativamente são compartilhados com os demais entes.

E

Projetos & Parcerias e Compensação Ambiental

O pronto acesso a informações que subsidiem a elaboração ou alinhamento de novos projetos e parcerias, ou que permitam priorizar para quais unidades de conservação devem ser destinados os esforços da compensação ambiental, é o elemento chave para a redução da subjetividade neste nível de decisão.

F

Subsídios para os órgãos de controle

Compete aos responsáveis pela gestão de áreas protegidas disponibilizar regularmente relatórios e/ou informações, que demonstrem os esforços da gestão aos órgãos de controle como tribunais de contas, Ministérios Públicos, Congresso Nacional, e outras instâncias.

Figura 55 – Possibilidade de análise utilizando os painéis dinâmicos derivados do SAMGe.

Planejamento: é aferido por meio da análise da alocação das ações de manejo/gestão relacionadas aos desafios territoriais de gestão prioritários.

Insumos: é resultante da avaliação da disponibilidade dos insumos necessários para a realização das ações de manejo. São levados em consideração a disponibilidade de pessoal, capacidade técnica, equipamentos e recurso financeiro.

Processos: avaliado a partir da análise das condições de autonomia da unidade para realizar as ações de manejo (governabilidade), do apoio dado pelo processo de suporte (alinhamento institucional), do esforço despendido na gestão e da consolidação dos processos prioritários na unidade.

O **Índice de Efetividade** é calculado por meio da aplicação dos indicadores em um diagrama de teia, no qual efetuada a ponderação desses, realizando o cálculo da área da forma descrita pela conexão dos vértices do hexágono.

Dessa forma, o SAMGe utiliza-se de cinco níveis de enquadramento da nota índice, sendo eles: altamente efetiva (acima de 80%), quando a política pública estiver sendo cumprida, com a execução de ações de gestão e manejo superando as expectativas da sociedade; efetiva (de 60% a 79,9%), quando são atingidos os objetivos de criação da UC; moderada efetividade (de 40% a 59,9%), quando os objetivos de criação da UC se encontrarem em patamares mínimos para a sua conservação; reduzida efetividade (de 20% a 39,9%), quando a unidade de conservação encontrar-se em situação de dificuldade na gestão dos seus objetivos de conservação e apresentar um baixo desempenho de retorno da política pública pa-

ra a sociedade; e não efetividade (abaixo de 20%), quando a unidade encontra-se em situação plenamente desfavorável ou omissa em relação a conservação dos objetivos que motivaram a sua criação.

Painel de Gestão



A

Priorização dos objetivos de gestão nas unidades de conservação

O maior desafio dos gestores em suas rotinas, em função das inúmeras demandas cotidianas, consiste na definição de quais elementos no território precisam ser priorizadas para que seu trabalho alcance os objetivos estabelecidos pela política pública.

D

Suporte a elaboração de Planos de Manejo e Planos Específicos de gestão

Ter uma base de partida para a elaboração dos Planos de Manejo e Planos Específicos, tende a agilizar os esforços na coleta de informações, disseminação e alinhamento do conhecimento entre os atores envolvidos, e redução no custo da elaboração, decorrente do avanço metodológico nos instrumentos atualmente adotados em específico pelo ICMBio, e que gradativamente são compartilhados com os demais entes.

F

Subsídios para os órgãos de controle

Compete aos responsáveis pela gestão de áreas protegidas disponibilizar regularmente relatórios e/ou informações, que demonstrem os esforços da gestão aos órgãos de controle como tribunais de contas, Ministérios Públicos, Congresso Nacional, e outras instâncias.

Figura 56 – Possibilidade de análise utilizando o Painel de Gestão SAMGe.

A EQUIDADE NA GESTÃO DAS UC¹³

A efetividade da gestão das UC – mensurada pelo SAMGe – depende, entre outros fatores, da observação e do aprimoramento de práticas cotidianas da gestão com base na boa governança¹⁴ e nos princípios da equidade. De modo a facilitar a difusão e a adoção desses princípios, bem como o monitoramento sobre o tema, o preenchimento do SAMGe deve considerar, sempre que possível, as diferentes dimensões da equidade, conforme sua aplicação prática no contexto em que está inserida cada UC.

Embora esse conceito venha ganhando visibilidade na esfera internacional, sobretudo com a pactuação das chamadas Metas de Aichi¹⁵ no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)¹⁶, sua internalização nas instituições e sua tradução nas práticas de gestão e no cotidiano das UC ainda enfrenta uma série de desafios – entre os quais o próprio desconhecimento. Cabe assim evidenciar no que consiste a equidade e como ela se aplica na gestão das UC, pontos que serão detalhados nos tópicos a seguir.

¹³Este capítulo foi organizado com base em colaborações da equipe do Departamento de Áreas Protegidas (DAP) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e no conteúdo de publicações técnicas sobre o tema (GIZ, 2022a, 2022b).

¹⁴Para mais informações sobre boas práticas de governança, sugere-se consultar o material disponível em: <https://www.iucn.org/pt/news/protected-areas/201711/guias-de-boas-praticas-sobre-governanca-de-areas-protegidas-e-areas-protegidas-urbanas-estao-disponiveis-em-portuguas>

¹⁵Para mais informações, é possível verificar o item relativo à Meta 11 na Resolução CONABIO nº 6/2013, disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/pan/saiba-mais/documentos-e-downloads/02_-_resolucao_conabio_no_06_de_03_de_set_de_2013.pdf

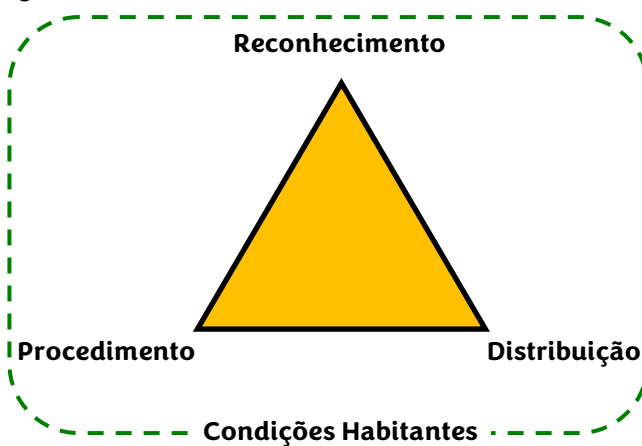
¹⁶Mais informações sobre a CDB podem ser encontradas na página disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biodiversidade1/convencao-sobre-diversidade-biologica>

O que é equidade?

Equidade é a existência ou a viabilidade de direitos iguais a todos/as, ou o reconhecimento dos direitos de cada um/a (indivíduo ou grupo social), por princípio, independente de legislação específica, oferecendo similaridade de oportunidades e benefícios e considerando as possibilidades diferenciadas de suas condições e seu histórico. A prática da equidade implica reconhecer a diversidade, pode demandar postura ativa ou medidas afirmativas para seu alcance ou viabilização e inclui assegurar a todos/as o direito de participar, de maneira eficaz, nas decisões que afetam seus interesses (GIZ, 2022b).

A busca pela equidade pauta-se por identificar meios e instrumentos adequados para reduzir e superar barreiras, proporcionando igualdade de oportunidades e de acesso a benefícios a todas as pessoas, indistintamente.

As principais dimensões da equidade a serem incorporadas à gestão e à governança das UC são as seguintes:



- **Reconhecimento:** trata-se de considerar a diversidade existente entre as pessoas e os grupos sociais, em termos de condições, perfis, necessidades, etc., incluindo grupos minoritários e minorizados, e de reconhecer seus direitos, valores, identidade e saberes.
- **Procedimento:** refere-se a promover a participação efetiva dos diferentes atores sociais na tomada de decisões e resolução de conflitos, sobretudo em questões que afetam diretamente seus interesses legítimos.
- **Distribuição:** corresponde a distribuir de forma justa os benefícios, custos e riscos tanto em relação aos resultados quanto aos processos.

Figura 57 - Dimensões da equidade.
Fonte: CDB (2018)

Vale observar, assim, que equidade não é sinônimo de igualdade. A figura 58 mostra, por exemplo, como a aplicação do princípio de igualdade na distribuição de recursos pode excluir ou desfavorecer determinadas pessoas ou grupos sociais, enquanto a prática da equidade permite atender a todas as pessoas de acordo com suas necessidades.

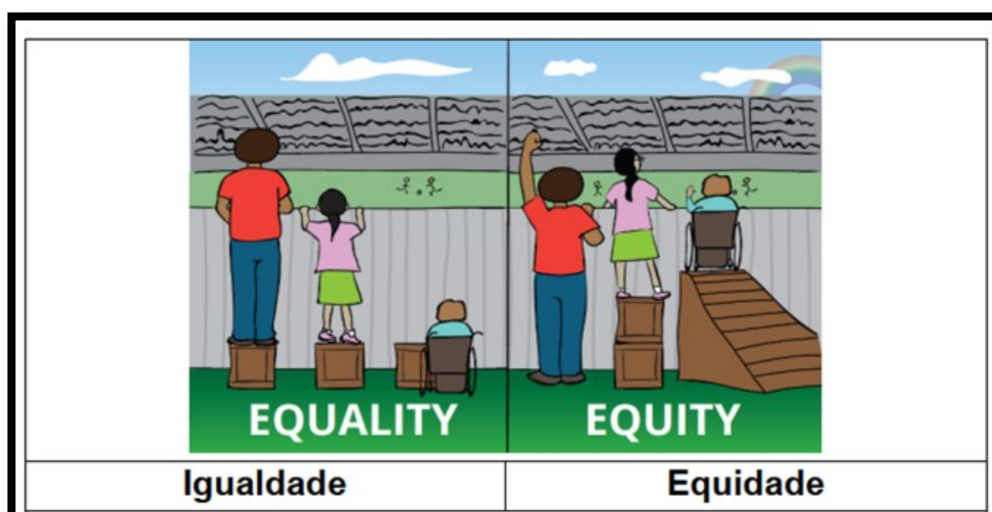


Figura 58 - Distinção entre equidade de igualdade. (Fonte: Community Living Toronto, 2016¹⁷).

¹⁷Versão adaptada da ilustração original "Equality vs Equity" (Interaction Institute for Social Change – IISC/Angus Maguire), disponível em: <https://interactioninstitute.org/illustrating-equality-vs-equity/>

Considerar as diferentes dimensões da equidade deve ser algo que perpassa todo o ciclo de governança e gestão das UC. Tais dimensões abrangem 13 princípios, que são apresentados no Anexo 4. Esse processo, no entanto, deve se adequar às características próprias de cada área protegida, conforme seus tipos de governança, categorias de gestão, objetivos específicos, públicos envolvidos, etc.

Embora o SNUC não cite explicitamente esse termo, em parte, as dimensões da equidade são elementos a serem considerados na implementação das UC. A participação da sociedade – uma das principais formas de se promover uma gestão mais equitativa – é prevista, por exemplo, por meio do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e dos Conselhos Gestores das unidades. O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e a proteção dos recursos necessários à sua subsistência, respeitando e valorizando seus conhecimentos e cultura diferenciados, são outros aspectos enfatizados pelo SNUC.

São várias as instâncias e os instrumentos existentes que podem contribuir para tornar a gestão das UC mais equitativa. O Anexo 5 destaca algumas dessas possibilidades.

Recomendações para o preenchimento do sistema

Com base nos pontos evidenciados, o processo de preenchimento ou validação do SAMGe deve, sempre que possível, ser feito com a colaboração dos atores sociais envolvidos na gestão da UC, como os membros do Conselho Gestor e de outras instâncias participativas.

Durante o diagnóstico da UC, é importante identificar devidamente os usos que beneficiam comunidades locais e os impactos relacionados aos mesmos, principalmente sob os aspectos social, econômico e cultural. Também devem ser registradas as ações de manejo relativas à mobilização de conselhos, mediação de conflitos, estabelecimento de CCDRU e utilização de recursos naturais por comunidades tradicionais em UC de manejo específico, entre outras.

Ao preencher o SAMGE, é fundamental indicar corretamente o **nome científico** das espécies envolvidas nas ameaças e nas respectivas ações de manejo. Durante o processo de atualização da Lista de Espécies Exóticas Invasoras em UCs federais, diversas bases de dados são consultadas, incluindo o próprio SAMGE. As informações sobre a presença de EEI e suas ameaças são então triadas e avaliadas. No entanto, registros com nomes genéricos, como “gramíneas invasoras” ou “peixes exóticos”, podem não ser validados, resultando na perda de informações relevantes para o ICMBlo. Por isso, recomenda-se que, quando se tratar de EEI, o preenchimento siga o padrão: “**EEI: Nome científico da espécie + texto complementar**”. Exemplo:

Forma preenchida anteriormente: “presença de gramíneas invasoras que impedem a regeneração e intensifica incêndios florestais”;

Forma sugerida: “EEI: Presença de capim-colonião (*Megathyrsus maximus*) e braquiária (*Urochloa sp.*), impedindo a regeneração das áreas e intensificando incêndios florestais.”;

Forma preenchida anteriormente: “ocorrência de suínos invasores que invade a UC e causa danos às espécies nativas”;

Forma sugerida: “EEI: Presença de javali (*Sus scrofa*), que invade a UC e causa danos principalmente às espécies da fauna nativa.”.

Sugerimos que esse padrão seja aplicado: na descrição dos fatores de intervenção na aba “Objetivos/Recursos e Valores”; na descrição dos usos específicos na aba “Usos” e na descrição das ações de manejo na aba “Ações”.

O uso do nome científico garante que os dados possam ser analisados e utilizados na atualização da Lista de EEI em UCs federais. A precisão e o detalhamento no preenchimento são essenciais para que as informações sejam robustas e úteis.

Caso haja dúvida sobre a identificação ou nomenclatura correta de uma espécie, consulte a **Lista de EEI em UCs federais** (arquivo [Lista EEI em UC federais 2025.xlsx](#)). A lista apresenta a relação atualizada das espécies registradas oficialmente e auxilia na padronização dos registros no SAMGE.

Para esclarecimentos adicionais sobre o preenchimento de EEI, entre em contato com a CMEEI pelo e-mail cmeei@icmbio.gov.br ou acesse o card de [Dúvidas Frequentes](#) na página de Manejo de EEI para consulta rápida.

Por fim, no diagnóstico de usos, recursos e valores e de ações implementadas, é recomendável relatar questões referentes a aspectos como o respeito aos direitos dos diversos atores envolvidos, a participação da sociedade na tomada de decisões, a transparência, responsabilização e prestação de contas, a aplicação justa de regramentos, a mitigação de impactos negativos e a distribuição equitativa de benefícios.

¹⁷Versão adaptada da ilustração original “Equality vs Equity” (*Interaction Institute for Social Change – IISC/Angus Maguire*), disponível em: <https://interactioninstitute.org/illustrating-equality-vs-equity/>

GLOSSÁRIO

Ações de manejo: são as ações do órgão gestor que visam dar efetividade à política pública de unidades de conservação. Ações de manejo é um conceito convencionado para a metodologia e se situa entre as estratégias (mais amplas englobando diversas ações) e atividades (mais restritas, específicas por ação).

Autorização Direta: procedimento administrativo que autoriza atividades com potencial impacto para as unidades de conservação federais, suas zonas de amortecimento e áreas circundantes, não sujeitas ao licenciamento ambiental prevista na Resolução CONAMA nº 237/97, ou cuja autorização seja exigida por normas específicas de cada unidade de conservação (IN do ICMBio nº 04 de 02 de setembro de 2009).

Classificação legal: sistematização dos usos que ocorrem dentro da unidade segundo o SNUC (Lei 9985/2000). O uso pode ser classificado como vedado, permitido ou incentivado de acordo com a categoria.

Comunidade Tradicional: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto nº 6.040/2007).

Conservação: para a presente metodologia, é o estado de conservação esperado dos recursos e valores, que são parte do resultado daquilo que se espera da política pública.

Contexto: análise dos usos que são incompatíveis com o que se espera de determinada categoria e seus impactos decorrentes.

Desafios territoriais de gestão: são definidos como situações que apontam para a necessidade de ações de manejo/gestão prioritárias, tais como recursos e valores em estado de intervenção ou quaisquer usos com avaliação negativa de impacto.

Efetividade de gestão: é o cumprimento da política pública dentro de um espaço territorial protegido (Recursos e Valores mantidos e usos gerando benefícios), com a execução de ações de gestão e de manejo, se necessário. A nota é aferida a partir da análise dos seis indicadores que compõem a ferramenta.

Esforço: baseia-se na proporção de horas dedicadas por cada pessoa da equipe envolvida na realização das ações dentro de um processo, em um ciclo de avaliação.

Fatores antrópicos: referem-se a processos não naturais, decorrentes da ação humana direta ou indireta (desmatamento, alteração de curso d'água, etc.).

Fatores naturais ou seminaturais: referem-se a processos naturais, como fogo, erosão, inundação, ou processos naturais intensificados pela ação humana, tais como o fenômeno da maré vermelha e assoreamento acelerado de cursos d'água pela supressão da vegetação, dentre outros.

Fonte primária: caracteriza-se por ser uma informação original, sendo muitas vezes o primeiro registro formalizado de alguma informação, situando em fontes bastante diversas. São as produzidas diretamente pelo autor da pesquisa. Exemplos: artigos de periódicos; patente; relatórios; teses e dissertações; normas técnicas, observação em campo, etc.

Fonte secundária: é a informação filtrada e organizada, a partir da seleção e revisão das fontes. Exemplos: enciclopédias; dicionários; manuais; tabelas; revisão de literatura; monografias; anuários; base de dados, entre outros.

Governabilidade: avalia o grau de autonomia da unidade para realizar as ações planejadas dentro de um processo.

Incentivado: classificação dos usos que estão expressamente dispostos no SNUC (Lei 9985/00) ou nos instrumentos de gestão e são ferramentas legais para que a unidade atinja seus objetivos de criação ou

usos que são também, objetivos de conservação. Diretamente relacionado com o indicador “Resultados”.

Insumos: indicador obtido a partir da análise da disponibilidade dos recursos necessários (financeiro, humano, técnico e equipamentos) para a realização das ações de manejo.

Indicadores globais de efetividade: metodologia apresentada pela UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) e composta por seis elementos: Contexto, Produtos e Serviços, Resultados, Planejamento, Insumos e Processos.

Intervenção: um recurso e valor nesse estado é resultado de um dano anterior de lenta recuperação ou de um dano que ocorra repetidamente. Um RV nesse estado necessita de ação de manejo de recuperação ou de prevenção para melhorar seu estado de conservação.

Irreversibilidade: é a capacidade de recuperação do ambiente afetado pelo uso, uma vez que o uso deixe de existir. É avaliado a partir do impacto do uso sobre o ambiente, e não do uso em si. Leva também em consideração o comprometimento institucional necessário para a recuperação do dano (tempo e esforço necessários para recuperação).

Magnitude: representa a proporção territorial ou populacional do impacto gerado pelo uso, dada a continuidade das atuais circunstâncias, pelos próximos 10 anos.

Objetivo de categoria: objetivos elencados no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Varia de acordo com a categoria da unidade (Lei nº 9.985/2000, art. 9º a 21º).

Objetivo de unidade: objetivos estabelecidos no Decreto de Criação da unidade. Alguns decretos não possuem objetivos específicos ou não estão explicitamente descritos. Objetivos elencados no plano de manejo, nos planejamentos específicos e nos objetivos estratégicos institucionais incluem-se nesse grupo.

Padrões Abertos para a Prática de Conservação: metodologia que busca “reunir conceitos, abordagens e terminologias comuns a desenhos de projetos, manejos e monitoramento da conservação a fim de auxiliar os profissionais a melhorar a prática da conservação”.

Permitido: classificação dos usos que, apesar de não estarem expressamente dispostos no SNUC ou nos instrumentos de gestão como ferramentas para atingir determinado objetivo, não são proibidos. Diretamente relacionados ao indicador “Produtos e Serviços”.

Pesquisa científica: é toda e qualquer atividade com finalidade científica a ser realizada na unidade e que acesse recursos de forma direta ou indireta, sendo na esfera federal, aquela regulada pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio.

Planejamento: indicador aferido por meio da análise da alocação das ações de manejo relacionadas aos desafios territoriais de gestão prioritários.

Políticas públicas: políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente, ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. (http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PolíticasPublicas.pdf) acessado em 29/08/2019.

Processos: indicador que avalia a governabilidade, o alinhamento institucional, o esforço na gestão e a consolidação dos processos prioritários dentro de uma UC.

Produtos e Serviços: indicador resultante da análise do impacto decorrente dos usos permitidos que ocorrem em determinada unidade.

Propriedade intelectual derivada: propriedade intelectual proveniente do acesso ao recurso, enquadrando-se nesse uso: produções cobertas por direitos autorais (uso de imagens) e propriedades industriais (patentes, desenhos industriais e marcas), excetuada a pesquisa científica em si.

Recursos e Valores (RV): são aqueles aspectos ambientais (espécies, ecossistemas, ou processos ecológicos), sociais (bem-estar social), econômicos, culturais, históricos, geológico/paisagísticos e outros atributos, incluindo serviços ecossistêmicos e outros atributos baseados em experiências, histórias, cenas, sons, cheiros, etc. Estes aspectos, em conjunto, são representativos de toda a UC e serão levados em conta, prioritariamente, durante os processos de planejamento e manejo porque são essenciais para atingir o propósito da UC. Os recursos e valores estão intimamente ligados ao ato legal de criação da UC, sejam pelos objetivos de categoria, sejam pelos objetivos de unidade.

Resultados: indicador aferido a partir da análise dos usos incentivados e seus impactos e da avaliação da situação dos RV identificados na unidade.

Rizomática: Lógica de organização não hierárquica, onde qualquer elemento pode afetar e incidir na relação de outro elemento.

RV de biodiversidade: por biodiversidade entende-se “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas” (art. 2º, III, Lei nº 9.985/2000).

RV de geodiversidade e paisagens: geodiversidade pode ser definida como “a gama natural de aspectos geológicos (pedras, minerais e fósseis), geomorfológicos (forma de relevo, topografia e processos físicos) e hidrológicos. Inclui ainda seus conjuntos, estruturas, sistemas e contribuições para as paisagens” (UICN completo - tradução nossa).

RV de serviços ecossistêmicos: os serviços ecossistêmicos “são bens e serviços fornecidos pelo meio ambiente que beneficiam e mantêm o bem-estar das pessoas. Estes serviços vêm de ecossistemas naturais [...] e modificados [...]. São aqueles benefícios que a área protegida presta à sociedade” (<http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/143-economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade> -Publicação: “Integração de Serviços Ecossistêmicos ao Planejamento do Desenvolvimento”).

RV Histórico: é entendido como o conjunto de bens que contam a história de uma geração por meio de sua arquitetura, vestes, acessórios, mobílias, utensílios, armas, ferramentas, meios de transportes, obras de arte, documentos, etc.

RV Cultural (intangível): são elementos culturais que não são materiais e não podem ser fisicamente tocados ou observados.

RV Cultural (tangível): elementos físicos ou espaços que têm grande importância cultural.

RV socioeconômico: são recursos e valores que trazem benefícios econômicos e contribuem para o bem-estar (material necessário para uma “vida boa”, saúde, boas relações sociais, segurança, liberdade e escolha) da população associados direta ou indiretamente às UC.

Severidade: representa quão intenso é o impacto gerado pelo uso, dada a continuidade das atuais circunstâncias. Para ecossistemas, é medida a partir do grau de destruição ou degradação do ambiente. Para espécies, é medida a partir do grau de redução da população-alvo (percentagem da população alvo ou do ambiente que será reduzida nos próximos dez anos ou três gerações).

Termo de compromisso: instrumento de gestão e mediação de conflitos, de caráter transitório firmado entre o órgão gestor e populações tradicionais residentes em UC, onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão, visando garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos.

Unidade de conservação: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente constituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Lei nº 9.985/2000, art. 2º, I).

Usos: os usos são as relações de direitos reais (usar, colher os frutos e dispor) entre os recursos e valores (bens tangíveis e intangíveis a serem mantidos na UC) e a sociedade, independente da atuação estatal.

Uso de fauna: é todo e qualquer uso direto de recursos faunísticos, no todo ou em parte, silvestres (nativos ou exóticos), dentro da unidade de conservação ou no entorno e que gera impacto relevante na UC. Engloba a caça, a pesca, a agricultura, apicultura, e a coleta de indivíduos em qualquer fase da vida, ovos, pele, dentre outros.

Uso de flora: entende-se como todo e qualquer uso de recursos florísticos (nativos ou plantados), inseridos dentro da unidade de conservação ou no entorno e que gere impacto relevante na UC. Engloba, para todos os efeitos, toda e qualquer extração de recursos madeiráveis ou não, como desmatamento para extração de madeira, extrativismo de sementes, cascas, folhas, bulbos, ou seja, a extração de um ser vivo vegetal no todo ou em parte. Não deve ser confundido com a coleta para finalidade científica.

Uso de recurso abiótico: considera os casos em que determinado recurso que está sendo utilizado não é biológico, ou seja, esse uso não se enquadra em recursos de flora e nem de fauna.

Uso de solo: é decorrente das relações estabelecidas no que se refere ao exercício dos direitos de domínio sobre a terra, conforme disposto no Código Civil Brasileiro. Pecuária, agricultura, moradia são exemplos, tanto como posse ou como propriedade.

Uso específico: atividade derivada dos usos genéricos. Sua classificação legal varia de acordo com a categoria da unidade em que o uso ocorre.

Uso genérico: atividade principal que engloba as formas de acesso aos recursos das unidades. São divididos em oito eixos de análise: pesquisa científica, visitação e turismo, propriedade intelectual derivada, uso de solo, uso de fauna, uso de flora, uso de recurso abiótico e utilidade pública e interesse social.

Utilidade pública e interesse social: usos que, por vezes, apresentam alto impacto negativo, mas que, por se tratarem do interesse prevalente da sociedade como um todo, podem ser permitidos. Para tal, necessitam de licença válida e apta a permitir o uso.

Vedado: classificação dos usos que são incompatíveis com o que se espera para determinada categoria. Diretamente relacionado ao indicador “Contexto”.

Uso público e turismo: uso público por excelência, tendo pautado inúmeras criações e manutenções de áreas protegidas no mundo. Sua classificação legal depende da categoria em que a unidade se encontra.

Voluntariado: a prática de atividade não remunerada, prestada por pessoa física. As atividades do voluntário em unidades de conservação devem observar as diretrizes e orientações estabelecidas no plano de manejo e nos demais instrumentos de gestão.

ANEXOS

ANEXO 1

Relação dos usos genéricos e específicos disponibilizados no SAMGe





USO GENÉRICO		USO ESPECÍFICO
1	PESQUISA CIENTÍFICA 	Pesquisa Científica
		Pesquisa com ênfase em métodos de uso sustentável de floresta nativa
		Pesquisas voltadas para a conservação da natureza e qualidade de vida das comunidades tradicionais
2	USO PÚBLICO E TURISMO 	Visitação com objetivo educacional (visitação orientada)
		Atividades de educação ambiental (PPPEA)
		Visitação desportiva
		Visitação recreativa
		Atividade de interpretação ambiental
		Atividades de recreação em contato com a natureza
		Ecoturismo
		Visitação com motivação cultural
		Empreendimento turístico
		Visitação em áreas de cunho religioso ou místico
		Visitação sem ordenamento
3	PROPRIEDADE INTELECTUAL DERIVADA 	Uso privado de imagem (direito autoral)
		Uso comercial de imagem (direito autoral)
		Acesso a recurso genético (patente)
		Empresa autorizada (marca)
		Concessionária (marca)
4	USO DO SOLO 	Agricultura (propriedade)
		Agricultura (posse)
		Moradia (propriedade)
		Moradia (posse)
		Moradia (populações tradicionais beneficiárias)
		Pecuária (propriedade)
		Pecuária (animais de grande porte)
		Pecuária (posse)
		Pecuária de pequeno porte e de cunho complementar
		Açude para dessedentação
		Estrutura administrativa da UC
		Posse de má fé / ocupação e grilagem
		Área Urbana
Atividade Industrial		
Outras atividades comerciais		

Tabela 03 – Distribuição dos usos específicos entre os usos genéricos do SAMGe - parte 1.




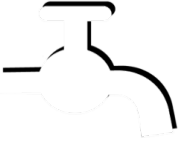
5	USO DA FAUNA 	Caça
		Pesca
		Coleta
		Aquicultura
		Meliponicultura
		Manejo de fauna (espécie silvestre - comercial)
		Manejo de fauna (espécie exótica - controle)
		Apicultura silvestre
6	USO DA FLORA 	Extrativismo vegetal
		Extração de madeira
		Extrativismo de madeira sustentável e complementar
		Manejo de Flora (espécie exótica - controle)
		Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais
7	USO DE RECURSO ABIÓTICO 	Extração mineral
		Extração de petróleo e derivados
		Extração de água mineral
8	UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL 	Disposição de resíduos
		Captação de água
		Servidão de passagem terrestre
		Servidão de passagem fluvial e marítima
		Geração de energia
		Transmissão de energia
		Atividade portuária
		Sinalização náutica
		Área de exercício militar
		Torre de comunicação
		Açude
		Gasoduto / oleoduto / granduto / mineroduto / cabeamento de comunicação
		Infraestrutura urbana
		Aeroporto / heliponto / heliporto
	Cemitério	
	Estabelecimento de Ensino	

Tabela 04 – Distribuição dos usos específicos entre os usos genéricos do SAMGe - parte 2.

ANEXO 2 Classificação legal dos usos nas unidades de conservação, de acordo com o SNUC

USO GÊNÉRICO	USO ESPECÍFICO	PROTEÇÃO INTEGRAL							USO SUSTENTÁVEL						
		ESEC	REBIO	PARNA	MONA	REVIS	APA	ARIE	FLONA	RESEX	REFAU	RDS	RPPN		
1	Pesquisa Científica	Incentivado	Incentivado	Incentivado	Incentivado	Incentivado	Incentivado	Incentivado	Incentivado	Incentivado	Incentivado	Incentivado	Incentivado		
	Pesquisa com ênfase em métodos de uso sustentável de floresta nativa	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Vedado	Permitido	Incentivado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido		
	Pesquisas voltadas para a conservação da natureza e qualidade de vida das comunidades tradicionais	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Incentivado	Permitido	Incentivado	Incentivado	Permitido		
2	Visitação para fins educacionais	Incentivado	Incentivado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido		
	Atividades de educação ambiental	Vedado	Vedado	Incentivado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Incentivado		
	Atividade de interpretação ambiental	Incentivado	Incentivado	Incentivado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Incentivado		
	Atividades de recreação em contato com a natureza	Vedado	Vedado	Incentivado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Incentivado		
	Turismo ecológico	Vedado	Vedado	Incentivado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Incentivado		
	Turismo	Vedado	Vedado	Incentivado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Incentivado		
	Visitação em áreas de cunho religioso	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Incentivado		
Visitação sem ordenamento	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido		
	Visitação sem ordenamento	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado		

Tabela 05 – Legalidade dos usos específicos Pesquisa Científica e Visitação e Turismo no SAMGe.

USO GÊNÉRICO	USO ESPECÍFICO	PROTEÇÃO INTEGRAL						USO SUSTENTÁVEL										
		ESEC	REBIO	PARNA	MONA	REVIS	APA	ARIE	FLONA	RESEX	REFAU	RDS	RPPN					
3	PROPRIEDADE INTELLECTUAL DERIVADA	Uso privado de imagem (direito autoral)	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	
		Uso comercial de imagem (direito autoral)	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido
	USO DO SOLO	Acesso a recurso genético (patente)	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
		Empresa autorizada (marca)	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido
		Concessionária (marca)	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido
		Agricultura (propriedade)	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido
		Agricultura (posse)	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido
		Moradia (propriedade)	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido
		Moradia (posse)	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido
		Pecuária (propriedade)	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido
		Pecuária (posse)	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido
		Pecuária (animais de grande porte)	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido
USO DA FAUNA	Pecuária de pequeno porte e de cunho complementar	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	
	Posse de má fé / ocupação e grilagem	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	
	Estrutura administrativa da UC	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	
	Área Urbana	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	
	Atividade Industrial	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	
	Açude dessedentação	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	
	Outras atividades comerciais	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	
	Caça	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	
	Pesca	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	
	Coleta	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	
Aquicultura	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado		
Apicultura silvestre	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado		
Apicultura (espécie exótica)	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado		

Tabela 06 – Legalidade dos usos específicos Propriedade Intelectual Derivada, Uso do Solo e Uso da Fauna no SAMGe.

USO GENÉRICO	USO ESPECÍFICO	PROTEÇÃO INTEGRAL										USO SUSTENTÁVEL					
		ESEC	REBIO	PARNA	MONA	REVIS	APA	ARIE	FLONA	RESEX	REFAU	RDS	RPPN				
6	Extrativismo vegetal	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Incentivado	Incentivado	Permitido	Permitido	Vedado
	Extrativismo de madeira	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Incentivado	Incentivado	Permitido	Permitido	Vedado
	Extrativismo de madeira sustentável e complementar	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Incentivado	Incentivado	Permitido	Permitido	Vedado
7	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais	Vedado	Vedado	Vedado	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Permitido	Incentivado	Incentivado	Permitido	Permitido	Vedado
	Extração mineral	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Extração de Petróleo	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
8	Extração de água mineral	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Disposição de resíduos	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Captação de água	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Servidão de passagem - terrestre	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Servidão de passagem - fluvial e marítimo	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Geração de energia	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Transmissão de energia	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Atividade portuária	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Área de exercício militar	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Sinalização náutica	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Torre de comunicação	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Açude	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Infraestrutura urbana	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
	Aeroporto / heliponto / heliporto	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado
Gasoduto / oleoduto / granduto / mineroduto / cabeamento de comunicação	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	
Cemitério	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	
Estabelecimento de Ensino	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	Vedado	

Tabela 07 – Legalidade dos usos específicos Uso da Flora, Uso de Recurso Abiótico e Utilidade Pública e Interesse Social no SAMGe.

ANEXO 3

Relação dos processos e ações de manejo disponibilizados no SAMGe

Macroprocessos	Processos	Ações de manejo SAMGe	Tipo de ação	Atividades relacionada
Gestão Territorial	Avaliação e Monitoramento da Gestão	Diagnosticar a Efetividade de Gestão	Estruturação	Aplicar ferramentas de avaliação de gestão (SAMGe, RAPPAM)
				Realizar oficinas participativas para diagnóstico
				Elaborar relatório de diagnóstico de gestão
		Monitorar, avaliar e revisar o diagnóstico da Efevidade de Gestão	Estruturação	Definir indicadores para monitoramento da gestão
				Coletar dados para alimentar indicadores
				Analisar evolução dos indicadores de gestão
		Monitorar, avaliar e revisar o planejamento territorial e financeiro	Estruturação	Propor ajustes com base nos resultados
				Acompanhar execução orçamentária
				Monitorar avanço da regularização fundiária
		Realizar integração de planejamento territorial e financeiro	Estruturação	Revisar metas territoriais e financeiras
				Alocar recursos financeiros para ações territoriais prioritárias
				Elaborar matriz orçamentária por tema territorial
	Consolidação Territorial	Atender demandas de particulares sobre Regularização Fundiária	Contingencial	Receber e protocolizar requerimentos de regularização
				Analisar documentação apresentada
				Orientar interessados sobre procedimentos
				Emitir certidões e declarações
		Elaborar planejamento da Regularização Fundiária	Estruturação	Mapear áreas prioritárias para regularização
				Definir metas anuais de regularização
				Estimar recursos necessários para regularização
		Implementar a Regularização Fundiária	Implementação	Realizar vistorias técnicas para regularização fundiária
				Elaborar memoriais descritivos das áreas
				Instruir processos de desapropriação quando necessário
		Monitorar, avaliar e revisar o planejamento de Regularização Fundiária	Consolidação	Acompanhar registro de imóveis em cartório
				Acompanhar metas de regularização alcançadas
	Criação e Alteração de Limites e Categoria	Realizar estudos da alteração de limites	Contingencial	Identificar gargalos nos processos
				Propor ajustes no planejamento
				Elaborar laudos técnicos para alteração de limites
				Realizar consulta pública sobre alteração de limites
	Demarcação de Limites	Elaborar Planejamento para Demarcação de Limites	Estruturação	Elaborar mapas com novas configurações
				Instruir processo para aprovação da alteração
				Definir trechos prioritários para demarcação
		Implementar a Demarcação de Limites	Implementação	Estimar recursos necessários para demarcação
				Elaborar cronograma físico-financeiro
				Realizar levantamento topográfico para demarcação
		Monitorar, avaliar e revisar o planejamento da Demarcação de Limites	Consolidação	Implantar marcos físicos nos limites
				Abrir aceiros quando necessário
Elaborar relatório técnico de demarcação				
Gestão de Mosaicos	Formar o Mosaico e seu conselho	Estruturação	Vistoriar marcos implantados	
			Identificar necessidade de manutenção de marcos	
	Formar o Mosaico e seu conselho	Estruturação	Atualizar planejamento com base em novas prioridades	
			Articular com UCs vizinhas para formação do mosaico	
			Elaborar proposta de criação do mosaico	
	Implementar ações relacionadas ao Mosaico e seu Conselho	Implementação	Instituir conselho do mosaico	
			Elaborar regimento interno do conselho do mosaico	
			Executar projetos integrados entre UCs do mosaico	
Monitorar, avaliar e revisar o Mosaico e seu Conselho	Consolidação	Realizar reuniões do conselho do mosaico		
		Compartilhar recursos e experiências entre UCs		
		Avaliar resultados das ações integradas		
				Revisar plano de ação do mosaico
				Avaliar participação no conselho do mosaico

Tabela 08 – Ações de manejo SAMGe distribuídas no eixo Gestão Territorial - parte 1.

Macroprocessos	Processos	Ações de manejo SAMGe	Tipo de ação	Atividades relacionada
Gestão Territorial	Manejo Integrado do Fogo	Monitorar, avaliar e revisar o manejo integrado do fogo e/ou o combate de incêndios	Consolidação	Mapear áreas queimadas
				Avaliar eficácia das ações de prevenção
				Analisar causas dos incêndios ocorridos
				Propor melhorias no plano de manejo do fogo
		Planejar o Manejo Integrado do Fogo	Estruturação	Elaborar mapa de risco de incêndios
				Definir áreas para queimas prescritas
				Elaborar cronograma de ações preventivas
				Dimensionar equipes e equipamentos necessários
		Realizar combate a incêndios	Contingencial	Coordenar brigada de incêndio
				Mobilizar recursos para combate
		Realizar o Manejo Integrado do Fogo	Implementação	Registrar ocorrências de incêndio
				Executar queimas prescritas
	Realizar aceiros e manutenção de linhas de defesa			
	Realizar campanhas educativas sobre prevenção			
	Planejamento Estratégico e Inovação da UC	Elaborar o Planejamento de Gestão para Resultados e Inovação	Estruturação	Manter equipamentos de combate em condições de uso
				Realizar diagnóstico estratégico (FOFA)
				Definir visão, missão e valores da UC
				Estabelecer metas estratégicas
		Implementar práticas de Gestão para Resultados e Inovação	Implementação	Elaborar mapa estratégico
				Realizar reuniões periódicas de alinhamento estratégico
				Acompanhar execução do planejamento
		Monitorar, avaliar e revisar as Práticas de Gestão para Resultados e Inovação	Consolidação	Promover cultura de inovação na equipe
				Acompanhar indicadores estratégicos
				Realizar avaliação anual do planejamento
	Plano de Manejo	Analisar demanda de revisão pontual de Plano de Manejo	Contingencial	Propor ajustes no planejamento
				Verificar pertinência da solicitação de revisão
				Elaborar parecer sobre a demanda
		Elaborar o Plano de Manejo	Estruturação	Instruir processo de revisão
				Realizar oficinas participativas para elaboração do Plano de Manejo
				Realizar diagnóstico do meio físico e biótico
				Realizar diagnóstico socioeconômico
				Elaborar zoneamento da UC
Definir programas de gestão				
Consolidar versão final do documento				
Implementar o Plano de Manejo		Implementação	Executar ações previstas nos programas	
			Divulgar o Plano de Manejo para a comunidade	
			Capacitar equipe para execução do plano	
			Buscar recursos para implementação	
Monitorar, avaliar e revisar o Plano de Manejo	Consolidação	Acompanhar execução das ações do plano		
		Avaliar cumprimento das metas		
		Propor revisões periódicas		
Fiscalização	Atender à Denúncia de Infrações Ambientais	Contingencial	Realizar fiscalização em campo	
			Lavrar auto de infração	
			Apreender produtos e equipamentos	
	Implementar o Planejamento para Proteção	Implementação	Instruir processo administrativo	
			Realizar patrulhamento e rondas	
			Manter base de fiscalização	
			Realizar operações conjuntas com outros órgãos	
	Monitorar, avaliar e revisar as ações de Proteção	Consolidação	Manter equipamentos de fiscalização	
			Consolidar dados de fiscalização	
			Elaborar relatórios de proteção	
	Planejar ações de Proteção	Estruturação	Mapear áreas críticas para proteção	
			Ajustar estratégias de fiscalização	
Elaborar plano operativo de proteção				
Definir áreas prioritárias para fiscalização				
Dimensionar equipes de fiscalização				
				Elaborar cronograma de operações

Tabela 09 – Ações de manejo SAMGe distribuídas no eixo Gestão Territorial - parte 2.

Macroprocessos	Processos	Ações de manejo SAMGe	Tipo de ação	Atividades relacionada	
Gestão Territorial	Sinalização de Limites	Implementar a Sinalização de Limites	Implementação	Realizar instalação de placas de sinalização	
				Realizar manutenção de placas existentes	
				Substituir placas danificadas	
		Monitorar, avaliar e revisar o planejamento de Sinalização de Limites	Consolidação	Registrar locais de instalação	
				Vistoriar condições das placas	
				Identificar necessidade de novas placas	
	Uso Público e Turismo	Planejar a Sinalização de Limites	Estruturação	Atualizar planejamento de sinalização	
				Elaborar projeto de sinalização	
				Definir locais de instalação de placas	
		Implementar o uso público	Implementação	Definir modelo e conteúdo das placas	
				Estimar quantidade de placas necessárias	
				Realizar manutenção de trilhas e infraestrutura de visitação	
	Uso Público e Turismo	Monitorar a visitação, autorizar uso de imagem, autorizar eventos, entre outros	Contingencial	Recepcionar visitantes	
				Oferecer atividades de interpretação ambiental	
				Promover eventos de educação e lazer	
		Monitorar, avaliar e revisar o planejamento de uso público	Consolidação	Controlar número de visitantes	
Aplicar pesquisas de satisfação					
Autorizar uso de imagem ou realização de eventos					
Uso Público e Turismo	Planejar o uso público	Estruturação	Elaborar relatórios de visitação		
			Avaliar impacto da visitação		
			Identificar capacidade de carga das trilhas		
	Uso Público e Turismo	Implementar ações elaboradas pelo Plano de Ação do Conselho Gestor	Implementação	Propor melhorias na infraestrutura	
				Atualizar plano de uso público	
				Elaborar plano de uso público	
Monitorar, avaliar e revisar o planejamento de uso público		Consolidação	Definir trilhas e atrativos		
			Definir regras de visitação		
			Estabelecer parcerias com guias e operadoras		
Gestão Socioambiental	Conselho Gestor	Implementar ações elaboradas pelo Plano de Ação do Conselho Gestor	Implementação	Executar projetos aprovados pelo conselho	
				Reportar ao conselho o andamento das ações	
				Articular parcerias para viabilizar ações do conselho	
		Monitorar, avaliar e revisar o conselho Gestor e/ou o Plano de Ação de Conselho Gestor	Consolidação	Avaliar funcionamento do conselho (periodicidade, participação)	
				Atualizar plano de ação com base em novas demandas	
				Realizar pesquisa de satisfação com conselheiros	
	Conselho Gestor	Operar o funcionamento do Conselho Gestor (criar, fazer funcionar e elaborar o Plano de ação do Conselho)	Estruturação	Elaborar e submeter pautas para reuniões do conselho	
				Convocar e organizar reuniões do conselho	
				Elaborar atas das reuniões	
		Educação Ambiental	Elaborar planejamento para Educação Ambiental	Estruturação	Dar posse a novos conselheiros
					Definir públicos-alvo da educação ambiental
					Definir temas prioritários
	Implementar a Educação Ambiental		Implementação	Elaborar cronograma de ações educativas	
				Elaborar materiais didáticos para educação ambiental	
				Realizar palestras em escolas da região	
	Educação Ambiental	Monitorar, avaliar e revisar o planejamento da Educação Ambiental	Consolidação	Conduzir trilhas interpretativas	
				Promover oficinas temáticas	
				Avaliar alcance das ações educativas	
Gestão de Conflitos		Elaborar Termo de Compromisso ou outro instrumento pertinente	Estruturação	Coletar feedback dos participantes	
				Propor melhorias nas atividades	
				Identificar partes envolvidas no conflito	
	Implementar Termo de Compromisso ou instrumento pertinente	Implementação	Realizar reuniões de negociação		
			Redigir minuta do termo de compromisso		
			Mediar reuniões entre partes envolvidas em conflitos		
Monitorar, avaliar e revisar o Termo de Compromisso ou instrumento pertinente	Consolidação	Acompanhar cumprimento das cláusulas			
		Notificar partes sobre descumprimentos			
		Realizar reuniões periódicas de acompanhamento			
Gestão de Conflitos	Monitorar, avaliar e revisar o Termo de Compromisso ou instrumento pertinente	Consolidação	Avaliar efetividade do instrumento		
			Propor ajustes no termo quando necessário		

Tabela 10 – Ações de manejo SAMGe distribuídas nos eixos Gestão Territorial e Gestão Socioambiental.

Macroprocessos	Processos	Ações de manejo SAMGe	Tipo de ação	Atividades relacionada	
Gestão Socioambiental	Gestão Participativa e Integração com a População Local do Entorno	Implementar a Gestão Socioambiental	Implementação	Realizar reuniões comunitárias periódicas	
				Desenvolver projetos de geração de renda com comunidades	
				Estabelecer parcerias com associações locais	
		Monitorar, avaliar e revisar o planejamento da Gestão Socioambiental	Consolidação	Avaliar satisfação da comunidade com as ações	Identificar novas demandas comunitárias
					Ajustar planejamento conforme feedback
					Realizar oficinas participativas com a comunidade local
					Mapear atores sociais da região
					Elaborar diagnóstico socioeconômico da região
					Definir metas de integração com a população
	Planejar a Gestão Socioambiental	Estruturação	Apoiar criação de fauna em cativeiro	Realizar manejo de quelônios	
				Acompanhar extração sustentável de produtos da fauna	
				Orientar comunidades sobre uso sustentável da fauna	
				Acompanhar indicadores populacionais das espécies manejadas	
				Avaliar sustentabilidade da exploração	
				Propor ajustes nas cotas de manejo	
				Realizar estudos populacionais da fauna	
				Definir espécies com potencial de manejo	
				Estabelecer cotas de uso sustentável	
	Produção e Uso Sustentável (Fauna)	Implementar o manejo de produtos da fauna	Implementação	Realizar manejo florestal comunitário	
				Apoiar coleta de produtos não madeireiros	
				Acompanhar extração de madeira autorizada	
		Monitorar, avaliar e revisar o manejo da fauna	Consolidação	Orientar boas práticas de coleta	Acompanhar regeneração das áreas manejadas
					Avaliar impacto da exploração
					Ajustar práticas de manejo
		Planejar o manejo de produtos da fauna	Estruturação	Realizar inventário florestal	Definir espécies com potencial econômico
					Elaborar plano de manejo florestal
					Definir áreas de manejo
	Produção e Uso Sustentável (Flora)	Implementar o manejo de produtos da flora	Implementação	Apoiar acordos de pesca	
				Realizar monitoramento participativo da pesca	
				Orientar comunidades sobre períodos de defeso	
		Monitorar, avaliar e revisar o manejo da flora	Consolidação	Acompanhar desembarque pesqueiro	Avaliar estoques pesqueiros
					Propor medidas de ordenamento
Realizar levantamento de estoques pesqueiros					
Planejar o manejo de produtos da flora		Estruturação	Definir regras de uso dos recursos pesqueiros	Elaborar plano de gestão pesqueira	
				Realizar o planejamento social e produtivo de povos e comunidades tradicionais	
				Monitorar, avaliar e revisar o planejamento social e produtivo de povos e comunidades tradicionais	
Produção e Uso Sustentável (Recursos Pesqueiros)	Implementar o manejo de recursos pesqueiros	Implementação	Apoiar projetos produtivos sustentáveis		
			Promover capacitações para comunidades		
			Apoiar organização social e associativismo		
	Monitorar, avaliar e revisar o manejo de recursos pesqueiros	Consolidação	Facilitar acesso a políticas públicas	Acompanhar resultados dos projetos produtivos	
				Avaliar impacto das ações	
				Revisar planejamento com comunidades	
	Planejar o manejo de recursos pesqueiros	Estruturação	Realizar diagnóstico participativo com comunidades tradicionais	Identificar potencialidades produtivas	
				Elaborar plano de desenvolvimento comunitário	
				Definir metas de inclusão produtiva	
Reconhecimento e Inclusão Social e Produtiva de Populações Tradicionais	Implementar o planejamento social e produtivo de povos e comunidades tradicionais	Implementação	Apoiar projetos produtivos sustentáveis		
			Promover capacitações para comunidades		
			Apoiar organização social e associativismo		
	Monitorar, avaliar e revisar o planejamento social e produtivo de povos e comunidades tradicionais	Consolidação	Facilitar acesso a políticas públicas	Acompanhar resultados dos projetos produtivos	
				Avaliar impacto das ações	
				Revisar planejamento com comunidades	
	Realizar o planejamento social e produtivo de povos e comunidades tradicionais	Estruturação	Realizar diagnóstico participativo com comunidades tradicionais	Identificar potencialidades produtivas	
				Elaborar plano de desenvolvimento comunitário	
				Definir metas de inclusão produtiva	

Tabela 11 – Ações de manejo SAMGe distribuídas no eixo Gestão Socioambiental.

Macroprocessos	Processos	Ações de manejo SAMGe	Tipo de ação	Atividades relacionada	
Gestão Socioambiental	Voluntariado	Implementar o Programa do Voluntariado	Implementação	Realizar capacitação para voluntários	
				Integrar voluntários nas atividades da UC	
				Supervisionar trabalho dos voluntários	
		Monitorar, avaliar e revisar o Programa de Voluntariado	Consolidação	Emitir certificados	
				Avaliar contribuição dos voluntários	
				Coletar feedback dos voluntários	
	Planejar o Programa de Voluntariado	Estruturação	Propor melhorias no programa		
			Elaborar edital de seleção de voluntários		
			Definir áreas de atuação para voluntários		
	Gestão da Biodiversidade	Avaliação de Impactos Ambientais - Autorização direta	Emitir Autorização Direta	Contingencial	Elaborar termo de adesão ao voluntariado
					Definir carga horária e atividades
					Analisar documentação do solicitante
Realizar vistoria técnica quando necessário					
Avaliação de Impactos Ambientais - Licenciamento Ambiental		Avaliar impactos ambientais em processo de licenciamento ambiental	Contingencial	Emitir parecer técnico conclusivo	
				Publicar autorização no diário oficial	
				Analisar Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório (RIMA)	
				Realizar audiências públicas quando necessário	
Avaliação de Impactos Ambientais - Processos		Avaliar impactos ambientais em processos diversos	Contingencial	Emitir parecer técnico sobre viabilidade ambiental	
				Definir condicionantes para licença ambiental	
				Analisar processos de supressão de vegetação	
				Analisar processos de intervenção em APP	
Manejo de Espécies e Habitats para Conservação		Implementar o manejo de espécies ou habitats	Implementação	Emitir parecer técnico para processos diversos	
				Realizar ações de recuperação de áreas degradadas	
				Executar plano de manejo de espécies ameaçadas	
				Realizar plantio de espécies nativas	
		Monitorar, avaliar e revisar o manejo de espécies ou habitats	Consolidação	Controlar processos erosivos	
				Acompanhar indicadores de recuperação	
	Avaliar sobrevivência de mudas plantadas				
	Propor ajustes nas técnicas de manejo				
	Planejar o manejo de espécies ou habitats	Estruturação	Identificar espécies-alvo para conservação		
			Definir técnicas de manejo a serem aplicadas		
			Estimar recursos necessários		
			Verificar conformidade do PRAD com normas		
Realizar análise de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada (PRAD)	Contingencial	Realizar vistoria técnica na área			
		Emitir parecer conclusivo sobre o PRAD			
		Aprovar ou solicitar ajustes no projeto			
		Realizar mutirões de controle de espécies invasoras			
Manejo de Espécies Exóticas e/ou Invasoras	Implementar o manejo de espécies exóticas e/ou invasoras	Implementação	Aplicar técnicas de controle mecânico ou químico		
			Realizar substituição de exóticas por nativas		
	Monitorar, avaliar e revisar o manejo de espécies exóticas e/ou invasoras	Consolidação	Mapear áreas com ocorrência de invasoras		
			Avaliar efetividade do controle realizado		
	Planejar o manejo de espécies exóticas e/ou invasoras	Estruturação	Identificar novas ocorrências de invasoras		
			Identificar espécies exóticas invasoras presentes		
	Monitoramento da Biodiversidade	Implementar o monitoramento da biodiversidade	Implementação	Definir prioridades de controle	
				Estabelecer metodologias de controle	
Realizar campanhas de campo para coleta de dados					
Aplicar protocolos de monitoramento					
Monitorar, avaliar e revisar o monitoramento da biodiversidade		Consolidação	Alimentar bancos de dados		
			Registrar espécies identificadas		
			Analisar séries históricas de dados		
			Elaborar relatórios de monitoramento		
Planejar o monitoramento da biodiversidade		Estruturação	Identificar tendências populacionais		
			Propor ajustes nos protocolos		
			Definir grupos taxonômicos prioritários		
			Elaborar protocolos de coleta		
				Definir periodicidade do monitoramento	
				Estabelecer pontos amostrais	

Tabela 12 – Ações de manejo SAMGe distribuídas nos eixos Gestão Socioambiental e Gestão da Biodiversidade.

Macroprocessos	Processos	Ações de manejo SAMGe	Tipo de ação	Atividades relacionada
Gestão da Biodiversidade	Pesquisa	Gerir a pesquisa científica	Contingencial	Analisar solicitações de pesquisa no SISBIO
				Apoiar a pesquisa na unidade
				Orientar pesquisadores
		Implementar a pesquisa científica	Implementação	Apoiar logístico pesquisadores em campo
				Disponibilizar dados para pesquisadores
				Facilitar acesso de pesquisadores à UC
		Monitorar, avaliar e revisar o planejamento da pesquisa	Consolidação	Acompanhar pesquisas em andamento
				Avaliar contribuição das pesquisas para gestão
				Identificar lacunas de conhecimento
		Planejar a pesquisa científica	Estruturação	Atualizar linhas prioritárias de pesquisa
				Estabelecer parcerias com instituições de pesquisa
				Definir linhas prioritárias de pesquisa
Gestão Administrativa	Administração de Almoarifado e Bens de Consumo	Gerenciar o Almoarifado de Materiais de Consumo	Estruturação	Elaborar banco de projetos de pesquisa
				Realizar inventário anual dos materiais de consumo
				Controlar estoque mínimo e ponto de reposição
				Receber e conferir materiais entregues por fornecedores
	Administração de Equipamentos	Gerir Equipamentos para Realização das Atividades	Estruturação	Organizar fisicamente o almoarifado por categoria de materiais
				Realizar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos
				Elaborar cronograma de manutenção dos equipamentos
				Controlar empréstimo e devolução de equipamentos
	Administração de Infraestrutura	Gerir Infraestrutura para Realização das Atividades	Estruturação	Capacitar servidores para uso adequado dos equipamentos
				Elaborar plano de manutenção da infraestrutura
				Realizar vistorias periódicas nas edificações
				Coordenar pequenas reformas e reparos
Administração de Recursos Financeiros (Compensação Ambiental)	Administrar os Recursos Oriundos de Compensação Ambiental	Estruturação	Manter sistemas elétricos e hidráulicos em funcionamento	
			Prestar contas dos recursos de compensação ambiental	
			Elaborar plano de aplicação dos recursos de compensação	
Administração de Recursos Financeiros (conversão de Multas)	Administrar os Recursos Oriundos de Conversão de Multas	Estruturação	Monitorar execução financeira dos projetos de compensação	
			Prestar contas dos recursos de conversão de multas	
			Elaborar projetos elegíveis para uso de recursos de multas	
Administração de Recursos Financeiros (Projetos e Parcerias)	Administrar os Recursos Oriundos de Projetos e Parcerias	Estruturação	Acompanhar execução física e financeira dos projetos	
			Elaborar relatórios financeiros para parceiros	
			Captar novos recursos por meio de editais e parcerias	
			Monitorar cronograma de desembolso dos projetos	
Administração de Recursos Financeiros (Suprimento de Fundos)	Administrar os Recursos por meio de Suprimento de Fundos	Estruturação	Prestar contas aos órgãos financiadores	
			Prestar contas de suprimento de fundos	
			Instruir servidores sobre normas de suprimento de fundos	
Administração de Transporte	Gerir Transporte para Realização das Atividades	Estruturação	Analisar prestação de contas de suprimentos	
			Elaborar plano de manutenção da frota	
			Controlar abastecimento e consumo de combustível	
			Gerenciar escala de uso dos veículos	
Auditoria	Atender as demandas de Auditoria	Contingencial	Renovar documentação dos veículos	
			Elaborar respostas técnicas para recomendações de auditoria	
			Organizar documentos para envio aos órgãos de controle	
			Implementar recomendações de auditoria	
				Acompanhar prazos de respostas a demandas de controle

Tabela 13 – Ações de manejo SAMGe distribuídas nos eixos Gestão da Biodiversidade e Gestão Administrativa.

Macroprocessos	Processos	Ações de manejo SAMGe	Tipo de ação	Atividades relacionada
Gestão Administrativa	Comunicação e Articulação	Elaborar planejamento de Comunicação	Estruturação	Definir públicos-alvo da comunicação
				Definir canais de comunicação institucional
				Elaborar cronograma de ações de comunicação
		Implementar Ações de Comunicação	Implementação	Produzir materiais de comunicação institucional
				Alimentar redes sociais institucionais
				Publicar notícias no site da UC
				Realizar campanhas educativas
		Monitorar, avaliar e revisar o planejamento de comunicação	Consolidação	Acompanhar alcance das publicações
				Avaliar feedback do público
				Propor melhorias na estratégia de comunicação
		Responder demandas relacionadas à comunicação	Contingencial	Atender solicitações de imprensa
				Responder e-mails e mensagens institucionais
	Fornecer informações solicitadas por cidadãos			
	Corregedoria	Atender as Demandas de Corregedoria	Contingencial	Instruir processos administrativos disciplinares
				Prestar informações solicitadas pela corregedoria
				Cumprir prazos processuais
	Gestão de Pessoas	Gerir Recursos Humanos para Realização das Atividades	Estruturação	Elaborar plano de capacitação para a equipe
				Acompanhar frequência e produtividade da equipe
				Identificar necessidades de reposição de pessoal
		Mediar Conflitos Internos	Contingencial	Promover integração de novos servidores
Realizar reuniões de mediação de conflitos				
Aplicar pesquisas de clima organizacional				
Ouvidoria	Atender as demandas de cidadãos realizadas por meio dos sistemas corporativos	Contingencial	Propor ações de integração da equipe	
			Encaminhar demandas da ouvidoria para os setores responsáveis	
			Acompanhar prazos de resposta	
			Elaborar respostas conclusivas	
Rotina Administrativa da UC	Manter a rotina administrativa	Estruturação	Alimentar sistema com respostas	
			Elaborar documentos oficiais (ofícios, memorandos)	
			Organizar arquivo físico e digital	
			Gerenciar processos administrativos	
	Manter atendimento das demandas da Rotina administrativa	Contingencial	Atender telefone e correspondências	
			Atender solicitações internas e externas	
			Providenciar material de expediente	
			Controlar frequência e férias da equipe	

Tabela 14 – Ações de manejo SAMGe distribuídas no eixo Gestão Administrativa.

ANEXO 4 Dimensões e princípios da equidade para gestão e governança de áreas protegidas

dimensões da equidade		princípios de equidade para gestão e governança de áreas protegidas
Reconhecimento	<i>Respeito aos direitos, valores, identidade e saberes de diferentes atores sociais. Consideração à diversidade e aos grupos sociais minoritários e minorizados.</i>	Reconhecimento e respeito pelos direitos humanos, segundo o direito internacional e nacional.
		Reconhecimento e respeito pelos direitos legais e consuetudinários sobre a terra e os recursos naturais.
		Reconhecimento e respeito pelos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, incluindo a autodeterminação e o consentimento livre, prévio e informado.
		Reconhecimento e respeito por todas as partes interessadas relevantes e seus diversos interesses, níveis de capacidades e poder de influência.
		Reconhecimento e respeito por diferentes identidades, culturas, sistemas de conhecimento, valores e instituições.
Procedimento	<i>Participação efetiva dos diferentes atores sociais na tomada de decisões e resolução de conflitos.</i>	Participação plena e efetiva de todas as partes interessadas relevantes na tomada de decisões.
		Transparência, apoiada pelo acesso oportuno a informações expressivas, em formatos apropriados.
		Prestação de contas sobre o cumprimento de responsabilidades e por outras ações e omissões.
		Acesso à justiça, incluindo processos eficazes de resolução de conflitos e procedimentos para reparações.
		Aplicação justa e eficaz da lei.
Distribuição	<i>Distribuição justa de benefícios, custos e riscos – tanto em relação aos resultados quanto aos processos.</i>	Identificação e avaliação da distribuição de custos, benefícios e riscos e seus impactos no bem-estar.
		Medidas eficazes para mitigar os impactos negativos sobre os povos indígenas e comunidades tradicionais e locais.
		Benefícios compartilhados de forma equitativa entre as partes interessadas relevantes.
Condições/Contexto		
<i>Uma quarta dimensão também pode ser considerada: o contexto que influencia as demais dimensões da equidade e as condições necessárias à sua viabilização efetiva. Esse campo inclui, por exemplo, questões referentes a dinâmicas de poder, gênero, educação, entre outras.</i>		

Tabela 15 – Dimensões da equidade para a gestão de áreas protegidas.

ANEXO 5 Instâncias e instrumentos que contribuem para uma gestão mais equitativa

Conselhos Gestores, Planos de Manejo, Comissões e instrumentos de monitoramento e avaliação

Estes instrumentos trazem oportunidades valiosas para incorporar a dimensão de “Reconhecimento” da equidade à gestão das UC, por permitirem identificar e levar em conta os direitos dos diversos atores inseridos em seu contexto, além de acolher diferentes visões, conhecimentos, demandas, expectativas e interesses. O planejamento do espaço, infraestrutura, atividades e serviços das unidades também permite considerar as necessidades e a diversidade de perfis de visitantes, demais grupos usuários e equipes gestoras. Por sua vez, contar com as percepções dos próprios atores na identificação de problemas e soluções também gera um ganho em termos de efetividade, além de favorecer o seu engajamento.

Como exemplo, um aspecto que pode contribuir para a gestão equitativa, no que se refere à participação social e considerando a dimensão de “Procedimento”, é a forma de diálogo adotada com as comunidades residentes na UC ou em seu entorno. O esforço contínuo para o uso de uma linguagem acessível, em reuniões ou documentos, com a “tradução” de termos técnicos ou burocráticos, quando possível, colabora para sua compreensão, possibilitando que as discussões sejam mais inclusivas e as decisões mais compartilhadas.

Equipes gestoras

A busca pela equidade também se aplica à composição das equipes gestoras e de prestação de serviços nas UC, que precisam ser, igualmente, diversas e representativas. Isso se refere, por exemplo, à paridade entre integrantes de diferentes gêneros e grupos sociais – não apenas em termos de quantidade, mas também de condições de trabalho, remuneração, participação em processos decisórios, etc. Uma equipe diversa proporciona o diálogo com base em distintas experiências de vida e conhecimentos, trazendo olhares diferenciados para a gestão e tornando-a mais inclusiva.

As equipes gestoras das UC, inclusive de serviços terceirizados, também devem ser sensibilizadas e qualificadas em relação ao tema da inclusão e não discriminação, especialmente aquelas que trabalham em contato direto com o público. Deve-se buscar atuar em situações de discriminação ou mesmo agressão a grupos sociais específicos – referentes, por exemplo, a identidade de gênero, raça, deficiência, limitação física, idade, entre outras questões, inclusive quando envolvem atitudes e atos não tão explícitos. Por isso, é importante que as equipes passem por processos de capacitação sobre o tema continuamente.

Comunicação e relacionamento com a sociedade em geral

Alguns elementos necessários para a promoção da equidade nas UC se referem a processos de comunicação e relacionamento, como a prestação de contas à sociedade, que possibilita sua participação efetiva no gerenciamento das unidades. Para tanto, é preciso que as informações sobre a gestão estejam disponíveis em linguagem acessível e que os canais, ferramentas e estratégias de comunicação sejam diversos e abertos à manifestação do público – incluindo, por exemplo, meios de interação pessoal, por telefone, e-mail, redes sociais e formulários de contato, pesquisa e avaliação. Também é importante diversificar as alternativas para alcançar e promover o engajamento dos diferentes atores, com instrumentos

como podcasts, blogs e rádio, entre outros.

A opinião dos grupos usuários é relevante para aprimorar a gestão das UC, e reconhecer o direito à voz das partes interessadas (stakeholders) é uma forma de pavimentar o caminho da equidade. Mas isso implica desenvolver uma escuta ativa, com atenção, receptividade, respeito, interesse e empatia, permitindo estabelecer uma relação de confiança.

Democratização do acesso e distribuição de benefícios

As UC têm um papel fundamental na conservação in situ da biodiversidade e na provisão de múltiplos serviços ambientais que beneficiam direta e indiretamente toda a humanidade. Entre eles está a própria possibilidade de contato com a natureza, que contribui, por exemplo, para a saúde e o bem-estar físico e mental da população. Nesse sentido, reconhecer o direito da sociedade ao acesso à natureza e a seus benefícios é um dos aspectos que vincula a gestão dessas áreas à dimensão de “Distribuição” da equidade.

Assim, além de prover a estrutura necessária para atender grupos específicos nas UC, como pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, é importante adotar medidas para democratizar o acesso às unidades também sob o ponto de vista socioeconômico, como a aplicação de tarifas sociais, a isenção de taxas ou a diversificação das linhas de transporte público para acesso a estes espaços.

A dimensão de “Distribuição” também diz respeito aos benefícios socioeconômicos que as UC proporcionam às comunidades locais e de seu entorno, como as possibilidades para o trabalho ligado ao turismo, a venda de produtos da sociobiodiversidade local e o uso sustentável de recursos naturais para fins de subsistência e/ou de geração de renda. No caso de povos e comunidades tradicionais, destaca-se ainda que sua própria identidade, saberes, modos de vida e cultura estão intimamente relacionados ao meio ambiente, cuja preservação contribui, também, para toda a riqueza do patrimônio sociocultural do país.

ANEXO 6 Orientações para o preenchimento do SAMGe - CGSAM/ICMBio

Processos SAMGe:

- **Educação Ambiental**
- **Gestão Participativa e Integração com a População Local e do Entorno**
- **Gestão de Conflitos**

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ação de Manejo	Atividade	Orientação para a descrição das Ações de Manejo
1. Elaborar Programa/Plano de Educação Ambiental	1.1 Realizar Diagnóstico/ Mobilização e preparação para as Oficinas	<ul style="list-style-type: none"> • Está orientada pelas diretrizes do ICMBio? • Informar se a atividade foi de elaboração ou aprovação do Programa/Plano de Educação • Quem foi envolvido? (ex: parceiros institucionais, conselheiros da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, mulheres, etc) • Teve algum(a) educador(a) ambiental envolvido(a) no planejamento e implementação da atividade? • Qual o objetivo? (ex: realizar o diagnóstico participativo; informar sobre a elaboração do Programa/Plano; capacitar para participação na elaboração/implementação do Programa/Plano; divulgar o Programa/Plano, etc).
	1.2 Realizar/participar de oficinas/eventos	<ul style="list-style-type: none"> • Essa atividade foi baseada em diagnóstico socioambiental? • Foi orientada pelas diretrizes do ICMBio? • Informar se a atividade foi de elaboração ou aprovação do Programa/Plano de Educação • Quem foram os educandos? (ex: parceiros institucionais, conselheiros da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, mulheres, etc) • Teve algum(a) educador(a) ambiental envolvido(a) no planejamento e implementação da atividade? • Qual o objetivo? (ex: realizar o diagnóstico participativo; informar sobre a elaboração do Programa/Plano; capacitar para participação na elaboração/implementação do Programa/Plano; divulgar o Programa/Plano, etc) • Para qual processo finalístico o Programa/Plano pretendeu contribuir principalmente? (ex: gestão participativa; manejo integrado do fogo; gestão de conflitos; monitoramento participativo da biodiversidade; proteção da unidade; etc) • A ação teve alguma metodologia prevista para seu monitoramento e avaliação?

Ação de Manejo	Atividade	Orientação para a descrição das Ações de Manejo
1. Elaborar Programa/Plano de Educação Ambiental	1.3 Elaborar o Programa/ Plano de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Essa ação foi baseada em diagnóstico socioambiental? • Foi orientada pelas diretrizes do ICMBio? • Quem envolveu (ex: parceiros institucionais, conselheiros da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, mulheres, etc) • Teve algum(a) educador(a) ambiental envolvido(a) no planejamento e implementação da atividade? • Qual o objetivo (ex: realizar o diagnóstico participativo; informar sobre a elaboração do Programa/Plano; capacitar para participação na elaboração/implementação do Programa/Plano; divulgar o Programa/Plano, etc) • Qual processo finalístico o Programa/Plano pretendeu contribuir principalmente (ex: gestão participativa; manejo integrado do fogo; gestão de conflitos; monitoramento participativo da biodiversidade; proteção da unidade; etc) • A atividade teve alguma metodologia prevista para seu monitoramento e avaliação?
	1.4 Implantar e Monitorar o Programa/ Plano de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Foi orientada pelas diretrizes do ICMBio? • Quem envolveu (ex: parceiros institucionais, conselheiros da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, mulheres, etc) • Teve algum(a) educador(a) ambiental envolvido(a) no planejamento e implementação da atividade?
2. Elaborar Projeto Político Pedagógico Mediado pela Educação Ambiental (PPPEA)	2.1 Realizar Diagnóstico / Mobilização e preparação para as Oficinas	<ul style="list-style-type: none"> • Foi orientada pelas diretrizes do ICMBio? • Quem envolveu (ex: parceiros institucionais, conselheiros da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, mulheres, etc). • Teve algum(a) educador(a) ambiental envolvido(a) no planejamento e implementação da atividade?
	2.2 Realizar/participar de oficinas/eventos	<ul style="list-style-type: none"> • Informar se a atividade foi de elaboração ou aprovação do PPPEA • Essa ação foi baseada em diagnóstico socioambiental? • Foi orientada pelas diretrizes do ICMBio? • Quem envolveu (ex: parceiros institucionais, conselheiros da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, mulheres, etc) • Qual o objetivo (ex: informar sobre a elaboração do Programa/Plano; capacitar para participação na elaboração/implementação do PPPEA; divulgar o PPPEA, etc). • Teve algum(a) educador(a) ambiental envolvido(a) no planejamento e implementação da atividade? • A ação teve alguma metodologia prevista para seu monitoramento e avaliação?
	2.3 Elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPPEA)	<ul style="list-style-type: none"> • Essa ação foi baseada em diagnóstico socioambiental? • Foi orientada pelas diretrizes do ICMBio? • Teve algum(a) educador(a) ambiental envolvido(a) no planejamento e implementação da atividade? • Houve ou existe previsão de momentos de capacitação durante a elaboração do PPPEA? • Quem envolveu (ex: parceiros institucionais, conselheiros da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, mulheres, etc) • Qual o objetivo (ex: informar sobre a elaboração do Programa/Plano; capacitar para participação na elaboração/implementação do PPPEA; divulgar o PPPEA, etc). • A ação teve alguma metodologia prevista para seu monitoramento e avaliação?

Ação de Manejo	Atividade	Orientação para a descrição das Ações de Manejo
3. Implantar Ações de Educação Ambiental	3.1 Executar atividades de educação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Informar se a atividade foi implementação de plano/programa de Educação Ambiental ou PPPEA • Essa atividade contribui para qual processo finalístico? • Essa atividade foi baseada em diagnóstico socioambiental? • Está orientada pelas diretrizes do ICMBio? • Quem envolveu (ex: parceiros institucionais, conselheiros da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, mulheres, etc) • Teve algum(a) educador(a) ambiental envolvido(a) no planejamento e implementação da atividade? • Qual o objetivo (ex: capacitação de conselheiros; formação de jovens ou mulheres; formação de educadores ambientais; capacitação de gestores, etc). • A atividade teve alguma metodologia prevista para seu monitoramento?
	3.2 Elaborar material didático e de divulgação	<ul style="list-style-type: none"> • Informar se a o material didático ou publicação contribui para a elaboração ou implementação de plano/programa de Educação Ambiental ou PPPEA. • Esse material ou publicação contribui para qual processo finalístico (além da educação ambiental)? • Esse material ou publicação está orientada pelas diretrizes do ICMBio? • Quem envolveu na sua concepção e elaboração (ex: parceiros institucionais, conselheiros da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, mulheres, etc) • Qual o objetivo e público alvo? (ex: contribuir para capacitação de conselheiros; contribuir para formação de jovens ou mulheres; contribuir para formação de educadores ambientais; contribuir para capacitação de gestores, etc).
	3.3 Realizar/participar de capacitação	<ul style="list-style-type: none"> • Informar se a atividade foi elaboração ou implementação de plano/programa de Educação Ambiental ou PPPEA • Essa atividade contribui para qual processo finalístico (além de educação ambiental)? • Essa atividade foi baseada em diagnóstico socioambiental? • Foi orientada pelas diretrizes do ICMBio? • Teve algum(a) educador(a) ambiental envolvido(a) no planejamento e implementação da atividade? • Qual o objetivo e público alvo (ex: capacitação de conselheiros; formação de jovens ou mulheres; formação de educadores ambientais; capacitação de gestores, etc). • A atividade teve alguma metodologia prevista para seu monitoramento?
	3.4 Realizar/participar de eventos	<ul style="list-style-type: none"> • Informar se a atividade foi elaboração ou implementação de plano/programa de Educação Ambiental ou PPPEA • Essa atividade contribui para qual processo finalístico (além de educação ambiental)? • Essa atividade está baseada em diagnóstico socioambiental? • Foi orientada pelas diretrizes do ICMBio? • Teve algum(a) educador(a) ambiental envolvido(a) no planejamento e implementação da atividade? • Qual o objetivo e público alvo (ex: capacitação de conselheiros; formação de jovens ou mulheres; formação de educadores ambientais; capacitação de gestores, etc). • A atividade teve alguma metodologia prevista para seu monitoramento?

GESTÃO PARTICIPATIVA E INTEGRAÇÃO COM A POPULAÇÃO LOCAL E DO ENTORNO

Ação de Manejo	Atividade	Orientação para a descrição das Ações de Manejo
1. Mapear os atores no território (Pré-formação do conselho)	1.1 Realizar a caracterização do território e seus usos	<ul style="list-style-type: none"> • Informar se essa ação usou a metodologia elaborada pela DGPEA/DGPAR. • Quem envolveu (ex: gestores, GT de formação do Conselho, conselheiras da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, etc). • Qual o formato que foi utilizado? (ex: oficina, reunião, questionário, etc).
	1.2 Realizar mobilização dos atores do ter-	<ul style="list-style-type: none"> • Qual metodologia foi utilizada? • Quem envolveu (ex: gestores, GT de formação do Conselho, conselheiras da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, etc).
2. Formar Modificar Conselho Gestor	2.1 Formar o grupo de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Essa ação foi baseada em diagnóstico socioambiental e/ou metodologia do Guia dos Conselhos? • Essa ação foi baseada em avaliação da efetividade do Conselho? A Avaliação seguiu o Protocolo de Avaliação desenvolvido pela DGPea/DGPar? • Quem envolveu (ex: gestores, conselheiras da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, etc).
	2.2 Realizar mobilização dos setores	<ul style="list-style-type: none"> • Essa ação foi baseada em diagnóstico socioambiental e/ou metodologia do Guia dos Conselhos? • Essa ação foi baseada em avaliação da efetividade do Conselho? A Avaliação seguiu o Protocolo de Avaliação desenvolvido pela DGPea/DGPar? • Quem envolveu (ex: gestores, GT de formação do Conselho; conselheiras da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, etc). • Qual metodologia foi utilizada?
	2.3 Realizar a leitura do território junto com os setores	<ul style="list-style-type: none"> • Essa ação foi baseada em avaliação da efetividade do Conselho? A Avaliação seguiu o Protocolo de Avaliação desenvolvido pela DGPea/DGPar? • Essa incluiu ações de educação ambiental para capacitação das conselheiras? • Essa ação foi baseada em diagnóstico socioambiental e/ou metodologia do Guia dos Conselhos? • Quem envolveu (ex: gestores, conselheiros da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, etc). • Qual o formato foi utilizado? (ex: oficina, reunião presencial ou online, etc).
	2.4 Formalizar o Conselho Gestor (Portaria, Termo de Homologação, Termo de Posse)	<ul style="list-style-type: none"> • Especificar o(s) documento(s) de formalização (portaria, termo de homologação, termos de posse, etc.)
	2.5 Elaborar o Regimento Interno	<ul style="list-style-type: none"> • Essa ação foi baseada no Guia dos Conselhos e/ou no guia de boas práticas para elaboração do Regimento Interno? • Qual metodologia foi usada? • Em caso de revisão do RI, a revisão foi baseada em avaliação e/ou monitoramento da efetividade do Conselho? A avaliação e/ou monitoramento foi baseada no protocolo elaborado pela DGPea/DGPar?

Ação de Manejo	Atividade	Orientação para a descrição das Ações de Manejo
3. Operar o Funcionamento do Conselho Gestor	3.1 Elaborar o Plano de Ação do Conselho Gestor	<ul style="list-style-type: none"> • Essa ação foi baseada no Guia dos Conselhos? • Essa ação foi baseada em avaliação e/ou monitoramento da efetividade do Conselho? A avaliação e/ou monitoramento seguiu o Protocolo desenvolvido pela DGPea/DGPar? • Essa ação incluiu ações de educação ambiental para capacitação das conselheiras? • Qual metodologia foi utilizada?
	3.2 Implementar o Plano de Ação do Conselho Gestor	<ul style="list-style-type: none"> • Essa ação foi baseada no Guia dos Conselhos? • Essa ação foi realizada de acordo com o planejamento? • Essa ação incluiu ações de educação ambiental para capacitação das conselheiras? • Quem envolveu (ex: gestores, conselheiros da UC, representantes de populações tradicionais, jovens, etc). • A ação tem alguma metodologia prevista para seu monitoramento? Se sim, o monitoramento foi baseado no protocolo de monitoramento de efetividade dos Conselhos da DGPea/DGPar?
	3.3 Realizar as reuniões plenárias do Conselho Gestor	<ul style="list-style-type: none"> • As reuniões foram realizadas de acordo com o Regimento Interno e normativas (nº de reuniões ordinárias anuais, quórum, publicidade, pauta, etc.?) • Relatar se houve reuniões extraordinárias. • Quais metodologias de condução de reunião foram utilizadas?
	3.4 Instituir/Realizar a "reunião" das câmeras temáticas ou de grupos de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Quais metodologias de condução de reunião foram utilizadas?
	3.5 Gerenciar e comunicar a documentação do Conselho Gestor (Atas de reunião e	<ul style="list-style-type: none"> • A organização da documentação do conselho segue a orientação da DGPAR? • Quais atos o Conselho produziu e como eles foram encaminhados?
	3.6 Realizar / participar de capacitação	<ul style="list-style-type: none"> • Qual o tema da(s) capacitação(ões)? • Teve algum(a) educador(a) ambiental envolvido no planejamento e implementação desta atividade? • As capacitações foram de acordo com o Plano de Ação do Conselho?

Ação de Manejo	Atividade	Orientação para a descrição das Ações de Manejo
4. Avaliar e Monitorar o Conselho Gestor	4.1 Monitorar o Plano de Ação do conselho gestor	<ul style="list-style-type: none"> • Informar se essa ação utilizou o Guia de Conselhos e/ou protocolo de monitoramento da efetividade elaborado pela DGPEA/DGPAR como orientação. • Quem envolveu (ex: gestores, conselheiros da UC, GT específico, representantes de populações tradicionais, jovens, etc). • Qual o formato foi utilizado? (ex: oficina, reunião, questionário, etc).
	4.2 Monitorar o funcionamento do conselho gestor (administrativo / operacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Essa ação utilizou o protocolo de monitoramento da efetividade elaborado pela DGPEA/DGPAR e o Guia de Conselhos. • Quem envolveu (ex: gestores, conselheiros da UC, GT específico, representantes de populações tradicionais, jovens, etc).
	4.3 Monitorar a Efetividade do Conselho Gestor	<ul style="list-style-type: none"> • Informar se essa ação utilizou o protocolo de monitoramento da efetividade dos Conselhos elaborado pela DGPEA/DGPAR. • Quem envolveu (ex: gestoras, conselheiras da UC, GT específico, representantes de populações tradicionais, jovens, etc).
	4.4 Realizar/participar de oficinas/eventos	<ul style="list-style-type: none"> • Informar se essa ação utilizou o Guia de Conselhos como orientação. • Quem envolveu (ex: gestoras, conselheiras da UC, GT específico, representantes de populações tradicionais, jovens, etc). • As oficinas e/ou eventos estavam de acordo com o Plano de Ação do Conselho?
5. Implantar o Programa de Voluntariado	5.1 Planejar e elaborar o Programa de Voluntariado	<ul style="list-style-type: none"> • Os guias sobre o Programa de Voluntariado do ICMBio foram utilizados?
	5.2 Implementar o Programa de Voluntariado	<ul style="list-style-type: none"> • As adesões de voluntários se deram por meio do Sistema de Gestão do Programa de Voluntariado do ICMBio? • Houve dificuldades na operacionalização do Sistema de Gestão do Programa de Voluntariado? • Foram formalizados os planos de trabalhos com os voluntários e, após a realização das atividades, validadas as horas dedicadas? • Houve capacitação dos gestores locais e/ou voluntários (incluindo cursos EaD disponibilizados pela ENAP?) • Quais os principais ganhos e/ou dificuldades com a implementação do Programa de Voluntariado na sua UC?
	5.3 Gerenciar voluntariado em uso público	<ul style="list-style-type: none"> • As adesões de voluntários se deram por meio do Sistema de Gestão do Programa de Voluntariado do ICMBio? • Houve dificuldades na operacionalização do Sistema de Gestão do Programa de Voluntariado? • Foram formalizados os planos de trabalhos com os voluntários e, após a realização das atividades, validadas as horas dedicadas? • Houve capacitação dos gestores locais e/ou voluntários (incluindo cursos EaD disponibilizados pela ENAP?) • Quais os principais ganhos e/ou dificuldades com a implementação do Programa de Voluntariado no uso público na sua UC?

Ação de Manejo	Atividade	Orientação para a descrição das Ações de Manejo
	5.4 Monitorar o Programa de Voluntariado	<ul style="list-style-type: none"> Está sendo utilizada metodologia de monitoramento e avaliação do Programa de Voluntariado? Qual?
	5.5 Realizar/participar de capacitação	<ul style="list-style-type: none"> Houve capacitação dos gestores locais e/ou voluntários (incluindo cursos EaD disponibilizados pela ENAP?) Quais foram as capacitações?

GESTÃO DE CONFLITOS

Ação de Manejo	Atividade	Orientação para a descrição das Ações de Manejo
Contextualizar a Interface Territorial	Realizar diagnóstico da Gestão de Conflitos	<ul style="list-style-type: none"> Qual o grupo social envolvido? Qual o nome da(s) comunidade(s) e estimativa do número de famílias (respectivamente)? Essa ação foi baseada em diagnóstico socioambiental participativo (envolvimento direto da comunidade)?
	Realizar articulação comunitária, intrainstitucional e interinstitucional	<ul style="list-style-type: none"> Qual o grupo social envolvido? Qual o nome da(s) comunidade(s) número de famílias (respectivamente)? Essa ação foi baseada em diagnóstico socioambiental participativo (envolvimento direto da comunidade)?
Elaborar Termo de Compromisso	Elaborar Termo de Compromisso	<ul style="list-style-type: none"> Número do processo administrativo: Quais etapas já realizadas (1) e por realizar (2)? () Mobilização Social; () Histórico da Comunidade; () Caracterização do Uso e Manejo de Recursos Naturais; () Etnomapeamento; () Cadastro Familiar; () Elaboração e Pactuação de Normas do Termo
	Realizar/participar de capacitação	<ul style="list-style-type: none"> Houve algum(a) educador(a) ambiental envolvida(o) no planejamento e implementação da capacitação? Qual o tema da capacitação? Quem são os educandos?
Implementar Termo de Compromisso	Acompanhar o cumprimento das normas do Termo de Compromisso	<ul style="list-style-type: none"> Essa ação envolveu quem? (ex: gestores, conselheiras da UC, representantes de populações tradicionais, instituições de pesquisa, etc). Quais etapas realizadas? () Mobilização Social; () Constituição do Comitê de Acompanhamento; () Realização de reuniões integradas de avaliação; () Monitoramento de recursos naturais (indicadores biológicos)
	Executar as normas do Termo de Compromisso voltadas ao órgão gestor (ICMBio)	<ul style="list-style-type: none"> Essa ação envolveu quem? (ex: gestores, conselheiros da UC, representantes de populações tradicionais, instituições de pesquisa, etc). Quais etapas realizadas? () Mobilização Social; () Constituição do Comitê de Acompanhamento; () Realização de reuniões integradas de avaliação; () Monitoramento

ANEXO 7

Orientações para solicitação da VPN sistemas ICMBio

1. Abrir processo de Serviço de Informática

No SEI, clique em "Iniciar Processo" e selecione o Tipo de Processo: SERVIÇOS DE INFORMÁTICA. Na Classificação por Assuntos, escolha: 067 – INFORMÁTICA.

Alterar Processo

Tipo do Processo:
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Especificação:
[Campo vazio]

Classificação por Assuntos:
067 - INFORMÁTICA

2. Gerar o documento “FORM-TI Solicitar Acesso Remoto à VPN”

Clique em "Gerar Documento", selecione o formulário "FORM-TI Solicitar Acesso Remoto à VPN".

Gerar Documento

FORM-TI Solicitar Acesso Remoto à VPN

Texto Inicial

Documento Modelo
 Texto Padrão
 Nenhum

Descrição:
[Campo vazio]

Nome na Árvore:
[Campo vazio]

Interessados:
[Campo vazio]

Destinatários:
[Campo vazio]

3. Preencher os dados pessoais

Preencha os campos de “Chefia”, “Usuário” e “Período” com os dados pessoais solicitados no formulário SEI.

FORM-TI Solicitar Acesso Remoto à VPN											
Instruções Gerais											
<p>1. Solicitamos leitura do Anexo abaixo "Termo de Responsabilidade do Usuário", que será subscrito junto com este documento.</p> <p>2. A autorização valerá pelo tempo que for indicado no formulário, que deverá ser suficiente para o desempenho das atividades laborais.</p> <p>3. O cancelamento do acesso poderá ocorrer das seguintes formas:</p> <p>3.1 Por solicitação de uma das partes;</p> <p>3.2 Por desligamento ou desvinculação do "Usuário" (quando deverá ser comunicada imediatamente à CGTI);</p> <p>3.3 Pelo fim do prazo de validade da autorização;</p> <p>3.4 Pelo descumprimento de normas legais (sem prejuízo das sanções cabíveis).</p> <p>4. Caso tenha expirado o prazo e ainda haja necessidade do acesso, um novo pedido deverá ser realizado.</p> <p>5. A "Chefia" é responsável administrativo do "Usuário".</p> <p>6. O "Usuário" é quem utilizará efetivamente a VPN.</p> <p>7. No campo "Informações Técnicas", em "Serviço", indicar o tipo de serviço (ex: ftp, http, ssh, etc).</p> <p>8. O campo "Área Responsável pelo Sistema" deverá ser preenchido quando o seu representante for distinto de "Chefia".</p> <p>9. Esta solicitação deve ser assinada pela "Chefia" e pelo representante da "Área Responsável pelo Sistema", neste caso, se for diferente da "Chefia".</p> <p>10. O solicitante, "Chefia" e/ou "Área Responsável pelo Sistema", fica responsável pela divulgação do "Termo de Responsabilidade do Usuário" ao "Usuário", que está obrigado aos ditames do referido termo, em seus deveres, obrigações e responsabilidades.</p>											
Chefia	<table border="1"> <tr> <td colspan="2">NOME COMPLETO:</td> </tr> <tr> <td>SETOR/UNIDADE:</td> <td>SISTEMA (preencher se for o responsável):</td> </tr> <tr> <td>CARGO/FUNÇÃO:</td> <td>TELEFONE ()</td> </tr> <tr> <td colspan="2">MATRÍCULA:</td> </tr> <tr> <td colspan="2">E-MAIL INSTITUCIONAL:</td> </tr> </table>	NOME COMPLETO:		SETOR/UNIDADE:	SISTEMA (preencher se for o responsável):	CARGO/FUNÇÃO:	TELEFONE ()	MATRÍCULA:		E-MAIL INSTITUCIONAL:	
NOME COMPLETO:											
SETOR/UNIDADE:	SISTEMA (preencher se for o responsável):										
CARGO/FUNÇÃO:	TELEFONE ()										
MATRÍCULA:											
E-MAIL INSTITUCIONAL:											
Usuário	<table border="1"> <tr> <td colspan="2">NOME COMPLETO:</td> </tr> </table>	NOME COMPLETO:									
NOME COMPLETO:											

4. Campos “Informações Técnicas” e “Área Responsável pelo Sistema”

Preencha o formulário com os dados a seguir:

Informações Técnicas	<p>SERVIÇO: Utilização para Consulta e Preenchimento do Formulário SAMGE 2.0</p> <p>AMBIENTE (ex: tcti, hmg, prd, dsv): PRD</p> <p>JUSTIFICATIVA PARA O ACESSO: Necessidade de usuários externos tenham acesso aos sistemas de avaliação de gestão de unidade de conservação.</p> <p>SISTEMA OPERACIONAL: Informar o sistema operacional do computador a ser instalado a VPN (Windows, Linux e macOS). Observação: WINDOWS</p> <p>Observação: Conquanto o aplicativo de VPN suporte o macOS, a CGTI não oferece suporte a este sistema operacional (Apple), uma vez que o ambiente computacional do ICMBio é composto predominantemente por SO Microsoft Windows. Ademais, o atual contrato de suporte a infraestrutura de TI não tem previsão para suporte ao macOS.</p>											
Área Responsável pelo Sistema (se diferente da chefia)	<table border="1"> <tr> <td colspan="2">NOME COMPLETO: MARIUSZ ANTONI SZMUCHROWSKI</td> </tr> <tr> <td>SETOR/UNIDADE: COMAG/CGPLAN/DIPLAN</td> <td>SISTEMA: SAMGE 2.0</td> </tr> <tr> <td>CARGO/FUNÇÃO: COORDENADOR</td> <td>TELEFONE (61) 2028-9084</td> </tr> <tr> <td colspan="2">MATRÍCULA: 1579301</td> </tr> <tr> <td colspan="2">E-MAIL INSTITUCIONAL: mariusz@icmbio.gov.br</td> </tr> </table>		NOME COMPLETO: MARIUSZ ANTONI SZMUCHROWSKI		SETOR/UNIDADE: COMAG/CGPLAN/DIPLAN	SISTEMA: SAMGE 2.0	CARGO/FUNÇÃO: COORDENADOR	TELEFONE (61) 2028-9084	MATRÍCULA: 1579301		E-MAIL INSTITUCIONAL: mariusz@icmbio.gov.br	
NOME COMPLETO: MARIUSZ ANTONI SZMUCHROWSKI												
SETOR/UNIDADE: COMAG/CGPLAN/DIPLAN	SISTEMA: SAMGE 2.0											
CARGO/FUNÇÃO: COORDENADOR	TELEFONE (61) 2028-9084											
MATRÍCULA: 1579301												
E-MAIL INSTITUCIONAL: mariusz@icmbio.gov.br												

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

SERVIÇO	Utilização para Consulta e Preenchimento
AMBIENTE	PRD
JUSTIFICATIVA PARA O ACESSO	Necessidade de usuários externos tenham
SISTEMA OPERACIONAL	WINDOWS

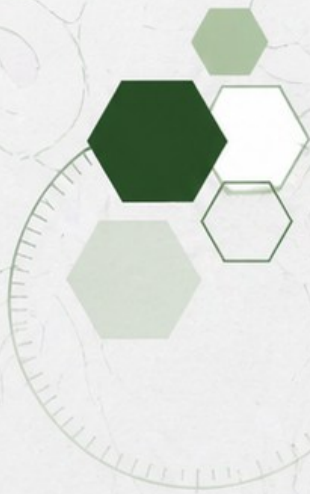
Observação: O aplicativo de VPN suporta macOS, porém a CGTI não oferece suporte a este sistema operacional.

ÁREA RESPONSÁVEL PELO SISTEMA

Nome	MARIUSZ ANTONI SZMUCHROWSKI
Setor/Unidade	COMAG/CGPLAN/DIPLAN
Sistema	SAMGE 2.0
Cargo/Função	COORDENADOR
Telefone	(61) 2028-9084
Matrícula	1579301
E-mail	mariusz@icmbio.gov.br

5. Enviar processo para a CGTI

Ressalta-se que a solicitação é realizada de forma individualizada e por isso, o processo deve ser encaminhado diretamente à CGTI, não sendo necessário incluir a COMAG em cópia.



**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA**



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

